

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS LINGÜÍSTICA

A PASSIVA E O PROBLEMA DA RELAÇÃO SINTAXE-SEMÂNTICA

Dissertação apresentada ao Cur
so de PÓS-Graduação em Lingüística
da Universidade Federal de Santa Ca
tarina como parte dos requisitos pa
ra a obtenção do Grau de Mestre em
Lingüística.

HERON IDES MAURÍLIO DE MELO MOURA

FLORIANÓPOLIS - 1988

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção
do Título

MESTRE EM LINGÜÍSTICA

Área de Concentração: Lingüística Aplicada, pelo Programa de
Pós-Graduação.

M. Marta Furlanetto

Profa. Dra. Maria Marta Furlanetto
Coordenador da Pós-Graduação em Lin-
güística

Apóstolo T. Nicolacópulos

Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos
Orientador

Apresentada à Banca Examinadora:

Apóstolo T. Nicolacópulos

Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos

M. Marta Furlanetto

Profa. Dra. Maria Marta Furlanetto

Rosa Weingold Konder

Profa. Dra. Rosa Weingold Konder

Dedicada

ao Prof. Apóstolo, pelo estímulo constante e pela amizade

a Josalba

RESUMO

O objetivo fundamental desta dissertação é examinar a forma como quatro importantes modelos da Linguística moderna (estruturalismo, gramática gerativa-transformacional, gramática de casos e semântica gerativa) estabelecem a relação entre sintaxe e semântica. Tal exame demonstrou a relevância teórica do problema da relação entre sintaxe e semântica para a formulação dos modelos estudados.

A parte prática desta dissertação constitui-se de um estudo da passiva, em cuja análise reflete-se o problema da relação entre sintaxe e semântica. A partir de uma avaliação das abordagens da passiva feitas pela gramática gerativa e pela gramática de casos de Chafe, foi proposto que uma explicação mais satisfatória da passiva deve considerar as condições sintáticas e as condições semânticas envolvidas na regra.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is to examine how four important models of modern Linguistics (structuralism, transformational grammar, case grammar and generative semantics) establish the relationship between syntax and semantics. This analysis has shown the theoretical relevance of the problem of the relationship between syntax and semantics in the formulation of the above models.

The practical part of this dissertation is comprised of a study of the passive, where the problem of the relationship between syntax and semantics is reflected. After conducting an evaluation of the analyses of the passive according to transformational grammar and Chafe's case grammar model, it has been proposed that a more satisfactory explanation of the passive must consider both the syntactic and the semantic conditions involved in this rule.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 - A RELAÇÃO SINTAXE-SEMÂNTICA	07
1.1. Apresentação do problema	07
1.2. O componente semântico no estruturalismo	12
1.3. O componente semântico na gramática gerativa	18
Capítulo 2 - A GRAMÁTICA DE CASOS E A RELAÇÃO SINTAXE-SEMÂNTICA.....	30
2.1. Perspectiva da gramática de casos	31
2.2. A proposta de Em Favor do Caso (Fillmore).....	33
2.3. O modelo de Chafe.....	45
Capítulo 3 - SEMÂNTICA GERATIVA	69
3.1. Perspectiva	69
3.2. Crítica da semântica gerativa à estrutura profunda do modelo padrão	75
3.3. Alguns aspectos da semântica gerativa	86
3.3.1. As transformações	86
3.3.2. A inserção lexical	92
3.3.3. Representação semântica e estrutura lógica ..	97
3.4. Questionamento da homogeneidade de sintaxe e semântica	104

Capítulo 4 - A PASSIVA	112
4.1. A abordagem da gramática gerativa-transformacional..	114
4.2. A abordagem da gramática de casos	123
4.2.1. A hipótese de Chafe	123
4.2.2. A matriz de Cook	130
4.2.3. Análise dos tipos de verbos	132
4.2.3.1. Verbos de Ação	132
4.2.3.1.a. Verbo de Ação Básico (A,O)	134
4.2.3.1.b. Verbo de Ação-Experiência (A,E,O)..	137
4.2.3.1.c. Verbo de Ação-Benefactivo (A,B,O)..	137
4.2.3.1.d. Verbo de Ação - Locativo (A,O,L) ...	138
4.2.3.2. Verbos de Experiência	138
4.2.3.2.a. Verbos de Experiência Estática (E,O _e)	139
4.2.3.2.b. Verbos de Experiência Processual..	139
4.2.3.3. Verbos Benefactivos	156
4.2.3.3.a. Benefactivos Processuais	156
4.2.3.3.b. Benefactivos Estáticos	158
4.2.3.4. Verbos Locativos.....	159
4.2.3.4.a. Verbos Locativos Estáticos	159
4.2.3.4.b. Verbos Locativos Processuais	161
4.2.3.5. Verbos Básicos	163
4.2.3.5.a. Verbos Básicos Estáticos com 2 ob jetos (O _e , O _e)	166
4.2.3.5.b. Verbos Básicos Processuais com 2 Objetos (O, O)	166
4.2.4. Reformulação da hipótese de Chafe	167

4.2.4.1. Outros tipos de esquemas casuais..	172
4.3. A abordagem da semântica gerativa	175
4.4. Avaliação das abordagens	182
Conclusão	201
Bibliografia	

INTRODUÇÃO

Esta dissertação partiu do pressuposto de que a relação entre sintaxe e semântica é de relevante importância para a formulação de importantes modelos teóricos da Linguística moderna. Isso significa que uma das perguntas teóricas á que esses modelos devem responder é a seguinte: como se dá, nas línguas naturais, a correlação da forma (organização sintática) com o sentido (semântica)?

A partir desse pressuposto, o meu objetivo foi examinar, em quatro importantes modelos da Linguística moderna - estruturalismo, gramática gerativa-transformacional, gramática de casos e semântica gerativa - a forma como é feita a relação entre sintaxe e semântica. Ou seja, o objetivo foi examinar as respostas que cada um desses modelos dá á pergunta acima. Tentei também estudar quanto a interrelação entre sintaxe e semântica, proposta por cada modelo, encaixa-se no conjunto de cada modelo. Em função disso, o tópico da relação entre sintaxe-semântica é sistematicamente analisado, mas outros tópicos podem ser assistematicamente estudados, conforme os modelos.

Os três primeiros capítulos referem-se ao objetivo acima explicitado. É importante observar que, como conseqüência de esse objetivo, vai sendo mostrada a relevância teórica do problema da relação sintaxe-semântica, comprovando o pressuposto principal desta dissertação.

No primeiro capítulo, depois de efetivar uma tentativa de definição de sintaxe e semântica, consideradas isoladamente, analisei o modelo estruturalista e os modelos da gramática gerativa-transformacional. No estruturalismo, a semântica é colocada à margem do sistema lingüístico formal, basicamente porque se considerava que a semântica não tinha uma estrutura. Os estruturalistas faziam uma separação entre "gramática", correspondente à estrutura formal sintática, e semântica, cuja função nessa gramática era irrelevante. Isso significa que um dos pressupostos do estruturalismo é que a análise dos significados não é pertinente numa análise propriamente lingüística. No chamado modelo clássico da gramática transformacional, Chomsky mantém mais ou menos essa mesma perspectiva.

A incorporação da semântica ao sistema lingüístico formal se deu através dos trabalhos de Katz & Fodor (1977 - orig. 1963), Katz & Postal (1964) e Chomsky (1975a - orig. 1965). Segundo minha análise, tal incorporação significou - entre outras coisas - as suposições de que a semântica possui uma estrutura formalizável, e que, no sistema gramatical, a principal função do componente semântico é determinar o significado das sentenças.

Pode-se observar que a partir dos trabalhos acima referidos, a pesquisa da inter-relação sintaxe-semântica se tornou um problema-chave da Lingüística moderna, e que foi enfrentado por cada um dos modelos aqui estudados. Certamente isso se deve ao fato de que a relação entre sintaxe e semântica deixa de ser univalente (sintaxe \rightarrow semântica), como era no estruturalismo, e passa a ser bivalente (sintaxe \leftrightarrow semântica). Em outros termos, não se

pode mais lançar a semântica fora da gramática, e sim deve-se analisar como se dá a relação entre esses dois componentes dentro da gramática.

No modelo padrão da gramática transformacional, o componente semântico, apesar de incorporado à gramática, tem suas regras e estruturas definidas a partir de entradas (inputs) sintáticos. Em outras palavras, o componente semântico é dependente do sintático. Nesse sentido, diz-se que, na gramática gerativa-transformacional, o componente semântico é interpretativo. No modelo padrão, tal componente se aplica sobre as estruturas subjacentes do componente gerativo (sintático), assim como o componente fonológico, também interpretativo, aplica-se sobre as estruturas superficiais.

No segundo capítulo, é analisado o modelo da gramática de casos. Este modelo propõe um nível subjacente distinto da aquele proposto pela gramática gerativa-transformacional. Esse nível subjacente, segundo Leech (1981), é o nível predicacional, onde são determinados argumentos e predicados. Tal nível corresponde à representação semântica, e nele são definidas as categorias semânticas básicas do Nome (correspondente aos argumentos) e do Verbo (correspondente aos Predicados), além de outras unidades semânticas mais secundárias (conforme o modelo de Chafe). As relações de caso são as diferentes relações semânticas que os Nomes mantêm com os Verbos.

A grande reversão de perspectiva desse modelo, em relação à g.g.t., é que agora a boa-formação dos enunciados cabe ao componente semântico, e não mais ao sintático. O componente

gerativo (a base subjacente) da gramática formal passa da sintaxe para a semântica. Em função dessa nova atribuição de funções é que se define, na gramática de casos, a relação entre sintaxe e semântica.

No terceiro capítulo, tentei esboçar um panorama simplificado mas relativamente abrangente da semântica gerativa. Este modelo guarda, quanto á relação sintaxe-semântica, uma perspectiva relativamente próxima á da gramática de casos, tendo em vista que a semântica gerativa também propõe um nível de análise predicacional. Além disso, este modelo iguala as noções de representação subjacente e representação semântica, assim como a gramática de casos. Nesse sentido, diz-se que, na semântica gerativa, o componente semântico é gerativo (em oposição à definição interpretativista da g.g.t.), já que o componente semântico corresponde ao componente gerativo (base subjacente) , responsável pela formação das estruturas subjacentes.

Existem algumas propostas originais da semântica gerativa, como a hipótese de uma única cadeia de derivações levando da Primeira Derivação), semântica, às estruturas superficiais sintáticas, o que implica na homogeneidade formal entre sintaxe e semântica. Outras propostas (abordadas na dissertação) são as transformações prê-lexicais e a identificação da representação semântica como estrutura lógica.

Demonstrada a importância da determinação da relação entre sintaxe e semântica para a formulação dos modelos estudados, o objetivo seguinte (no quarto capítulo) foi analisar um fenômeno linguístico (a passiva) que me pareceu especialmente sensível

ao problema teórico da relação sintaxe-semântica. Ou seja, em outras palavras, o objetivo foi examinar em que medida o status teórico que cada modelo dá aos componentes sintático e semântico interfere na descrição que cada modelo faz de um fenômeno como a passiva.

Antes de tudo, é preciso frisar que a análise da passiva, nesta dissertação, não abrange todos os aspectos dessa regra. Por exemplo, não são enfocados os aspectos pragmáticos envolvidos na regra de passiva. Para um estudo desses aspectos, pode-se consultar Azevedo (1980). Uma pesquisa interessante seria o estudo de como se interconectam os aspectos pragmáticos com os aspectos sintático-semânticos estudados nesta dissertação.

A metodologia utilizada, no quarto capítulo, foi a seguinte. Em primeiro lugar, analisei, uma a uma, as abordagens da passiva realizadas pelos modelos transformacionais de Chomsky, pelo modelo da gramática de casos e pelo modelo da semântica gerativa. Cada uma dessas abordagens - especialmente a da g.g.t. e a da gramática de casos - descreve a regra de apassivação de um modo específico, como reflexo das premissas teóricas adotadas por esses modelos no que se refere à relação sintaxe-semântica.

A abordagem da passiva pela gramática de casos foi extraída do modelo de Chafe (1979). Mais especificamente, trata-se de uma hipótese de Chafe relativa às condições semânticas da regra de apassivação. Tentei desenvolver a regra de Chafe, através de uma análise de verbos da língua portuguesa, classificados semanticamente segundo seu esquema casual. O objetivo dessa análise prática foi identificar que tipos de verbos, de acor

do com seu esquema casual, podem ser apassivados.

Em segundo lugar, na seqüência da metodologia aplicada, tentei avaliar basicamente duas abordagens: a da g.g.t., que considera a passiva uma regra sintática, e a da gramática de casos (Chafe), que considera a passiva uma regra semântica. A partir da avaliação dessas abordagens, propus que uma explicação mais satisfatória do problema da passiva deveria considerar, simultaneamente, as condições sintáticas e as condições semânticas que determinam a regra da passiva. As condições sintáticas envolvem noções como transitividade, sujeito e objeto, e as condições semânticas envolvem a noção de casos subjacentes.

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO SINTAXE-SEMÂNTICA

1.1 - Apresentação do Problema

Não se pode elaborar uma gramática sem uma definição, explícita ou implícita, da relação sintaxe-semântica. Porque a língua é uma ordenação de signos que transmitem significados. Ora, não se pode estudar a língua sem explicar a relação entre essa ordenação (sintaxe) e os significados (semântica).

Entretanto, essa relação, aparentemente evidente, não tem sido explicitada de um modo claro em algumas teorias linguísticas. Meu objetivo, neste capítulo, é esboçar um panorama das maneiras pelas quais importantes teorias como estruturalismo e gramática gerativa-transformacional têm analisado o problema da relação sintaxe-semântica.

Para se analisar a relação entre duas coisas (no caso, a sintaxe e a semântica), é preciso ter em mente, desde o princípio, a definição dessas duas coisas, consideradas isoladamente.

A definição de sintaxe é, aparentemente, fácil de determinar. É claro que essa definição se acomodará ao modelo gramatical que a descreve. Mas certas noções da definição de sintaxe são comuns a todos os modelos gramaticais. Assim, podemos assumir uma definição de sintaxe sem nos incompatibilizarmos, definitivamente, com os diferentes modelos gramaticais.

"Chama-se sintaxe a parte da gramática que descreve as regras pelas quais se combinam as unidades significativas em frases."

(Dubois et alii, 1978:559)

A partir de uma definição elementar como essa, os diferentes modelos podem moldar suas próprias definições, de acordo com suas perspectivas teóricas.

Quanto à definição de semântica, o problema é mais complexo. Em primeiro lugar, pode-se dizer que não existe apenas "uma" semântica, mas vários tipos de semântica. Em segundo lugar, ao contrário da sintaxe, que, desde o estruturalismo, tem sido um campo de estudos puramente lingüístico, a semântica envolve várias ciências, como a Psicologia, a Lógica, a Antropologia, etc.

"O termo semântica é de origem relativamente recente: foi criado no séc. 19, a partir de um verbo grego que quer dizer "significar"."

(Lyons, 1979:425)

O estudo do fenômeno da "significação" não interessa apenas à Lingüística, daí a grande complexidade dos estudos semânticos. Entretanto, quais os estudos semânticos que mais diretamente têm sido relacionados à Lingüística?

A partir de um apanhado de definições de Semântica, tentarei delimitar as linhas de pesquisa semântica que foram incorporadas à Lingüística.

Para Zélio dos Santos Jota (1976), semântica é a "parte da lexicologia que trata da significação das palavras e suas modificações através do tempo e do espaço (...). Hoje, entretan

to, tem-se a semântica como estudo da significação da palavra, que se fará atendo-se a uma fase da língua (semântica descritiva, estática ou sincrônica), ou observando as mutações significativas por que passa a palavra através do tempo (semântica diacrônica, histórica ou dinâmica,)" (Jota, 1976;295)

Borba (1976) afirma o seguinte, no tópico sobre semântica: "Semântica - A significação lingüística pode ser enicarada sob diversos aspectos (...). Por isso, postulam-se alguns tipos de semântica:

1) Semântica Filosófica - é a ciência das relações entre o signo e a coisa significada, sem referência aos falantes e de que a lógica simbólica é um ramo.

2) Semântica Lingüística - estuda a função e a natureza das palavras no processo de comunicação lingüística, atendo-se ao sistema lingüístico em si mesmo." (Borba, 1976:104)

Mattoso câmara Jr. (1977), por sua vez, ressalta o seguinte: "Semântica: em regra, assim se focaliza apenas a significação externa das palavras concentrada no radical. A Semântica pode ser descritiva (sincrônica) e histórica (diacrônica).

(Na semântica descritiva) leva-se em conta: 1) a polissemia de cada palavra 2) os campos semânticos 3) a homonímia 4) a antonímia 5) a sinonímia, etc." (Câmara JR, 1977: 215).

Pode-se observar duas linhas básicas de pesquisa:

a) o estudo semântico lexical - estudo do significado das palavras (unidades lexicais) e das relações semânticas entre as palavras: sinonímia, polissemia, hiponímia, etc.

b) o estudo da referência - estudo da relação entre os significados das palavras e as "coisas" por elas significadas: problemas de ostensão^{deixes}, etc.

Essas duas linhas de pesquisa representavam as preocupações preponderantes no âmbito da semântica lingüística. Fazendo uma generalização ainda maior, pode-se dizer que os estudos semânticos, em Lingüística, se voltavam, assim, para a análise do significado das unidades lexicais (palavras), consideradas ora em sua relação com as "coisas" significadas, ora de acordo com as relações semânticas que as palavras estabelecem entre si.

Isso significa que a semântica se propunha a formular teorias lexicais. A semântica tentava responder a perguntas envolvendo as unidades lexicais. Em consequência disso, postularam-se teorias abrangendo o "vocabulário", ou seja, o conjunto das unidades lexicais.

Assim, John Lyons, por exemplo, postula que "pelo sentido" de uma palavra se entende o lugar que ela ocupa num sistema de relações que ela contrai com outras palavras do vocabulário." (Lyons, 1979:452).

Era função da semântica definir a natureza do vocabulário lingüístico, e, assim, um filósofo como Bertrand Russell estava fazendo semântica ao definir o vocabulário de uma língua a partir do modo de referência das palavras: "1 - "palavras objeto", que formam a "linguagem objeto", 2 - "palavras de dicionário" 3 - "palavras lógicas" - As "palavras objetos" são aprendidas ostensivamente por confronto com os objetos, etc." (in Lyons, 1974: 94) .

Afirmei mais atrás que -essas duas linhas de pesquisa semântica, as quais denominei, genericamente, teorias lexicais, foram incorporadas á Lingüística.

Mas o modelo lingüístico a partir do qual formularei uma breve análise da relação sintaxe-semântica, ou seja, o estruturalismo, caracteriza-se, de um modo geral, por colocar a semântica num plano lateral, dentro dos estudos lingüísticos.

Ou seja, no momento em que a semântica, como área de estudo interdisciplinar, desenvolvia "teorias lexicais", o estruturalismo (especialmente o americano) colocava a semântica à margem dos estudos gramaticais,

O estruturalismo tinha por objetivo "o estudo dos enunciados realizados," (Dubois et alii, 1978:248). Isso implicava no estudo das estruturas pelas quais se formam os enunciados.

Ora, o "significado das palavras", tal como vinha sendo estudado pela semântica, não parecia ter influência na estruturação dos enunciados. Em outras palavras, era praticamente indeterminável a função da semântica em uma teoria gramatical, segundo o estruturalismo.

Estava, assim, feita a separação entre a sintaxe, cuja formulação propiciava a "gramática" de uma língua, e a semântica, cuja função nessa gramática era indeterminável.

O que eu gostaria de mostrar aqui é que, na medida em que a semântica era considerada como o estudo do significado das unidades lexicais, ela não podia ser incorporada a um modelo gramatical como o estruturalismo.

A função da semântica deveria ser alterada, para que pudesse ser inserida numa formalização da gramática. E que alteração de função seria essa? Creio que a gramática gerativa colocou muito bem essa função; a semântica, dentro de um modelo gerativo-transformacional, seria responsável pelo significado dos enunciados, e não mais pelo significado das palavras, tomadas isoladamente ou em conjunto:

"No quadro da teoria lingüística geral, tal como é visualizada pela gramática gerativa transformacional, a semântica é um meio de representação do sentido dos enunciados.

(Dubois et alii, 1978:527)

Dentro dessa nova perspectiva, a relação sintaxe - semântica deveria se alterar, e é o que realmente acontece na gramática gerativa. Contudo, antes de analisar essa nova relação, estudarei mais de perto a relação sintaxe-semântica dentro do estruturalismo, tomando para isso dois autores importantes: Hockett e Gleason.

1.2 - O Componente Semântico no Estruturalismo

Em Hockett, o componente semântico é considerado um subsistema periférico, ao lado do subsistema fonético. Esses dois subsistemas periféricos se opõem a três subsistemas centrais - 1) o sistema gramatical 2) o sistema fonológico 3) o sistema morfofonêmico. O motivo da oposição entre subsistemas periféricos e centrais é que os assim chamados centrais não têm qualquer relação com o universo extra-lingüístico, sendo assim meca

nismos puramente lingüísticos. Já os subsistemas periféricos se relacionam tanto ao universo extra-lingüístico, quanto aos sub sistemas centrais. O subsistema fonético envolve, de um lado, as "ondas sonoras do sinal da fala", e de outro, o subsistema fo nológico de uma dada língua. O subsistema semântico se relaciona , em uma direção, ao universo físico e social, empiricamente obser vável, em que os falantes vivem; e, por outro lado, relaciona-se ao sistema gramatical de uma dada língua.

Com efeito, a definição de Hockett (1970) para o sis tema semântico é a seguinte:

"O sistema semântico, o qual associa vā rios morfemas, combinações de morfemas e estruturas nas quais os morfemas podem ser dispostos, com coisas e situações ou tipos de coisas e situações."

(Hockett, 1970:138)

A semântica, portanto, se incumbiria de estudar o re lacionamento das palavras e/ou sintagmas com o universo físico e social em que os falantes vivem. À parte o caráter vago dessa definição da função da semântica, é fácil concluir que os estu dos semânticos, considerados neste ângulo, dificilmente se cir cunscreveriam a um âmbito estritamente lingüístico - como defi nir esse universo "físico e social, empiricamente observável" , em termos lingüísticos? Por outro lado, a função básica da semân tica assim considerada seria estabelecer uma teoria lexical - ou seja, a semântica teria o objetivo de determinar o significado das palavras (conjunto de morfemas), em relação com as "coisas e si tuações" por elas significadas.

Portanto, a teoria semântica de Hockett implica em teorias lexicais, envolvendo tanto o problema da referência, quanto o problema da formação do léxico (vocabulário). Ora, foi visto que a principal dificuldade de estruturalismo, em relação à semântica, era considerar essas teorias lexicais lingüísticamente pertinentes. Em outras palavras, já que o estruturalismo não percebia a maneira de inserir essas teorias lexicais na estruturação gramatical, o resultado foi colocar a semântica à margem dos estudos lingüísticos.

Entretanto, Hockett não chega a afirmar que o estudo da semântica é não-lingüístico. Mas o fato é que, para ele, estudar isoladamente a semântica, sem relacioná-la ao sistema gramatical, conduz a conclusões não-lingüísticas, tal como ocorreu com "antropólogos e filósofos" que "viram-se forçados a inventar entidades "mentais" pseudo-lingüísticas, tais como "idéias" ou "conceitos", em lugar dos morfemas evidentes e empiricamente observáveis, assim como das formas gramaticais maiores da linguagem. " (id.:139).

Sendo a semântica apenas a relação das palavras (conjuntos de morfemas) com as coisas e situações significadas, é evidente que ela não terá qualquer papel na estruturação das frases. Os subsistemas centrais é que se encarregarão de estruturar os enunciados:

"Um enunciado possui uma estrutura fonêmica e uma estrutura gramatical. Sua estrutura fonêmica reflete uma parte do padrão ou sistema fonêmico da língua. Sua estrutura gramatical reflete uma parte do padrão ou sistema gramatical da língua.

... Outrossim, um enunciado não possui nem uma "estrutura semântica", nem uma "estru

*tun.a ^onzticjL: SimântZca e ^onztlca con
sistem e.m hab^tao.^*

{Hockztt, 1 970 :U2}

Se não existe uma "estrutura semântica", como seria possível formalizar gramaticalmente a semântica?

Em Gleason (1961), a função do componente semântico é ainda mais restrita. Na verdade, este estruturalista sequer chega a falar de um "componente semântico". Não há, em sua obra *An Introduction to Descriptive Linguistics* (1961), qualquer referência específica ao termo "semântica". Gleason se refere, algumas vezes, ao termo "significado" (meaning),

Um dos pressupostos de Gleason é que a análise dos significados não é pertinente numa análise propriamente lingüística.

É interessante observar que o referido autor justifica esse pressuposto exatamente por considerar que o significado é muito importante na linguagem - a língua sendo um meio de transmitir significados. Entretanto, esses significados são obtidos a partir de uma "estrutura lingüística", cabendo, portanto, ao lingüista, tentar descrever essa estrutura:

*"Devemos responder à questão que afirma
mando que em no-!>ia anãZZòZ não Ze.vamo-6 em*

¹ Esta última afirmação - "semântica e fonética consistem em hábitos" - mostra quanto a teoria semântica de alguns estruturalistas estava ligada ao behaviourismo. Encarar a semântica como "hábitos" significa dizer que os significados dos enunciados lingüísticos são condicionados pelas situações e coisas a que se referem os enunciados. Por isso, a semântica era considerada, pelos behaviouristas, um "comportamento verbal" em relação aos dados específicos da realidade. Para um estudo sobre a semântica behaviorista, ver Lyons (1980; 103-16).

consideração o significado, precisamente porque é pelo significado que estamos afinal interessados. Esperamos que o estudo da estrutura do inglês, ou de qualquer outra língua, possa conduzir, finalmente, a uma compreensão dos significados que ela transmite, tanto quanto eles nos podem ser acessíveis."

(Gleason, 1961:94)

O que se deduz dessas afirmações é que a semântica não faz parte da gramática, pois esta se restringe à estruturação de constituintes de natureza sintática:

"A ordenação determinada dos morfemas em certas construções, e o grau definível de liberdade, são básicos para a linguagem. São expressões da estrutura sistemática que é a verdadeira essência da fala. A tarefa da ciência linguística é descrever estes princípios de estruturação do modo mais compreensível e conciso possível. Tal descrição é a gramática da língua." (id.:57)

Para Gleason, a descrição semântica não fornece qualquer instrumento seguro de análise dessa "estrutura sistemática".

Um exemplo disso se encontra na descrição gramatical que se pode fazer das "partes de discurso" - nomes, pronomes, adjetivos, verbos, etc. Considerações semânticas, segundo Gleason, só podem conduzir a confusões no que se refere às definições dessas partes do discurso. O único critério seguro é o "uso" dessas categorias na estrutura linguística:

"Palavras de significado similar não possuem necessariamente função comum. Considere-se alto e altura. Essas duas palavras certamente referem-se, de algum modo vago e indefinível, a uma qualidade. Suponha-se que tivéssemos de estabelecer uma classe de "palavras qualificativas", incluindo aquelas e muitas outras. Não haveria nada

de útil que pudéssemos fazer com tal clas
se..."

(id.:93-4)

Depreende-se, das várias referências que Gleason faz ao termo "significado", que se trata, especificamente, do significado das palavras (unidades lexicais). Em nenhum momento, o autor põe em questão o significado de uma combinação de unidades lexicais. Ora, isso mais uma vez comprova a hipótese colocada neste capítulo - a de que, no estruturalismo, a noção de significado estava restrita à noção de significado lexical.

E, como já vimos também, inserir considerações de semântica lexical na "estrutura sistemática" da gramática parecia impossível para os estruturalistas.

"No mesmo sentido, pode ser dito que go (ir) possui um tipo semelhante de significado, visto que esta palavra se refere (entre outras coisas) a um movimento de um objeto. Mas é difícil, até mesmo infrutífero, tentar especificar exatamente que movimentos são indicados. Compare-se He goes home (ele vai para casa). John goes with Mary (João vai com Maria) e The watch goes (O relógio está trabalhando).²"

(id.:54)

Portanto, mesmo um termo lexical simples como go (ir) não tem uma "referência" precisa. A semântica, então, não apresenta qualquer condição de ser sistematizada na gramática, na medida em que não permite identificar estruturas semânticas sistemáticas.

² Em Português, não pode ser mantido o verbo ir no sentido que o verbo to go assume no exemplo The watch goes.

Mas o "significado" ainda desempenha um papel importante no modelo estruturalista do tipo desenvolvido por Gleason. Ele é um critério (subsidiário, na verdade) de identificação dos morfemas de uma língua. O critério semântico não é muito "confiável": "O significado é, portanto, uma variável não sujeita a qualquer controle preciso. Nunca será seguro usá-la isoladamente, mas somente em combinação com alguns fatos de distribuição." (id.: 79)

Na verdade, o conceito de "significado" adotado para a identificação dos morfemas é muito vago. Além disso, essa utilização do "Significado" dos morfemas não dá à semântica qualquer função na estruturação da gramática de uma língua: o "significado" entra apenas como um critério heurístico na identificação dos morfemas.

1.3 - O Componente Semântico na Gramática Gerativa

Como afirmei no final da seção 1.1., a gramática gerativa estabeleceu uma nova relação entre sintaxe e semântica, baseada na função que a semântica deveria desempenhar num sistema gramatical.

Entretanto, o primeiro trabalho, fundamental da gramática gerativa, a obra Estruturas Sintáticas, de Chomsky (1980), cujo original é de 1957, não traz, quanto à inter-relação sintaxe-semântica, grandes novidades quanto a que vinha sendo determinada pelo estruturalismo. Na verdade, "Estruturas Sintáticas", quan

to à relação sintaxe-semântica, é uma continuação da metodologia do estruturalismo.

Continua a haver a separação rígida entre a gramática (organização formal da língua) e a semântica:

"Para compreender uma frase é preciso muito mais do que o conhecimento da sua análise em cada nível lingüístico. Temos também de saber qual a referência e sentido dos morfemas ou palavras que a constituem; naturalmente a gramática não será, aqui, de grande utilidade. Estas noções pertencem ao âmbito da semântica."

(Chomsky, 1980:113)

Para Chomsky, nessa primeira fase, considerações semânticas não deveriam interferir na formulação de uma gramática formal:

"Parece assim evidente que existem correspondências inegáveis, embora imperfeitas, entre traços formais e semânticos da língua. O fato de as correspondências serem tão imprecisas sugere que o sentido será relativamente inútil como base da descrição gramatical".

(Chomsky, 1980:110)

Chomsky chega mesmo a fazer a distinção entre a "forma" de uma língua, definida por sua estrutura sintática, e o "uso" que os falantes fazem dessa forma, caracterizando o "uso" como o processo de "compreensão das frases". É claro que, nessa perspectiva, a gramática de uma língua se restringiria à sua forma, ou seja, à sua estrutura sintática.

A modificação da relação sintaxe-semântica, no seio da teoria da gramática gerativa, foi introduzida por Katz e Fodor, ou mais especificamente, "a incorporação da semântica ao mo

delo transformacional se apoiou nos trabalhos "A Estrutura de uma Teoria Semântica", de Katz e Fodor, e "Teoria Integrada de Descrições Lingüísticas", de Katz e Postal." (Silva, 1978:47)

Nestes trabalhos, pela primeira vez tenta-se formalizar o componente semântico da gramática. Katz e Fodor pretenderam estabelecer as regras de "interpretação semântica", ou seja, as regras pelas quais se faz possível "atribuir a toda seqüência bem formada o conteúdo conceitual que lhe permite ser representada." (Katz e Fodor, 1977:126)

Ou seja, pela primeira vez tenta-se estabelecer as regras pelas quais um falante "interpreta" uma sentença.

Não pretendo analisar aqui os detalhes da teoria de Katz e Fodor, mas apenas averiguar as conseqüências teóricas que ela acarreta na relação 'sintaxe-semântica'.

A primeira conseqüência é que a concepção da teoria semântica é modificada. A semântica não terá mais uma função estritamente lexicológica, tal como ocorrera no estruturalismo. Agora a semântica deverá se encarregar do "conteúdo" das sentenças - "... eles (Katz e Fodor) afirmaram que as metas (da semântica) são descrever e explicar a capacidade dos falantes para (A) determinar o número e o conteúdo das leituras de uma sentença (B) detectar anomalias semânticas, etc." (Newmeyer, 1980:74)

Note-se que a segunda função de uma teoria semântica seria "detectar anomalias semânticas". Isso implica num problema muito sério: a boa-formação das sentenças. Até então, as anomalias de uma sentença eram consideradas de natureza estritamente

sintática. A teoria de Katz e Fodor, por sua vez, apesar de se basear no pressuposto de semântica e sintaxe serem distintas entre si, provoca uma certa indefinição nos limites desses dois componentes:

"Contudo, como se viu, pressupomos que sintaxe e semântica são distintas, mas não sabemos por onde passa a linha de demarcação; por isso, como podemos decidir, por exemplo, se uma seqüência não-aceitável é mal formada sintaticamente ou semanticamente anômala? E, por conseguinte, se o caráter deviante deve ser expresso em termos de indicadores sintáticos ou semânticos?"

(Bonomi & Usberti, 1983:75)

Em suma, o componente semântico não poderia mais ser desprezado no modelo gramatical, pois ambos, os componentes sintáticos e semânticos, são complementares na formação das frases.

Entretanto, apesar dessa complementaridade, Katz e Fodor insistem em que a sintaxe e a semântica têm funções diferentes, e são irreduzíveis uma à outra, idéia condensada na famosa fórmula "Descrição lingüística menos gramática igual a semântica".

Bonomi & Usberti (1983:76) crêem que, em consequência da necessidade de marcar essa irreduzibilidade, num trabalho posterior à *Estrutura de uma Teoria Semântica* (Katz & Fodor, 1977), cujo original é de 1963, Katz e Postal (1964) isolaram os indicadores dos dois componentes, reservando ao "dicionário" os indicadores semânticos, e incorporando o "léxico" ao componente sintático da gramática.

Gostaria agora de voltar a um ponto muito importante para a argumentação que tenho desenvolvido neste capítulo. A se

mântica, durante o estruturalismo e o primeiro modelo chomskiano, restringia-se ao estudo das unidades lexicais consideradas isoladamente, independente da estrutura das frases. Como disse um pouco antes, a teoria de Katz & Fodor tinha como uma de suas funções determinar o "conteúdo" das sentenças como um todo. Isso implicava em determinar a relação semântica das unidades lexicais dentro de uma sentença. Em outras palavras, a semântica deveria se ocupar da combinação das unidades lexicais.

É muito interessante observar que os indicadores de se mânticos que formam o dicionário de Katz & Fodor implicam em duas "concepções" da semântica: a primeira, que estuda os itens lexicais independentemente de sua combinação em uma frase; a segunda, que estuda os itens lexicais considerando-se a estrutura frasal.

"O verbete de dicionário para cada item consistia em uma parte gramatical (marcadores gramaticais) e uma parte semântica, contendo marcadores semânticos, distinguidores e restrições seleccionais."

(Newmeyer, 1980:74)

Na "parte semântica", pode-se isolar, de um lado, marcadores semânticos e distinguidores, e, de outro, restrições seleccionais.

Os marcadores semânticos e os distinguidores referem-se à primeira "concepção" da semântica citada acima: ou seja, analisam os itens lexicais considerados independentemente de sua combinação frasal. Veja-se o conhecido exemplo da análise de Bachelor, feita por Katz & Fodor:

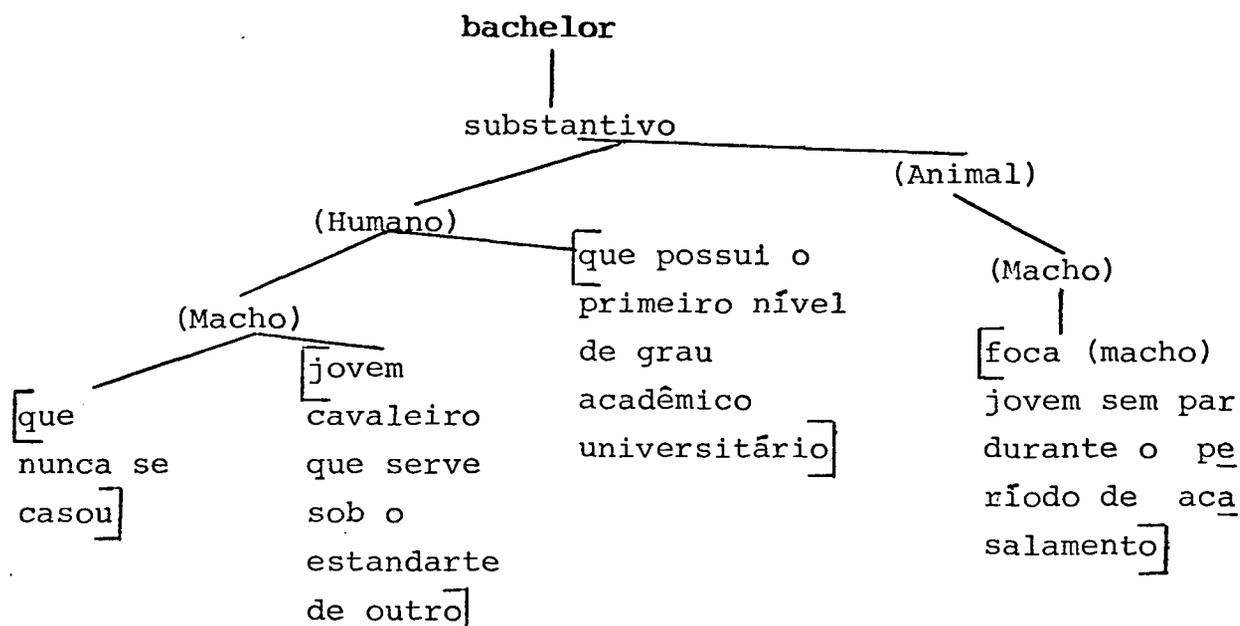


FIGURA 1

(Katz & Fodor, 1977:99)

Note-se que a análise do item lexical bachelor é feita independentemente da combinação da qual este item poderia fazer parte em uma frase. Os marcadores semânticos vêm entre parênteses, e são definidos por Katz & Fodor como "os marcadores semânticos atribuídos a um item lexical num verbete de dicionário pretendem refletir quaisquer relações semânticas sistemáticas existentes entre aquele item e o resto do vocabulário da língua."

(Katz & Fodor, 1977:100). Por outro lado, os distinguidores aparecem entre colchetes, e são definidos como "os distinguidores atribuídos a um item lexical pretendem refletir o que é idiossincrático quanto ao significado daquele item". (id.:100)

Entretanto, as restrições seletivas envolvem considerações semânticas diferentes, pois são determinadas em função

da combinação, dentro de uma frase, dos itens lexicais, ou seja, correspondem à segunda "concepção" de semântica, referida mais acima.

Além disso, as restrições seletivas têm a função de impedir construções anômalas:

*"Por exemplo, o verbo hit (bater, atingir) contém uma restrição seletiva limitando sua ocorrência a objetos com o marcador (Objeto Físico). A sentença the man hits the colorful ball (o homem bate na bola colorida) seria assim interpretada com o significado "... golpeia o objeto redondo de várias cores", mas não como tendo a leitura anômala "... golpeia a colorida dança de gala.", visto que dança não contém o marcador (Objeto Físico)."*³

(Newmeyer, 1980:77)

A teoria de Katz & Fodor redirecionou os estudos semânticos, e em consequência o estudo da relação sintaxe-semântica.

O componente sintático continua sendo a base da gramática, mas agora o componente semântico, formado por um dicionário e as "regras de projeção"⁴, apresenta uma estrutura e desempenha um papel definido na "interpretação" das frases.

³ Essa leitura anômala é causada, em inglês, pela polissemia do sintagma "colorful ball", que significa tanto "bola colorida (cheia de cores), quanto "colorido (vívido, interessante) baile". Como equivalente em português, pode ser citado, por exemplo, O colecionador tingiu sua pena, em que temos o significado "o colecionador tingiu sua pluma", e não a leitura anômala "o colecionador tingiu sua paixão".

⁴ "Uma teoria semântica deve conter dois componentes: um dicionário dos itens lexicais da língua e um sistema de regras (que denominaremos regras de projeção), que operam descrições gramaticais completas de sentenças e verbetes lexicais, para produzir interpretações semânticas para cada sentença da língua." (Katz & Fodor, 1977:96)

Entretanto, a demarcação entre sintaxe e semântica não parece tão nítida. Talvez o maior problema resida na definição de restrições seletivas. Para Katz & Fodor, as restrições seletivas são especificadas no dicionário, e definem as regras de projeção, ou seja, as restrições seletivas fazem parte do componente semântico. Entretanto, se a função de componente semântico é meramente interpretar as frases formadas pelo componente sintático, então como se justifica que as restrições de seleção interfiram na formação de frases aceitáveis para o falante?

"Cabe recordar que a condição (2)⁵ está ligada à necessidade de gerar apenas frases da língua, e nunca "não-frases", ou seja, que a gramática deve impedir, mediante um determinado número de restrições, que se formem combinações de morfemas inaceitáveis para o locutor: é isso que a noção "restrições de seleção" exprime."

(Galmiche, 1979:75)

Newmeyer também observa que as restrições seletivas servem para limitar as frases possíveis: "Todavia, as restrições seletivas fazendo parte do verbete do dicionário de cada item lexical, serviriam para limitar as possibilidades de amalgamação." (Newmeyer, 1980:77)

A partir de então, a teoria gramatical defrontar-se-á com um problema muito difícil: isolar os fatores semânticos dos fatores sintáticos. A dificuldade se origina já na teoria de

⁵ Esta "condição (2)" é uma das quatro condições enumeradas por Lakoff (1968), cuja satisfação conjunta deverá permitir definir a noção de estrutura profunda. A condição (2) é a seguinte: as generalizações corretas relativas às restrições de seleção e à co-ocorrência podem ser estabelecidas ao nível da estrutura profunda.

Katz & Fodor, pois embora eles afirmem que as seqüências bem-formadas se fundamentem em indicadores sintáticos, é evidente que o conceito de restrições seletivas extrapola o âmbito estritamente "interpretativo" reservado ao componente semântico.

Boa parte dos modelos posteriores da gramática gerativa tomarão como indicativo, nos estudos semânticos, a teoria de Katz & Fodor.

E principalmente no problema da relação sintaxe-semântica que se baseará a grande divisão nas perspectivas de análise lingüística, ocorrida nos fins da década de 60 e que deu origem às teorias da gramática de casos e da semântica gerativa.

Entretanto, antes desses grandes enfrentamentos teóricos, houve um momento de relativa estabilidade, baseada na publicação da mais importante obra de Chomsky (1975a) - Aspectos da Teoria da Sintaxe, cujo original é de 1965.

Essa obra, que configura o modelo padrão da gramática gerativa, apresentou um modelo gramatical que incorporou, definitivamente, o componente semântico. Para a formulação desse componente semântico, Chomsky tomou por base os trabalhos de Katz & Fodor (1977) e Katz & Postal (1964). Portanto, a mesma análise que foi feita desses trabalhos se aplica ao modelo padrão de Chomsky.

Todavia, o modelo padrão introduz algumas modificações na teoria de Katz, Fodor e Postal. Chomsky pretendeu isolar rigorosamente o componente semântico. Para isso, eliminou a distinção entre dicionário (indicadores semânticos) e léxico (ind

çadores sintáticos), mantendo apenas o léxico, incorporando-o ao subcomponente de base.

Na verdade, esse léxico seria puramente sintático apenas na teoria, pois na prática os itens lexicais conteriam informações sintáticas, semânticas e fonológicas.

Uma outra modificação reside no problema das restrições seletivas. Considerando o caráter anômalo de frases como:

" 1^) *O fiapaz podo, aiòuòtafi a. A-incíA-idade.*
(ii) *A òÁ.nc.e.A.Zdadí pode. admJifiOiH. o fiapaz.*
(ZÁ.Z) JoRo íòpantou a ZnjuòtZça daquzZa dgc-Lòão."

[Chomiky, 1975a:161]

Chomsky tenta explicar a natureza da anomalia dessas frases a partir do pressuposto de que a semântica é puramente interpretativa, ou seja, ela apenas "interpreta" informações contidas no componente sintático.

A solução que Chomsky encontra é explicar as restrições seletivas que impedem a geração de frases do tipo acima, a partir de "traços sintáticos", especificados no subcomponente categorial.

Essa solução se enquadra na perspectiva teórica mais ampla de que todas as informações semânticas têm de ser especificadas a nível de estrutura profunda. Ou seja, as regras de interpretação semântica se aplicam sobre as estruturas profundas.

É importante observar que essa solução se encontra no nível da apresentação, isto é, no nível da formalização do problema. Chomsky deixa em aberto o nível da justificação do problema, isto é, aquele que determinaria se, e em que medida, conside

rações semânticas são relevantes no problema das restrições selecionais.

Ora, isso significa que o problema das restrições seleccionais continua indeterminado. Num âmbito mais amplo, isso implica em que a demarcação dos componentes sintático e semântico permanece difusa.

"De fato, não se deverá, necessariamente, ter como fato assente a possibilidade de distinguir rigorosamente considerações sintáticas e semânticas."

(Chomsky, 1975a:163)

Veja-se, também, a observação de Carly Silva: "Por sua vez, Chomsky acha injustificado o debate em relação ao assunto , entendendo não ser possível decidir se as restrições de seleção são de natureza sintática ou semântica." (Silva, 1978:150)

Retomando a linha de argumentação, vimos que o componente semântico foi incorporado ao modelo transformacional, e que a principal função desse componente era determinar o significado dos enunciados. Mas o problema que se apresentava era o seguinte: onde inserir esse componente semântico no modelo gramatical?

"No que concerne à teoria semântica, o ponto essencial para uma gramática gerativa é o da colocação do componente semântico na gramática."

(Dubois et alii, 1978:528)

Determinando-se o "lugar" do componente semântico, determinaria-se, em consequência, a relação entre sintaxe e semântica. Chomsky tentou delimitar precisamente a posição do componente semântico na gramática: as regras de interpretação semântica se aplicariam sobre a estrutura profunda. Só nessa perspectiva se compreende por que ele considerou as restrições seleccio

nais como traços sintáticos.

Mas o que Chomsky não pôde evitar é que a relação sin
taxe-semântica continuasse indefinível.

É em razão dessa indefinição que surgirão a gramática de casos e a semântica gerativa, com propostas contrárias ao mo
delo padrão de Chomsky. Essas duas teorias tentarão estabelecer uma relação diferente entre sintaxe e semântica, partindo do pres
suposto de que a estrutura profunda, tal como é formulada por Chomsky, não explicita todas as relações semânticas que uma gra
mática deve formalizar.

Generalizando, pode-se dizer que a gramática de casos e a semântica gerativa tentaram estabelecer um novo "lugar" (o que corresponde a uma nova função) para a semântica e, em conse
quência, uma nova relação entre sintaxe e semântica.

O segundo capítulo desta dissertação esboçará um qua
dro geral da gramática de casos, especialmente no que se refere á relação entre sintaxe e semântica, e às críticas dirigidas ao mo
delo padrão de Chomsky.

O terceiro capítulo consistirá em uma apresentação de algumas importantes hipóteses da semântica gerativa, com ênfase nos aspectos que conduzem a conclusões sobre o problema da rela
ção sintaxe-semântica.

CAPÍTULO 2

A GRAMÁTICA DE CASOS E A RELAÇÃO SINTAXE-SEMÂNTICA

2.1 - Perspectiva da Gramática de Casos

A finalidade deste capítulo é analisar, o mais objetivamente possível, a perspectiva adotada pela gramática de casos quanto ao papel que o componente semântico desempenha na estrutura lingüística, e, como consequência, a relação dos componentes semântico e sintático.

Como se viu no capítulo 1, a função básica do componente semântico, a partir da gramática gerativa, é fornecer o significado das sentenças.

A gramática de casos responderá à pergunta "como definir os significados de sentenças completas?" (Leech, 1981:123) numa perspectiva diferente daquela da gramática gerativa. A gramática de casos se inserirá numa pesquisa lingüística que toma por base estruturas diferentes daquelas que formam a estrutura subjacente do modelo padrão da gramática gerativa. Ou seja, para responder à pergunta acima, a gramática de casos formulará outra pergunta: que estrutura de base, não correspondente à estrutura subjacente sintagmática, pode fornecer elementos mais satisfatórios para a descrição dos significados das sentenças?

É possível, assim, inserir a gramática de casos numa pesquisa lingüística voltada para a análise de uma estrutura de

base (subjacente) não equivalente á estrutura subjacente sintaf
mática.

Para Leech (1981:130ss), esse tipo de análise - altern
ativa ao modelo da gramática gerativa - pode ser chamada de anál
ise predicacional (predication analysis). Tal análise correspond
e a uma ampla perspectiva teórica, e sob ela se abrigam diferent
es modelos - um dos quais seria a gramática de casos. A gramátic
a de casos, portanto, não seria um modelo aleatório, e sim estar
ia enquadrado numa perspectiva teórica bem definida. É em funç
ão disso que Leech afirma que a gramática de casos é um modelo
"variante": "Outra conhecida variante de análise predicacional ,
a gramática de casos, de Fillmore, aduz a possibilidade de mais
de dois argumentos por predicado". (Leech, 1981:363).

A análise predicacional pressupõe estruturaS' subjacent
es denominadas predicacões (predications) , as quais constitui
riam um componente que desempenharia o papel que, na gramática ger
ativa, estava reservado à estrutura subjacente sintagmática.

Grosso modo, a "predicação" seria um correlato das
sentenças sintáticas subjacentes, apresentando dois termos bás[^]
cos: predicado e argumentos, do mesmo modo que as sentenças sinⁱ
táticas apresentam sintagma verbal e sintagma nominal. Poderiau
mos sintetizar isto através de duas fórmulas diferentes:

1) a) Predicação Predicado + Argumentos

b) Sentença (S) -^ Sintagma Nominal (SN) + Sintagma Verbal (SV)

Em resumo, a gramática de casos se enquadra, a nível teórico, em análises lingüísticas voltadas para estruturas do tipo Ia), e não do tipo Ib).

O significado dos enunciados, portanto, só poderá ser analisado a partir de estruturas do tipo Ia), ou seja, estruturas de predicação (para seguir a nomenclatura de Leech (1981).) Mas então logo surge outra pergunta: a natureza dessas estruturas de predicação (predicados + argumentos) é eminentemente semântica?

Penso que a gramática de casos dê uma resposta positiva a esta última pergunta, embora o trabalho fundador dessa teoria - Em Favor do Caso (Fillmore, 1977), cujo original é de 1968 - seja ambíguo quanto a esse aspecto, como se verá na seção 2.2.

E preciso se ter em mente, quando se estuda gramática de casos, que esta não é uma teoria unificada e invariante. Dentro dela convivem diferentes tendências e objetivos teóricos, corporificados em modelos tão distintos como os de Chafe, Jackendoff, Anderson, etc.

Para este capítulo, utilizarei apenas dois modelos: o de Fillmore (1977) e o de Chafe (1979). A escolha de Fillmore (1977) não precisa ser justificada: -ferata-se do trabalho instau

rador da gramática de casos, e que definiu os traços básicos dessa teoria. O modelo de Chafe (1979), por sua vez, interessa particularmente ao objetivo deste capítulo, que é analisar a função do componente semântico e sua relação com o componente sintático, na gramática de casos. Devido ao desenvolvimento teórico que Chafe dá a esses problemas, analisarei mais detidamente seu modelo.

2.2 - A Proposta de Em Favor do Caso (Fillmore)

Em um trabalho posterior ao que vou analisar nesta seção, Fillmore afirmou que o objetivo de seu modelo gramatical era "descobrir um nível de estrutura sintática que fosse mais profundo que o oferecido pela então teoria padrão". (Fillmore, 1971:1).

Essa estrutura "mais profunda" corresponderá a uma estrutura do tipo de predicação (la, seção 2.1.)¹, contraposta à estrutura subjacente do modelo padrão. Por outro lado, Fillmore afirma que essa estrutura de predicação é também sintática, assim como a estrutura sintagmática subjacente. Ora, gostaria de explicitar que essa última afirmação é ambígua, não correspondendo às implicações teóricas do modelo de Fillmore.

¹ Aceitando-se, claro, a idéia de Leech (1981) de que a gramática de casos é uma variante da análise de estruturas de predicação. Em Fillmore, a Proposição corresponderia à Predicação, o Verbo ao Predicado e os Casos aos Argumentos.

Fillmore chegou àquela afirmação a partir de pressupostos que é preciso reanalisar. O primeiro desses pressupostos é uma premissa que se insere na tradição da gramática gerativa: a centralidade da sintaxe.

A partir dessa premissa, deduz-se que o modelo de Fillmore manterá a linha "interpretativista" - ou seja, o compo-nente semântico "interpreta" as sentenças produzidas pela sintaxe, componente central da gramática. Essa dedução, a meu ver, é enganosa. É necessário captar o sentido que Fillmore dava à centralidade da sintaxe nas gramáticas modernas. Essa centralidade não significava, para ele, a polarização entre sintaxe e semântica, esta última como um componente subordinado à sintaxe. A centralidade da sintaxe implica, realmente, segundo a concepção de Fillmore, na oposição do estudo mais abrangente das construções lingüísticas, ao estudo morfofonêmico, mais idiossincrático e menos abrangente.

"Em gramáticas onde a sintaxe é central, as formas das palavras são especificadas com referência a conceitos sintáticos, e não inversamente. Em outras palavras, o gramático moderno irá descrever a "construção comparativa" de uma determinada língua nos termos mais globais possíveis, e acrescentará então a isso uma descrição das consequências morfofonêmicas de se escolher determinados adjetivos ou quantificadores dentro dessa construção."

(Fillmore, 1977:275).

Quer dizer, centralidade da sintaxe significa aqui a oposição entre, de um lado, uma estrutura mais profunda (sintaxe) e, de outro, uma estrutura superficial (morfofonêmica). A estrutura profunda (sintaxe) propiciaria as construções lingüísticas

que, superficialmente, se realizariam através de diferentes formas morfonêmicas. Em última análise, basear uma gramática na centralidade da sintaxe, significa que esta gramática deve se voltar para as construções mais "abstratas" da língua, secundariamente descrevendo os dados empíricos fornecidos pelas diversas formas de palavras.

Portanto, a centralidade da sintaxe, tal como abordada por Fillmore, não se relaciona à posição que o componente sintático ocupa em relação ao componente semântico. Não se pode deduzir, em consequência, que o componente sintático seja mais profundo que o semântico, como na hipótese interpretativista.

Na busca de um nível estrutural mais profundo que a estrutura subjacente da gramática gerativa, Fillmore se propõe a reanalisar a noção de caso. Para isso, além da premissa da centralidade da sintaxe, Fillmore se baseia em outro pressuposto: existência de categorias não-manifestas, ou seja, propriedades gramaticais que não apresentam realizações morfológicas concretas.

A partir desses pressupostos, Fillmore critica a abordagem tradicional da noção de caso. Essa abordagem consistia em atribuir funções semânticas aos diferentes afixos representativos de casos como Nominativo, Acusativo, Dativo, etc. Esse tipo de abordagem se caracterizava, assim, por estipular, a partir dos dados empíricos, um leque de funções semânticas desempenhadas por essas formas empíricas. Isso, na verdade, levava a uma grande multiplicidade na definição dessas funções: cada flexão de caso desempenhando vários papéis semânticos. A confusão de critérios na definição de funções fazia com que, muitas vezes.

o uso de um caso fosse subdividido em vários aspectos, às vezes contraditórios entre si. Assim, por exemplo, falava-se de "genitivo de localização", "genitivus subjectivus", "genitivus objectivus", etc. Ccf. Galniche, 1979:57).

Uma outra abordagem considerava que cada forma de caso se referia a um significado específico, a um primitivo semântico. Portanto, propunham-se sistemas de caso baseados nesses primitivos semânticos, equivalentes às diferentes formas de caso. Fillmore, entretanto, demonstra ser improvável que a grande variedade de formas superficiais sejam equivalentes a primitivos semânticos. As formas superficiais de caso não apresentam funções invariáveis.

O grande problema dessas abordagens é que elas tentam determinar classificações invariantes a partir da grande variabilidade das formas superficiais de caso.

Fillmore, a partir dos pressupostos especificados acima, concebe a relação de caso de uma outra maneira. Ele não mais está preocupado com as manifestações empíricas dos âfixos de casos, nas línguas que os apresentam, como grego e latim. As relações de caso serão concebidas, agora, como relações subjacentes, invariáveis, que se manifestam de modo variável nos dados empíricos.

Essas relações de caso subjacentes definiriam o relacionamento dos substantivos (nomes) nas estruturas que os contêm. Pode-se acrescentar que esse tipo de relação não se enquadra na noção clássica de caso. Entretanto, Fillmore adverte que essas relações são subjacentes, fazendo parte de uma estrutura profunda.

e, portanto, não equivalendo diretamente às formas superficiais de caso. Uma outra diferença é que, enquanto os afixos de caso aparecem apenas em algumas línguas, as relações subjacentes de caso são presumivelmente universais. Há a necessidade, portanto, de se fazer uma distinção entre "caso subjacente" e "forma de caso".

"Adotarei o critério proposto pela primeira vez, pelo que sei, por Blake (1930), de se aplicar o termo caso na identificação da relação sintático-semântica subjacente e o termo forma de caso para significar a expressão de uma relação de caso numa língua específica - seja através de afixação, de suplência ou de uso de partículas clíticas, seja por restrições à ordem das palavras."

(Fillmore, 1977:296).

O modelo de Fillmore, portanto, se baseará na determinação de relações de caso subjacente, as quais representam estruturas profundas e universais, dum tipo que, como vimos na seção 2.1., equivale às estruturas de predicação.

Nessa ordem de idéias, Fillmore define que "a sentença, em sua estrutura básica, consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo numa determinada relação de caso." (Fillmore, 1977:296).

Com isso, Fillmore entra em choque com a gramática gerativa, já que esta considera que os relacionamentos de caso pertencem não à estrutura subjacente das sentenças, mas à estrutura superficial.

A relação da proposta de Fillmore com a gramática gerativa é bem complexa. Aparentemente, Fillmore deseja apenas in

troduzir "uma modificação" na teoria transformacional. Entretanto, é evidente que sua proposta implica em um afastamento radical do modelo padrão da gramática gerativa.

Fillmore aponta uma inadequação básica do modelo padrão. Este modelo se mostra incapaz de captar o fato de que o Sintagma Adverbial de Extensão, por exemplo, ao mesmo tempo que é uma categoria do tipo Sintagma Preposicional, contém também um aspecto semântico, exigindo uma seleção léxica "altamente restrita", que distingue cada tipo de sintagma adverbial. Em outras palavras, o modelo padrão só explica o caráter sintagmático de um Sintagma Adverbial de Extensão, por exemplo, mas não explica a especificidade semântica desse sintagma, como em:

2) Ele errou o alvo por dois metros.

Isso ocorre porque existem, para Fillmore, dois tipos de relação sintática: a relação configuracional ou pura, e a relação rotulada ou mediada.

"Relações "puras" são relações entre constituintes gramaticais expressáveis em termos de domínio (imediato). Assim, a noção de "sujeito" pode ser identificada como a relação entre um SN e uma S imediatamente dominante."

(Fillmore, 1977:291).

Relações rotuladas, por outro lado, são aquelas determinadas por etiquetas de pseudo-categorias como, por exemplo, "Modo", "Extensão", "Localização", etc.

A diferença entre esses dois tipos de relação é que as relações configuracionais ou puras são estritamente sintáticas, enquanto as relações rotuladas são semanticamente relevantes. Ora,

a gramática gerativa não admitia a função semântica de etiquetas como "Modo", "Extensão", etc, e por isso não pôde explicar a especificidade semântica dos diferentes sintagmas adverbiais.

As relações de caso, para Fillmore, são semanticamente pertinentes, e só podem ser captadas por relações do tipo "rotulado". As relações configuracionais, que determinam os sujeitos e objetos, passam a ser enfocadas como fenômenos de estrutura de superfície.

Portanto, a estrutura profunda proposta por Fillmore apresenta relações de caso (relações entre SNs e as estruturas que os contêm), que são relações rotuladas por serem semanticamente relevantes.

Isso significa a rejeição do modelo de estrutura profunda sintagmática de Chomsky, já que este se baseia em relações configuracionais que são inadequadas para captar as relações de caso.

Observe-se que esta inadequação do modelo de Chomsky está ligada ao fato de que a gramática gerativa não admitia qualquer função semântica na estrutura profunda, excluindo, assim, da estrutura subjacente, qualquer rótulo semântico.

Ora, a gramática de casos de Fillmore se baseia em "etiquetas" semânticas: os casos subjacentes. Estes casos representam a relação que um sintagma nominal mantém com o verbo na estrutura profunda.

Ou seja, na base desse antagonismo entre gramática de casos e gramática gerativa, encontra-se o problema do papel que

o componente semântico desempenha na estrutura lingüística. Em Fillmore, esse componente é localizado na base da gramática, o que o opõe à gramática gerativa. Como temos visto, a determinação do papel da semântica implica na determinação do relacionamento que ela mantém com o componente sintático. E o modo pelo qual Fillmore aborda esse relacionamento o que eu gostaria discutir agora.

Fillmore afirma que as relações de caso são relações sintáticas semanticamente relevantes. Ou seja, mesmo negando as relações configuracionais, tipicamente sintáticas, a gramática de casos ainda faz parte, segundo Fillmore, do âmbito da sintaxe, "o presente ensaio pretende ser uma contribuição ao estudo de universais sintáticos formais e materiais." (Fillmore, 1977:278).

As relações rotuladas, que caracterizam as relações de caso, são relações sintáticas semanticamente relevantes. Ou seja, as relações de caso apresentam um caráter sintático-semântico: "Na verdade, desde as primeiras propostas de Fillmore, pensa-se em casos como realizações sintático-semânticas abstratas e subjacentes". (Borba, 1987:3).

Tentarei mostrar que essa afirmação de Fillmore de que a estrutura de casos é sintático-semântica, é ambígua, como foi dito no início desta seção. .

Também já demonstrei que a centralidade da sintaxe, defendida por Fillmore, não implica na determinação da relação entre sintaxe e semântica. Esta premissa da centralidade da sintaxe apenas valorizava um nível gramatical de "construções maiores",

mais abstrato e abrangente, em oposição ao nível das realizações morfofonêmicas, superficial e idiossincrático.

O nível mais profundo da gramática de Fillmore são os relacionamentos de caso, e o que interessa saber é se essas relações realmente pertencem à sintaxe.

Aparentemente, os relacionamentos de caso correspondem a um nível sintático mais profundo que a estrutura sintagmática subjacente do modelo padrão. Entretanto, este nível sintático mais profundo não é tão evidente, especialmente se formulamos algumas perguntas: qual o caráter deste nível sintático? Como se dá o relacionamento desse nível sintático com o semântico, já que a semântica faz parte da estrutura subjacente?

Na verdade, Fillmore não explicita claramente esses problemas. Ele alega apenas que as relações de caso são sintáticas, mas com relevância semântica. Isso dá às relações de caso uma indeterminável natureza sintático-semântica.

Não vejo por que as relações de caso devam ser consideradas sintáticas. Ao contrário, as implicações teóricas do modelo de Fillmore parecem mostrar que elas são estritamente semânticas.

A própria definição de casos é estritamente semântica:

As noções de caso incluem um conjunto de conceitos universais, presumivelmente inatos, que identificam certos tipos de julgamento que os seres humanos são capazes de fazer acerca dos acontecimentos que ocorrem a seu redor, julgamentos acerca de assuntos tais como quem fez, com quem aconteceu, e o que foi mudado."

(*id.*:299).

Os casos propostos (Agentivo, Instrumental, Dativo, Factivo, Locativo, Objectivo) também apresentam definições de natureza semântica (cf. id.;299).

O problema é que a Proposição (P), que é a estrutura básica da sentença, é definida comò:

$$3) P \rightarrow V + C_1 + \dots + C_n$$

(id.:299)

onde cada caso (C) só pode aparecer uma vez. Ou seja, as combinações de casos determinara "tipos de sentença", classificando, ainda, os verbos que podem ser inseridos nos diferentes tipos de sentença. Portanto, tem-se a noção de "combinação", de "relação" entre casos e um verbo. Ora, as noções de "combinação", de "relação" determinando tipos de sentença, são, aparentemente, noções sintáticas. É isso que Fillmore parece defender. Neste caso, a sintaxe faria parte da estrutura profunda.

Penso que essa posição de Fillmore é ambígua. Tudo parece indicar, na verdade, que as "combinações" de casos, e os tipos de sentença que elas determinam, são estritamente semânticas.

2

E bom se frisar que a "combinação" de casos não significa ordenação. Os casos não estão ordenados linearmente, em sua relação com o verbo: "... representações de estrutura subjacente do tipo requerido por uma gramática de casos, eram não-ordenadas: a imagem era a de um móbile suspenso livremente no ar, mais que a de ura diagrama arbóreo escrito no quadro-negro." (Fillmore, 1975:6). Se na representação das proposições (como em 4a), os casos estão ordenados, essa ordenação é determinada por ura fator alheio à estrutura de casos, qual seja: a hierarquia de escolha de sujeito (subject-choice hierarchy), que é um fator sintático superficial.

Assim, por exemplo, a proposição

4a) P. $\bar{V} + O + D + A$

onde O (Objetivo), D (Dativo) e A (Agentivo), apresenta uma com
binação semântica, entre categorias semânticas (os casos e o ver
bo), determinando um tipo de sentença semântica, e não sintática.
Trata-se de uma "combinação" inteiramente distinta de, por exem
pio,

4b) SV- \bar{V} + SN + SP

onde temos categorias sintáticas que determinam uma estrutura
sintática, no caso, o SV (Sintagma Verbal).

Além disso, veja-se que o tipo de sentença em 4a) ex
pressa um "julgamento" sobre o mundo, ou seja, um valor semânt[^]
co. Se inserimos o verbo "mostrar" em 4a), temos (segundo a aná
lise de Fillmore) um Agentivo (A) que instiga a ação de mostrar
"alguma coisa" (Ó) a um ser animado (D), que é afetado por esta
ação de (A).

O problema é que o tipo de sentença 4a), como todos os
esquemas casuais, apresenta uma estrutura semântica relacionai ,
ou seja, baseada na combinação (relação) de categorias semânt[^]
cas. Fillmore, ao que parece, não tentou ou não desejou expli
tar a natureza dessa semântica relacionai, afirmando, então, que
os relacionamentos casuais são sintáticos.

Aliás, a semântica relacionai, ou seja, uma estrutu
ra semântica baseada na combinação de categorias semânticas, é

um fator determinante na função que o componente semântico de desempenha na gramática. Lembremos que o componente semântico só pôde ser incorporado à gramática gerativa quando passou a abranger a relação semântica entre categorias ou elementos semânticos dentro de uma frase, como a que era determinada, por exemplo, pelas restrições de seleção (Katz e Fodor), como vimos no capítulo 1. Por outro lado, como veremos na seção 2.3., uma das razões pelas quais Chafe adota a estrutura de casos, é que os relacionamentos de caso captam uma das características básicas da estrutura semântica, qual seja, a de que ela sempre apresenta configurações semânticas, quer dizer, combinações de unidades semânticas. Para Chafe, as unidades semânticas nunca aparecem isoladas.

O que ocorre também é que Fillmore dedica grande parte de *Em Favor do Caso* à análise das transformações da estrutura subjacente do tipo casual em representações superficiais do tipo sujeito-predicado. Assim, ele não discutiu mais profundamente o presumível caráter sintático-semântico das estruturas subjacentes.

A ambigüidade desse caráter sintático-semântico resalta ainda mais no final do trabalho de Fillmore, quando ele se refere a uma "estrutura profunda semântica", afirmando que o nível puramente sintático, do tipo proposto por Chomsky

"É um nível artificial intermediário entre "a estrutura profunda semântica" que se pode descobrir empiricamente e a estrutura superficial acessível pela observação, um nível cujas propriedades têm mais a ver com as incumbências metodológicas dos gramáticos do que com a natureza das línguas humanas."

(*id.*:359).

Essa ambigüidade da relação sintaxe-semântica que caracteriza a proposta de Fillmore (1977), será anulada no modelo de Chafe (1979), que analisarei a seguir. Nesse modelo, a estrutura profunda será estritamente semântica, e o componente sintático servirá apenas de intermediário entre o universo dos significados e o universo do som.

A importância da proposta de Em Favor do Caso, no que se refere ao interesse teórico principal desta dissertação, é que ela retira do componente sintático toda a autonomia de que ele dispunha na gramática gerativa. Estabelece-se uma modificação na relação entre sintaxe e semântica, tão importante quanto fora a modificação introduzida pela própria gramática gerativa em relação ao estruturalismo, ao incorporar o componente semântico na gramática.

2.3 - O Modelo de Chafe

O modelo de Chafe se baseia em pressupostos teóricos bastante diferentes dos de Fillmore.[^] Na verdade, Chafe pretendeu elaborar um quadro geral das estruturas lingüísticas, determinando o modo de funcionamento das línguas humanas, e para isso utilizou hipóteses bastante abrangentes. Os estudos de Fillmore, por sua vez, destinavam-se, pelo menos a princípio, a valorizar certo tipo de relações gramaticais (relações de caso), que fa

[^] Embora o modelo de Chafe também assente, isto é claro, numa perspectiva de análise predicacional, referida na seção 2.1.

riam parte de uma estrutura profunda diferente da proposta pelo modelo padrão da gramática gerativa. Esse tipo de relação (supo[^]tamente sintático-semântica) se converteria em estruturas superficiais do tipo sujeito-predicado (ou configuracionais). Já foi visto que essa proposta implicava em profundas modificações em relação ao modelo da gramática gerativa, mas isso não era questionado por Fillmore, ao menos num nível teórico mais amplo.

Chafe (1979), ao contrário, baseou-se em pressupostos gerais, e entre eles se destaca o de que a língua é, essencialmente, a conversão de conceitos (significados) em sons.

A idéia básica é que o falante tem "conceitos" a transmitir, e esses conceitos são simbolizados por material fonético. O receptor, a partir desse material fonético, reproduz os conceitos que originariamente estivera na mente do emissor. Assim, por exemplo, se o falante deseja transmitir os conceitos de gato e plural, ele pode simbolizá-los, em português, por meio do material fonético:

5) g a t u s

Entretanto, esse processo não é tão simples. A língua humana não se baseia numa correspondência direta entre conceitos e símbolos fonéticos. Ela não funciona como a linguagem dos primatas não-humanos, por exemplo, onde cada "unidade conceptual" (no caso, reações psicofisiológicas a situações exteriores) é representada por formas fonéticas específicas. Chafe afirma que há uma dualidade, nas línguas humanas, entre o universo dos conceitos e o universo dos sons. A primeira grande diferença entre

esses dois p5los, é que, enquanto o universo conceptual humano é imenso e diversificado, as unidades fonéticas são restritas, limitada pela própria capacidade articulatório-acústica do homem. Em conseqüência, torna-se impossível representar cada conceito por um símbolo fonético específico. Assim, os conceitos ou unidades semânticas, nas línguas humanas, são simbolizados por combinações de unidades fonéticas do tipo;

6) A -^ XYZ

B -> WZ

C → TWYX

(Chafe, 1979:27).

onde A, B, C, representam os conceitos, e os elementos à direita da seta, as combinações de unidades fonéticas.

Essa dualidade, que equivale, mais ou menos, à dupla articulação de Martinet, tem por conseqüência isolãr, de um lado, o universo conceptual, e de outro, o universo fonético. Se eles estão separados, possuem então estruturas independentes. A tarefa do lingüista, em conseqüência, consiste em estudar as estruturas semântica e fonética da língua, e o processo pelo qual os conceitos se convertem em sons. A esse processo Chafe dá o nome de simbolização.

Essa concepção da língua pode ser esquematizada, grosso modo, por ;



esquema que é sintetizado na frase: "A língua é um sistema que medeia, de forma altamente complexa, entre o universo do significado e o universo do som." (id.;15)

A expressão "de forma altamente complexa" se justifica pelo fato de que a conversão dos conceitos em sons não se realiza de uma forma imediata; entre a estrutura semântica e a estrutura fonética há uma graduação de processos.

Os conceitos da estrutura semântica não funcionam como entrada (input) do processo de simbolização. As configurações dos conceitos (ou seja, as mensagens a serem transmitidas), sofrem transformações antes de serem simbolizadas. Do mesmo modo, a estrutura fonética, tal como é encontrada efetivamente nos enunciados, não corresponde, totalmente, à saída (output) da simbolização. Entre essa saída e a estrutura fonética há também processos de "transformação".

As transformações das configurações semânticas cumprem um objetivo básico: linearizar os conceitos, de modo que, ao serem simbolizados, estes apresentem distribuição seqüencial, enquadrando-se na característica principal das realizações fonéticas, qual seja, a de que elas se realizam em seqüência temporal: "Há a necessidade de que as estruturas semânticas não-lineares sejam convertidas em configurações lineares apropriadas à posterior transformação em som; daí a necessidade de processos de linearização." (id.:54).

Esses processos de linearização são processos de transformação, já que convertem estruturas semânticas subjacentes

tes não-lineares, em estruturas superficiais lineares, como; :

8) gato _____ ^, gato plural
plural

(id.:28)

Esse processo de linearização é denominado de p5s-se
mântico, já que gera estruturas superficiais que derivam da es
trutura semântica, e que s5 indiretamente representam as configu
rações semânticas. Existem outros processos p5s-semânticos, como
a idiomatização, que tem como efeito as literalizações (cf. id. ;
40ss). O interessante é observar que esses processos geram estru
turas superficiais que não representam diretamente as configura
ções semânticas subjacentes. Assim, a estrutura superficial do
enunciado da língua inglesa em 9)

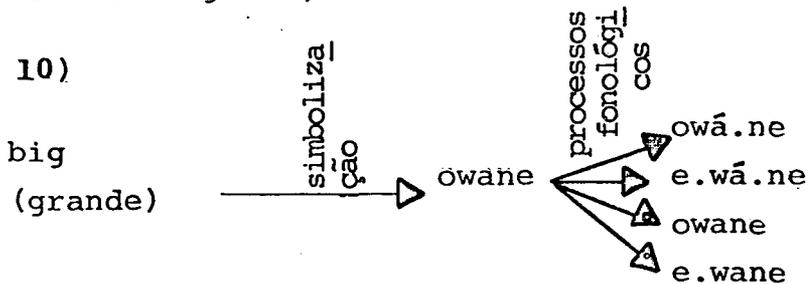
9) Helen spilled the beans

é uma literalização da configuração semântica Helena deixou esca
par uma informação. Ou seja, 9) deriva de uma representação se
mântica subjacente, por um processo de transformação que teve co
mo resultado substituir uma configuração semântica nova (Helena
deixou escapar uma informação) por uma representação superficial
já existente (Helèn. spilled the beans - Helena derramou o feijão).
Entretanto, é claro que 9) é ambígua, já que, caso o processo de
literalização não seja aplicado, 9) pode ser uma representação
superficial da config\iração semântica subjacente Helena derramou
o feijão.

Em resumo, as expressões idiomáticas, em Chafe, são explicadas como sendo o resultado de um processo pós-semântico. Tal processo se aplicaria também, é claro, ao português, em que uma expressão idiomática como, por exemplo, José abotoou o paletó, seria uma representação superficial pós-semântica da representação semântica subjacente José faleceu.

Existem outros processos pós-semânticos, como a concordância e a pronominalização. O que importa observar é que esses processos marcam o afastamento da estrutura semântica do processo de simbolização. Eles geram estruturas superficiais mais "próximas" das entidades fonéticas obtidas pelo processo de simbolização.

Como vimos, processos de transformação não se aplicam apenas sobre as configurações semânticas. A estrutura fonética é também o resultado de transformações. As estruturas superficiais pós-semânticas não são simbolizadas diretamente pelas estruturas fonéticas, mas sim por estruturas fonológicas subjacentes. Estas estruturas fonológicas subjacentes, através de processos de transformação, resultam, finalmente, nas estruturas fonéticas. Assim, em onondaga, língua iroquesa, a representação semântica big (grande), depois de sofrer processos pós-semânticos, é simbolizada por uma estrutura fonológica "abstrata", que, sofrendo processos fonológicos, resulta em diferentes estruturas fonéticas:



(id.:34)

Portanto, o modelo de Chafe, acrescentando-se os processos de transformação ao esquema elementar em 7), é esquematizado pelo seguinte quadro:

Processos fonológicos posteriores e estruturas intermediárias

Processo fonológico

Simbolização

Processos pós-semânticos posteriores e estruturas intermediárias

Processo pós-semântico

Estrutura semântica → Estrutura pós-semântica intermediária → Estrutura de superfície → Estrutura fonológica subjacente → Estrutura fonológica intermediária → Estrutura fonética

FIGURA 1⁴ (id.:57)

⁴ Note-se que há uma série de processos de transformação, quer pós-semânticos, quer fonológicos. A ordenação desses processos não nos interessa aqui. Mas, como exemplo, pode-se citar a seguinte ordenação de processos pós-semânticos: literalização → linearização → pronominalização.

O fundamento teórico desse esquema lingüístico é a teoria idealista (ideational). Essa teoria afirma que na mente das pessoas há uma série de conceitos cristalizados (esses conceitos dispõem, talvez, de uma realidade física, eletro-química, mas isso não é essencial à teoria). Esses conceitos são transmissíveis através dos enunciados lingüísticos, segundo o processo da Figura 1 acima. Para o lingüista estudar esse processo, ele precisa dispor, antes de tudo, de uma compreensão pelo menos razoável da natureza dos conceitos que formam a estrutura conceptual humana.

Em outras palavras, a semântica está na base do modelo de Chafe. É através dos estudos semânticos que se pode formalizar, a nível de descrição lingüística, os conceitos que formam o arcabouço da estrutura conceptual humana.

Em suma, existe todo um quadro conceptual que o lingüista precisa desvendar. O método a ser utilizado é o da introspecção: "Se os conceitos têm um local exato dentro de nossa mente, esse é o lugar onde procurá-los". (id.:76)

A pergunta que Chafe se faz é a seguinte: qual o campo conceptual de que uma língua humana faz uso?

A princípio, poder-se-ia pensar que as unidades semânticas são aquelas que correspondem a significados específicos, tais como os representados por palavras como "cão", "verdade", "sucesso". Realmente, conceitos desse tipo fazem parte do quadro conceptual humano. Mas esses conceitos são, por assim dizer, os últimos recortes do universo conceptual. Existem conceitos que abrangem uma faixa maior desse universo. A pesquisa semântica em

preendida por Chafe conduz à descoberta de conceitos mais abrangentes, ou seja, de espaço conceptual mais amplo. Conceitos deste tipo mais amplo podem abranger, por exemplo, todo o campo semântico representado por palavras como "cão", "verdade", "sucesso".

Uma outra característica do universo conceptual ressaltada por Chafe, é que os conceitos nunca aparecem isolados: "De fato, porém, nunca encontramos na língua unidades semânticas que ocorram isoladamente; invariavelmente estão combinadas em configurações de maior ou menor complexidade." (id.:83)

Esse problema nos remete ao capítulo 1 desta dissertação. Já vimos que somente na medida em que a semântica passou a abranger combinação de conceitos, o que envolve o significado dos enunciados, é que a semântica pôde ser incorporada à gramática gerativa. Além disso, naquele capítulo havíamos visto que o problema da combinação de conceitos estava relacionado com o problema das restrições seletivas - ou seja, certas frases, sintaticamente perfeitas, apresentam caráter anômalo. Vimos também as consequências que o problema das restrições seletivas provocava na demarcação dos limites entre sintaxe e semântica.

Chafe analisa as restrições seletivas sob uma ótica estritamente semântica. Assim, a anomalia de frases como

11) a) I frightened the table (Assustei a mesa).

b) I assembled the dog (Construí o cachorro).

(id.:83)

deve ser analisada em termos de co-ocorrência de unidades semânticas.

Portanto, o universo conceptual humano se caracteriza por dois aspectos: 1) existem conceitos (unidades semânticas) que abrangem um espaço conceptual muito amplo. 2) os conceitos combinam-se entre si.

É nesse ponto que adquirem importância as relações de caso.⁵ Chafe incorpora a gramática de casos a seu modelo linguístico baseado na semântica.

A definição de duas unidades semânticas básicas - verbo e nome - recorta o universo conceptual em duas grandes áreas. Quer dizer, esses dois conceitos - verbo e nome - estão no nível mais alto de abstração semântica, ou seja, eles abrangem o espaço conceptual mais amplo.

"Minha suposição será a de que o universo conceptual humano total é dicotomizado inicialmente em duas grandes áreas. Uma, a área do verbo, engloba estados (condições, qualidades) e eventos; a outra, a área do nome, engloba "coisas" (tanto objetos físicos como abstrações coisificadas)."

(id.:96)

Estas duas áreas conceptuais são interrelacionadas. Quando aparecem em configuração semântica, verbos e nomes mantêm uma estreita relação entre si. Em outras palavras, as relações de caso captam a característica do universo conceptual pela qual os conceitos se combinam entre si. Como se dá essa combinação? Exis

⁵ Chafe não se refere a relações de caso, mas a relações verbo-nome. A diferença é importante porque envolve a centralidade do verbo em Chafe. Mas, quando eu me referir, neste capítulo, a relações de caso, será o mesmo que dizer relação verbo-nome.

tem unidades semânticas, relacionadas ao verbo, que determinam o tipo de relação entre o verbo e os nomes que o acompanham. As unidades selecionais - estado, ação, processo, ambiente - cum prem a função de determinar a relação de caso (cf. id.:98 ss).

Em suma, a "espinha dorsal" da estrutura semântica é formada pelas relações do verbo com os nomes. A "configuração típica" da estrutura semântica apresenta, em consequência, conceitos semânticos muito abstratos (estados, eventos, coisas) e a natureza da relação entre eles. "Tentei estabelecer um quadro da estrutura semântica no qual a configuração típica consiste num verbo central acompanhado por uma ou mais nomes, cada um dos quais se mantém numa determinada relação com o verbo." (id.:14,8)

Tratarei agora, mais especificamente, da relação entre sintaxe e semântica, implicada pelo modelo de Chafe.

Como vimos, para Chafe a estrutura semântica é o eixo básico das línguas humanas, e isso porque estas têm a função de transmitir conceitos que *estão* na mente do emissor, para a mente do receptor. Pode-se dizer, assim, que os conceitos formam o elemento central das línguas humanas, em torno do qual se ordena todo o processo linguístico.

Essa posição de Chafe elimina as ambigüidades da proposta de Em Favor do Caso (Fillmore, 1977), pois agora a semântica ganha total prioridade e independência, especialmente as relações de caso, que configuram as relações básicas da estrutura semântica. E essa prioridade da semântica se justifica pelo seguinte fato: "Resumindo, é na estrutura semântica que se determina a boa-formação das orações." (id.^60)

Ora, se a estrutura semântica é responsável pelos processos de formação dos enunciados (orações), ou em outras palavras, se ela corresponde ao componente gerativo, é evidente que a estrutura semântica se torna o componente central da estrutura lingüística.

Se recordamos a evolução da argumentação desta tese, pode-se observar, de um modo simplificado, o quanto a noção de boa-formação é importante na determinação da relação sintaxe-semântica, ao menos nos modelos lingüísticos que tenho analisado.

No estruturalismo, a formação dos enunciados cabia inteiramente à sintaxe, excluindo-se a semântica (embora, é claro, não houvesse, no estruturalismo, um "componente gerativo", e sim descrições das estruturas dos enunciados gramaticais realizados). A gramática gerativa, em certo momento, sentiu a necessidade de incorporar a semântica aos processos de estruturação dos enunciados, mas o fez (no modelo padrão) reservando à semântica um papel adjacente, de "interpretação" das frases geradas pelo componente sintático. Fillmore, em *Em Favor do Caso* (1977), altera essa perspectiva, situando na estrutura profunda as relações sintático-semânticas de caso (embora, como vimos, esse caráter sintático-semântico fosse ambíguo). Por fim, Chafe propõe que a estrutura semântica, unicamente, seja a responsável pelos processos de boa-formação dos enunciados, ou seja, pela formação das frases gramaticais de uma língua. Portanto, na medida em que o componente gerativo tende para a órbita da semântica ou da sintaxe, os modelos gramaticais definem as funções respectivas, desses componentes, e a relação que eles mantêm entre si.

Chafe explicita muito claramente a importância de de terminação do "lugar" da boa-formação dos enunciados, servindo essa determinação como divisor de águas entre a "posição semanticista" (modelo de Chafe) e a "posição sintaticista" (gramática gerrativa).

"A diferença entre a posição semanticista e a sintaticista, então, é exatamente a differença que diz respeito ao lugar onde se determina a boa-formação dos enunciados lingüísticos - se é na estrutura semântica ou numa estrutura profunda imaginária que se situa em algum lugar entre a estrutura semântica e a estrutura superficial."⁶

(*id.*:66).

Sendo a estrutura semântica o componente central de uma língua (segundo a posição semanticista), é claro que a Lingüística deve se preocupar, basicamente, com os estudos semânticos, ou seja, com os estudos do campo conceptual de que a língua faz uso.

Contudo, para Chafe, a Lingüística contemporânea tem se preocupado muito mais com o lado fonético da língua. As duas correntes que dominaram a Lingüística, especialmente nos Estados Unidos, desde a década de 20, foram, sucessivamente, o estruturalismo e a gramática gerativa (denominada por Chafe de sintaticismo). "Ambas as concepções se fundamentaram numa desconfiança básica dos dados semânticos, desconfiança que levou inevitavelmente a uma ênfase excessiva no aspecto fonético da língua" (*id.*: 60-1).

⁶ Esta "estrutura profunda imaginária" corresponde à estrutura sintagmática subjacente do modelo padrão da gramática gerrativa-transförmacional.

Chafe entende que, sendo a língua uma polarização entre, de um lado, os significados, e de outro, os sons, as duas correntes citadas acima se prenderam mais ao universo dos sons, restringindo o papel dos significados. Entretanto, estruturalismo e "sintaticismo" utilizaram, para isso, métodos diferentes. Enquanto o estruturalismo se fixou mais aos dados concretos, evitando, assim, maiores abstrações, o sintaticismo propôs uma estrutura subjacente para gerar as saídas fonéticas superficiais.

Mas essa estrutura profunda do modelo da gramática gerativa está, de qualquer modo, ligada ao universo do som, mesmo que por um processo de abstração.

Ocorre aqui uma diferença básica entre o modelo da gramática gerativa e o modelo de Chafe. Para Chafe, esta passagem da estrutura profunda sintagmática para a estrutura superficial fonética, no modelo de Chomsky, não capta o processo de simbolização, e a língua, segundo a posição semanticista, consiste essencialmente na conversão de significados em sons. A estrutura subjacente de Chomsky não é semântica; portanto, na passagem dessa estrutura profunda para a estrutura superficial (através de transformações sintáticas), não há simbolização. A "entrada" no componente fonético se dá pela inserção lexical:

"O sintaticismo, entretanto, como o estruturalismo, não reconhece o processo de simbolização como tal. Unidades fonológicas subjacentes são introduzidas pela "inserção lexical" em alguma parte da seqüência daquilo que venho qualificando como processos pós-semânticos."

(id.:63)

Isso tudo significa que a estrutura profunda da gramática gerativa está situada em algum ponto depois da estrutura se mântica. Ora, isso se opõe radicalmente à concepção de Chafe, pa ra quem a estrutura linguística é, basicamente:

7) [estrutura SEMÂNTICA] simbolização ^ ESTRUTURA FONÉTICA

Em suma, o modelo padrão de Chomsky não tem como pon to de partida a estrutura semântica, e nem considera o processo de simbolização: esses dois pontos opõem frontalmente o modelo de Chafe e a gramática gerativa.

Como vimos no quadro apresentado na Figura 1, o mode lo de Chafe é formado por diversos processos que convertem a es trutura semântica em uma estrutura fonética superficial. Dentro desse quadro, Chafe não compreende por que uma estrutura interme diária, como a estrutura sintagmática subjacente, situada entre o pólo dos significados e o dos sons, possa cumprir um papel cen trai na estrutura linguística: "De iima perspectiva semanticista, é difícil ver por que uma representação intermediária em relação à estrutura semântica e ã estrutura superficial deveria ser ele vada a posição tão decisiva (o núcleo criativo da língua)."

(id.:67)

Em resiimo, para um modelo baseado na hipótese idealif ta (em que os conceitos desempenham o papel central), é impossí vel considerar que uma estrutura que não tem como parti da os conceitos e que serve apenas para gerar, depois de aplica das as transformações, ãi estrutura fonética superficial, seja tão importante.

O modelo de Chafe apresenta 3 (três) processos - formação, transformação e simbolização:

"Em primeiro lugar, há processos de "formaçãõ" pelos quais uma estrutura semântica é construída logo no início. Em segundo lugar, há processos de "transformação" pelos quais uma estrutura semântica é modificada para tornar-se uma estrutura superficial, e pelos quais, também, uma representação fonológica subjacente se converte numa representação fonética. E, em terceiro lugar, há processos de "simbolização" através dos quais unidades pós-semânticas de uma representação de superfície são substituídas por configurações fonológicas subjacentes" (id.: 56-7).

Tentarei traçar um paralelo entre esses processos e o modelo padrão de Chomsky.

1) Processos de Formação

Chafe	[estrutura semântica
Chomsky	[estrutura sintagmática subjacente
		(subcomponente de base)

2) Processos de Transformação

Chafe	[estrutura semântica → est. superficiais
		pós-semânticas.
		est. fonológica subjacente → est. superf
		cial fonética.

Chomsky — [est. sintagmática subjacente — est. superficiais
regras fonológicas]

3) Processos de Simbolização

Chafe — [conversão das unidades pós-semânticas em configurações fonológicas subjacentes.]

Chomsky — [não há processo de simbolização.]

Como se vê, a única equivalência reside no processo de transformação. Entretanto, a rigor, esta equivalência só existe no "lado fonético":

"Assim, (a gramática gerativa) pesquisou, e em muitos pontos rejeitou a noção de fonema e a substituiu pelo tipo de sistema de unidades fonológicas subjacentes e de processos que aqui se defende. No lado fonético do processo de simbolização não há diferença básica entre a concepção sintatística e a que propus acima."

(*id.*:63).

No "outro lado" da simbolização, entretanto, os processos de transformação envolvem fatores diferentes. Em Chafe, trata-se da passagem de estruturas semânticas a estruturas superficiais pós-semânticas. Essas estruturas superficiais, embora não reflitam diretamente as configurações semânticas, derivam destas configurações. No modelo de Chomsky, por outro lado, as transformações convertem estruturas subjacentes sintáticas em estruturas superficiais fonéticas (ou mais exatamente, que recebem interpretação fonética). Portanto, passa-se de uma estrutura profunda pa

ra uma estrutura superficial, sem consideração dos significados (ao menos no modelo padrão da g.g.t.).

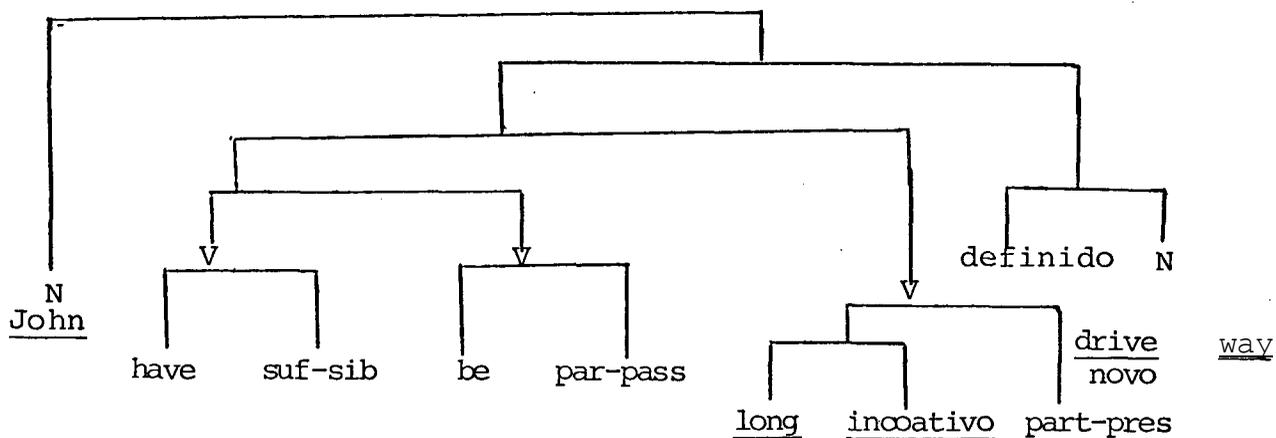
A rigor, não existe um componente sintático no modelo de Chafe. Ao menos, não existe um componente sintático independente, régido por leis específicas, assim como há um componente semântico, representado pela estrutura semântica, e uma componente fonético, representado pela estrutura fonética.

Entretanto, as estruturas superficiais geradas pelos processos p5s-semânticos podem ser consideradas "sintáticas", já que essas estruturas não são semânticas e servem de entrada para o processo de simbolização, ou seja, não são ainda fonéticas. Aliás, os processos p5s-semânticos que geram essas estruturas superficiais têm por função ordenar em cadeia (linearizar), suprimir ou substituir, acrescentar e redistribuir unidades "semânticas e pós-semânticas". (cf. id. ;54-5). Essas funções são sintáticas, na medida em que sintaxe é definida como a ordenação e organização de elementos lingüísticos em uma cadeia. O próprio Chafe assinala que os processos p5s-semânticos equivalera às transformações sintáticas de Chomsky: "O terceiro tipo de processo, ao qual chamei p5s-semântico, é, em linhas gerais, análogo às transformações da teoria sintaticista." (id.;243).

As próprias estruturas superficiais geradas pelos processos p5s-semânticos assemelham-se, razoavelmente, às estruturas superficiais propostas pelo modelo padrão de Chomsky, como se pode depreender da estrutura superficial p5s-semântica representada na Figura 2, a qual, depois de simbolizada, resulta na oração;

12) Jonh has been lengthening the driveway

(João esteve prolongando a estrada)



7

FIGURA 2

(Id. ;268)

Contudo, a importância de uma estrutura superficial; como a da Figura 2 não reside no seu valor sintático, mas sim no fato de que ela está apta a sofrer o processo de simbolização, resultando, então, numa adequada entrada para as regras fonológicas do inglês, no caso. Em outras palavras, essa estrutura superficial é puramente intermediária entre a estrutura semântica e a estrutura fonética.

Além disso, uma estrutura superficial desse tipo não deriva de nenhuma estrutura "abstrata" (subjacente) sintática, e sim de uma estrutura semântica. Em vista disso, não apresenta rótulos de tipo sintático (SN, SV, SP, SAdv., etc.), que no modelo padrão são fornecidos pelas regras sintagmáticas ou categoriais

7

Sobre a derivação de driveway (estrada), cf. (id. :255).

da estrutura subjacente. (N (Nome) e V (Verbo), na Figura 2, são unidades semânticas).

A estrutura semântica da qual deriva a estrutura superficial pós-semântica apresentada na Figura 2, é a seguinte:

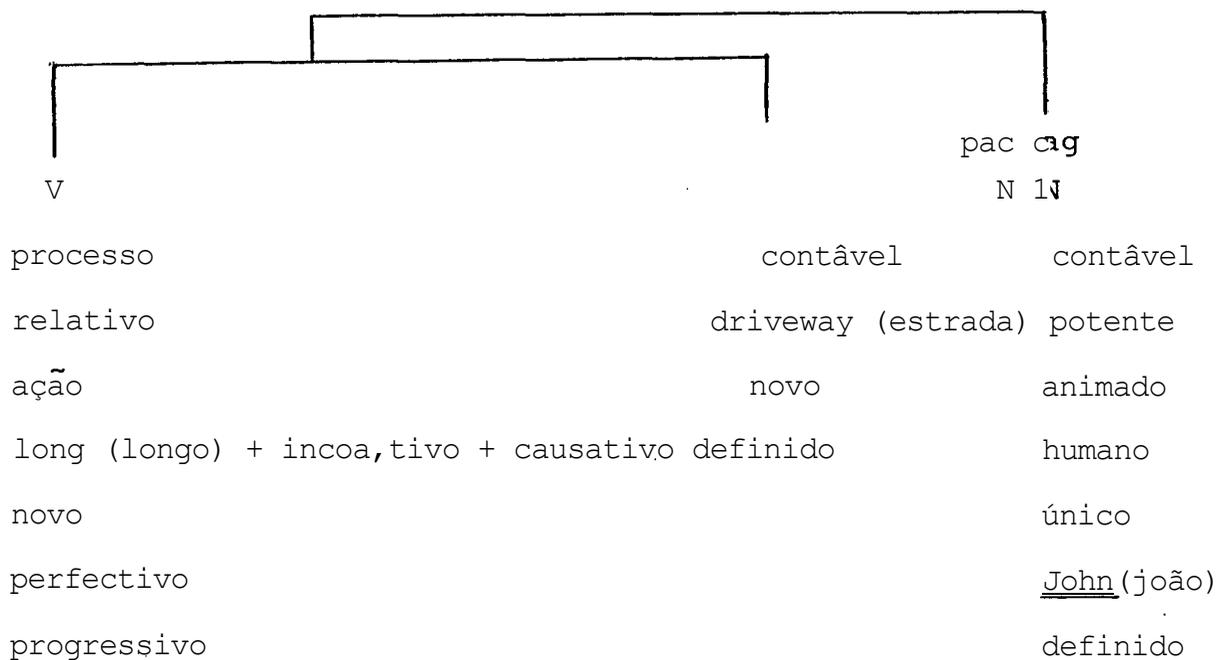


FIGURA 3

(id.:248)

Como se vê, há uma série de unidades semânticas. Essas unidades semânticas se enquadram em diferentes tipos: unidades semânticas básicas (verbo e nome) e a relação entre elas, unidades seletivas, lexicais, derivativas e flexionais.

Mais atrás, já discuti brevemente a definição das unidades semânticas verbo e nome. O nome pode manter diferentes relações com o verbo, tais como relação de agente (ag), paciente (pac), experimentador, beneficiário, etc.

As unidades selecionais do verbo são estado, processo, ação e ambiente. São chamadas selecionais por duas razões: "Em primeiro lugar, unidades como essas têm um papel primordial na seleção dos nomes que as acompanham e das relações que tais nomes têm com o verbo. (...) Em segundo lugar, unidades selecionais se relacionam diretamente com a seleção de unidades dentro do verbo, como dry (secar), laugh (rir), e assim por diante..." (id. ;106).

Existem também unidades selecionais dos nomes. Exemplos dessas unidades são as unidades semânticas contável, potente, animado, humano, etc.

Unidades lexicais são aquelas que apresentam o espaço conceptual mais restrito, sendo específicas no mais alto grau. As unidades lexicais podem ser verbais, como long (longo)^g, ou nominais, como driveway (estrada) e John (João).

A função de uma unidade derivativa é "converter uma unidade lexical de um tipo em uma unidade lexical de outro tipo", (id. :124). Assim, por exemplo, as unidades derivativas incoativo e causativo, aplicadas através de regras derivativas, convertem a unidade lexical long (estado) na raiz derivada long + incoativo + causativo (processo).

Unidades flexionais especificam um verbo ou um nome, sem delimitar uma unidade lexical específica. Assim, na Figura 3,

⁸ Long (longo) é considerada uma unidade lexical verbal, introduzida pela regra

relativo'
- ambiente

 long (longo), (cf. id. :224J7)

por exemplo, perfectivo e progressivo são unidades flexionais do verbo e definido é unidade flexionai do nome.

O que importa observar é que esses diferentes tipos de unidades semânticas, combinados entre si, determinam a boa-formação dos enunciados lingüísticos.

Em suma, o modelo de Chafe, em linhas gerais, é semântico, idealista (ideational) e baseia-se na polarização unidirecional significado — som sobre a unidirecionalidade significado — som, cf. (id. :60). Como já vimos, esse modelo tem por consequência uma desvalorização teórica do componente sintático, mero intermediário entre significado e som.

O grande mérito desse modelo é estabelecer claramente o papel da semântica na estrutura gramatical, colocando-a num ponto central da estrutura subjacente que gera os enunciados lingüísticos, além de estabelecer um inventário, ainda que provisório, das unidades semânticas que compõem essa estrutura profunda.

Gostaria de questionar brevemente a desvalorização teórica do componente sintático, implicada pelo modelo de Chafe.

Para simplificar, consideremos que os processos ps-semânticos e as estruturas superficiais derivadas desses processos, formem o "componente sintático" do modelo de Chafe. Como eu disse mais atrás, a rigor não existe esse componente, mas os processos e as estruturas ps-semânticas apresentam características tipicamente sintáticas. De qualquer forma, Chafe reserva a esse componente um papel puramente acessório. Em vista disso, era de se esperar que se tratasse de uma componente restrito, sem a

importância dos componentes semântico e fonético.

Entretanto, a complexidade do componente sintático parece mostrar, ao contrário, que ele é muito importante. O próprio Chafe se apercebe dessa complexidade; "(...) como também devido ao fato de que um tratamento pormenorizado dos processos, pós-semânticos exigiria uma discussão tão extensa que desviaria a direção principal do presente trabalho..." (id.:243)

Para derivar a estrutura superficial da Figura 2 a partir da estrutura semântica da Figura 3, Chafe propõe uma série de processos pós-semânticos. É de se imaginar que, para abranger a enorme diversidade de frases superficiais, far-se-ia necessária uma gama muito mais complexa de processos.

Porém, a prova maior de que, na prática, o "componente sintático" é de natureza complexa reside no fato de que esse componente, em Chafe, abrange tanto as transformações do modelo padrão de Chomsky (como concordância, pronominalização, etc.) , quanto as informações que, em Chomsky, são fornecidas pela estrutura subjacente sintagmática, como a ordem linear das estruturas sintáticas e a seleção de sujeito. Em Chafe, essas últimas informações são obtidas pelos processos pós-semânticos de linearização e de seleção de sujeito.

Ora, as transformações, no modelo padrão da gramática gerativa-transformativa, formam um subcomponente variado e complexo. Por outro lado, os processos de linearização deveriam ser bastante abrangentes para dar conta de todas as informações fornecidas pela estrutura sintagmática ou categorial subjacente, sem esquecer os processos de seleção de sujeito, para os quais Chafe

não apresenta uma proposta definitiva, (cf. id.:252)

Em suma, não parece justificável considerar o componente sintático meramente acessório, devido à sua própria complexidade e riqueza de processos.

9

Fazer isto por motivações teóricas será, talvez, incidir no mesmo erro de estruturalismo, que por valorizar o estudo das estruturas dos enunciados realizados, restringiu a importância do componente semântico.

Esse problema será retomado e mostrará sua importância na seção 4.4., quando será proposta uma abordagem sintática e semântica para a análise da passiva.

CAPÍTULO 3

SEMÂNTICA GERATIVA

3.1 - Perspectiva

Em seguida à publicação de Aspectos da Teoria da Sintaxe (Chomsky, 1975a), cujo original é de 1965, a gramática gerativa-transformacional pareceu atingir um ponto de maturidade teórica. Os lingüistas adeptos dessa teoria dispunham de um esquema teórico bem definido para nortear suas pesquisas. Criava-se, afsim, uma certa homogeneidade nas pesquisas.

Entretanto, no próprio seio das concepções da gramát[^]ca gerativa-transformacional, começaram a surgir alguns questionamentos. A principal fonte dessas questões era a estrutura profunda. A estrutura profunda do modelo padrão, como ura construto teórico, assenta em algiamas hipóteses. Ora, alguns lingüistas reavaliaram essas hipóteses, que constituíam o fundamento da estrutura profunda. Portanto, foi do interior do quadro teórico da própria gramática gerativa que foram surgindo os primeiros presupostos da teoria conhecida como semântica gerativa.

Analisando o entrelaçamento das hipóteses que fundamentam a estrutura profunda, os semanticistas gerativos puderam questionar a validade e o limite dessa entidade teórica. Questionar a estrutura profunda significava questionar igualmente as regras de interpretação semântica, que, como foi visto no capítulo

1, aplicam-se sobre a estrutura profunda. Na verdade, uma das hipóteses que fundamentam o conceito de estrutura profunda (no modelo padrão), é a de que ela serve de entrada (input) para o componente semântico.

Em resumo, a semântica gerativa não surgiu como uma teoria externa e oposta à gramática gerativa. A semântica gerativa, a princípio, parecia tentar reavaliar os pressupostos do modelo padrão, configurado pelo trabalho de Chomsky (1975a). Só gradativamente a semântica gerativa foi ganhando contornos próprios e se excluindo do campo teórico da gramática gerativa.

À medida em que se avaliava a validade de um construto teórico como a estrutura profunda, linguistas como George Lakoff, James McCawley, Ross e outros iam rompendo com o esquema gramatical fornecido pelo modelo padrão.

A crítica da noção de estrutura profunda foi o ponto de partida da semântica gerativa. Analisarei os argumentos em jogo na seção seguinte (3.2.).

As estruturas linguísticas propostas pelos semanticistas gerativos iam se tornando mais subjacentes - ou seja, mais abstratas que as estruturas profundas do modelo padrão. Quanto mais as estruturas propostas pela semântica gerativa se afastavam da estrutura profunda, mais este nível linguístico se tornava injustificável (na visão dos semanticistas gerativos). A invalidação teórica do nível de estrutura profunda é um dos pressupostos da semântica gerativa.

Entretanto, creio que estava em jogo não apenas uma crítica de construtos teóricos, mas também uma diversidade de v^

sões da língua natural. Os semanticistas gerativos, desde o início, compreendiam a língua natural como um meio de conversão dos significados em estruturas superficiais sintáticas (interpretadas foneticamente). Assim, Lakoff e Ross (1976) propõem essa visão da gramática das línguas naturais já num artigo que originalmente foi uma carta, escrita em 1967 a Zwicky, que teve circulação pública e que formulou o "programa" básico da semântica gerativa:

"(...) e cada gramática consiste em um conjunto de transformações que convertem (de alguma maneira) cada conceito no amplo conjunto de estruturas superficiais que podem ser usadas para expressar cada conceito".

(Lakoff & Ross, 1976:164).

Ora, essa visão da língua como conversão dos significados é absolutamente estranha à gramática gerativa. Nesta teoria, como foi visto na seção 1.3., a semântica desempenha um papel adjacente na estrutura lingüística, pois sua função é dependente do componente sintático, este sim a base da gramática. Além disso, a gramática gerativa não se refere a qualquer processo de "conversão". O que existe é a transformação de estruturas subjacentes (sintáticas, interpretadas semanticamente) em estruturas superficiais (também sintáticas, mas interpretadas foneticamente).

Portanto, a semântica desempenha um papel fundamental na semântica gerativa. De início, esta teoria foi conhecida como "Sintaxe Abstrata", porque as estruturas lingüísticas propostas eram mais abstratas que as da estrutura profunda sintática do modelo padrão. Com o desenvolvimento das pesquisas, ficou claro que essas estruturas lingüísticas correspondiam, mais exatamente,

não apenas a uma abstração das estruturas sintáticas, mas à representação semântica das sentenças.

E nesse ponto posso traçar um paralelo entre semântica gerativa e gramática de casos. Em ambas as teorias, as estruturas subjacentes correspondem à representação semântica:

"Sabe-se que Fillmore esboçou uma "gramática de casos" que estabelece - como em se mântica gerativa - que as estruturas subjacentes às frases constituem representações semânticas. Todavia, a originalidade da sua proposta reside no modo de representação destas estruturas subjacentes: trata-se de estruturas de caso (...)."

(Galmiche, 1979:155).

Portanto, ambas as teorias se caracterizam por proporem estruturas subjacentes que se distinguem da estrutura profunda do modelo padrão. Por outro lado, a semântica gerativa propõe uma estrutura de representação semântica (subjacente) que difere, em alguns pontos, da representação semântica proposta pela gramática de casos.

Mas muitas vezes se torna difícil traçar uma linha divisória entre as duas teorias. Alguns gramáticos de caso (por exemplo, Chafe) consideravam-se, eles próprios, como pertencendo à corrente da semântica gerativa. Simplificadamente, pode-se dizer que dois pressupostos básicos ligam as duas teorias. Em primeiro lugar, segundo a concepção de Leech (1981), a semântica gerativa e a gramática de casos definem a estrutura semântica subjacente a partir de um mesmo tipo de análise: a análise predicional (predication analysis) - (Leech, 1981:130 ss). Assim, não apenas a gramática de casos, como já foi visto na seção 2.1, mas

também a semântica gerativa são modelos variantes de uma mesma perspectiva teórica - segundo a qual a representação semântica é definida a partir de uma estrutura do tipo (já citada no capítulo 2) :

la) Predicação - Predicado + Argumentos¹

Um segundo pressuposto básico comum às duas teorias é o de que a língua é um meio de conversão dos significados em sons. Recorde-se a definição de Chafe, já citada na seção 2.3. - "A língua é um sistema que medeia, de forma altamente complexa, entre o universo do significado e o universo do som." (Chafe, 1979:15).

Por outro lado, Newmeyer (1980:151) observa que um dos motivos do interesse despertado pela semântica gerativa foi que esse modelo tentou captar, o mais explicitamente possível, a correlação entre a representação semântica e a representação fonética. Tanto a gramática de casos quanto a semântica gerativa afirmam que essa relação entre significado - som não é direta, mas mediada por um complexo conjunto de processos gramaticais.

Agora, desejo esboçar brevemente a perspectiva histórica da semântica gerativa. Como já afirmei, os primeiros questionamentos que, posteriormente, redundariam na semântica gerati

¹ Note-se que, como se trata de dois modelos variantes, as duas teorias utilizam nomenclaturas diferentes para representar essa estrutura.

va, surgiram já no momento em que o modelo padrão da g.g.t. defrutava seu auge (ou seja, por volta da metade da década de 60). Entretanto, o termo "semântica gerativa" tem origem um pouco anterior. Segundo Carly Silva (1978:52), ele foi sugerido inicialmente em 1963, por George Lakoff, ou seja, mesmo antes das obras fundamentais do modelo padrão. Nos primeiros anos, os teóricos da semântica gerativa estavam mais preocupados em criticar o modelo padrão, sem propor um modelo alternativo completo. Entretanto, gradativamente esse modelo alternativo foi sendo formulado. Rapidamente as teses da semântica gerativa foram disseminadas, e Newmeyer (1980:152) marca o ano de 1968 como o auge da ascensão dessa teoria. No final da década de 60 e primeiros anos da década de 70, a semântica gerativa irá desfrutar de uma importante posição nos estudos lingüísticos. A essa fase, Newmeyer (1980) dará o nome de "Semântica Gerativa Inicial" (Early Generative Semantics). Ainda segundo Newmeyer, depois dessa fase a semântica gerativa irá perdendo receptividade, até entrar em "colapso". A essa segunda fase, Newmeyer denominará "semântica gerativa recente" (Late Generative Semantics).

Já no final da década de 70, Newmeyer considerava a semântica gerativa como uma teoria inviável. "(...) a semântica gerativa agora apresenta-se para poucos lingüistas (ou talvez mesmo nenhum) como um modelo gramatical viável (...)" (Newmeyer, 1980; 173) .

No entanto, apesar desse aparente fracasso, muitas hipóteses da semântica gerativa foram importantes para o desenvolvimento da Lingüística. Como a "fase áurea" da semântica gerati

va (correspondente á semântica gerativa inicial) apresentou boa parte dessas hipóteses, e como é nela que se discute mais diretamente o problema da relação sintaxe-semântica, darei uma atenção maior a esse período.

Nas seções seguintes, utilizar-me-ei basicamente dos trabalhos de George Lakoff, embora em um ou outro ponto recorra também aos trabalhos de MacCawley.

3.2 - Crítica da Semântica Gerativa à estrutura profunda do modelo padrão

Nesta seção e na seguinte (3.3.), tentarei fazer uma apresentação razoavelmente abrangente de algumas hipóteses da semântica gerativa. Isto não significa que eu esteja avaliando todas essas hipóteses. Nesta seção e na seguinte, minha posição teórica será, tanto quanto possível, neutra. Se adoto, nos problemas estudados, a perspectiva da semântica gerativa, é para que se obtenha uma melhor compreensão dessa teoria, o que é especialmente relevante se se considera que a semântica gerativa é um modelo relativamente desconhecido.

Diante da radicalidade da crítica da semântica gerativa à estrutura sintática subjacente do modelo padrão, pode parecer necessária uma "defesa" da gramática gerativa-transformacional. Entretanto, para isso seria preciso alterar a perspectiva (meramente explanativa de algumas hipóteses da semântica gerativa) adotada nestas seções.

Devemos ter em mente também que a história da línguística parece ter demonstrado que a radicalidade da crítica à noção de estrutura profunda sintática foi um dos motivos do colapso da semântica gerativa, e da forte ressurgência das hipóteses principais da gramática gerativa, a partir de meados da década de 70. Além disso, uma das conclusões desta dissertação é que a hipótese (defendida pela semântica gerativa) da inoperância completa da estrutura profunda sintática impossibilita a explicação de fenômenos lingüísticos como a passiva, que envolve os níveis sintático e semântico da língua, (cf. capítulo 4).

A crítica da estrutura profunda do modelo padrão foi muito importante para a formulação das propostas da semântica gerativa.- Na seção anterior, ressaltaram-se já, implicitamente, dois argumentos utilizados para fazer essa crítica.

Em primeiro lugar, a medida em que a representação das sentenças envolvia elementos mais subjacentes, o nível de estrutura profunda, tal como proposto pelo modelo padrão, tornava-se inoperante.

Em segundo lugar, para os teóricos da semântica gerativa um único sistema de regras converte as representações semânticas subjacentes em representações superficiais sintáticas. Essas regras definem seqüências de derivações. Em conseqüência, essas derivações podem receber um mesmo tipo de descrição estrutural, sem se recorrer a uma estrutura intermediária com características específicas. Ora, a estrutura profunda do modelo padrão, caso fosse válida, não seria mais que uma estrutura intermediária, menos abstrata que a representação semântica subjacente, e

mais abstrata que a representação sintática superficial.

Mas os semanticistas gerativos utilizaram ainda outros argumentos para invalidar teoricamente a estrutura profunda do modelo padrão.

O construto teórico da estrutura profunda foi formulado com base em certas condições hipotéticas. Entre elas, pode-se afirmar que a Estrutura profunda caracteriza-se por ser;

"A - A base do componente sintático mais elementar.

B - O lugar onde são definidas co-ocorrência e restrições seletivas.

C - O lugar onde são definidas as relações gramaticais básicas.

D - O lugar onde são inseridos os itens lexicais originários do léxico." (Lakoff & Ross, 1976:160).

Ora, na medida em que se invalidasse a significação teórica dessas condições, o próprio conceito de estrutura profunda seria anulado. Talvez o mais importante argumento utilizado pelos semanticistas gerativos tenha sido o relativo à inserção lexical. Caso fosse provado que os itens lexicais não são todos inseridos, em bloco, nos nódulos terminais da estrutura profunda, esta perderia grande parte de sua força teórica.

A argumentação dos adeptos da semântica gerativa é que os itens lexicais são, eles próprios, entidades complexas, a nível superficial, e são formados a partir de transformações. Os itens lexicais, portanto, são representações superficiais de

estruturas subjacentes. Há a necessidade, assim, de transformações pré-lexicais. Esse tipo de transformação permitiria reagrupar, por exemplo, os itens subjacentes FAZER, TORNAR-SE, NÃO VI VO, com vista a inserir o item lexical matar, que seria a representação superficial daqueles itens subjacentes, (o problema da inserção lexical será retomado na seção 3,3.2.).

Essa argumentação anula inteiramente a hipótese do modelo padrão, pela qual a estrutura profunda é o "lugar onde são inseridos os itens lexicais originários do léxico." Porque, caso essa hipótese fosse verdadeira, a inserção dos itens lexicais seria anterior a todo o componente transformacional (como se sabe, outra hipótese relativa à estrutura profunda é que ela serve de entrada (input) para as regras transformacionais). Mas, como pensam os semanticistas gerativos, caso a inserção lexical ocorra após algumas transformações, então a consequência é que a inserção dos diferentes itens lexicais não se dá apenas a nível de estrutura profunda: "os itens lexicais são inseridos em vários pontos de uma derivação." (Lakoff & Ross, 1976:160).

Na semântica gerativa, a inserção lexical se dá ao longo das derivações transformacionais. Em resumo, fica anulada a condição D citada acima, o que equivale a um forte golpe na noção de estrutura profunda.

A condição B também foi posta em questão: "Lakoff & Ross, 1976; Cawley, tem argumentado que as restrições seletivas são semânticas, mas também a co-ocorrência em geral é semântica." (Lakoff & Ross, 1976; 160) .

Na semântica gerativa, as restrições seccionais e, em geral, a co-ocorrência de itens são determinadas por fatores semânticos, ao contrário da gramática gerativa, modelo padrão, onde são consideradas regras sintáticas.[^] Ora, se as restrições seccionais e as regras de co-ocorrência são semânticas, então elas não podem ser definidas, como afirma a condição B, a nível de estrutura profunda, já que este nível é autonomamente sintático (no modelo padrão).

Por fim, também a condição C foi questionada: "Em terceiro lugar, sujeito-de e objeto-de não são diretamente relevantes para a interpretação semântica." (Lakoff & Ross, 1976:161).

Ou seja, as relações de sujeito e objeto, básicas para a estrutura profunda do modelo padrão, não correspondem diretamente à representação semântica. Um mesmo sujeito gramatical pode receber diferentes interpretações semânticas:

- 1) a) João torturou Max. (João - Agente).
- b) João sofreu tortura. (João - Paciente).

(Lakoff & Ross, 1976:161).

As restrições seccionais têm constituído um importante problema na delimitação dos componentes sintático e semântico, como foi visto no capítulo 1.

Uma solução seria considerar que as noções de sujeito e objeto são determinadas a nível de estrutura superficial. Assim, o sujeito superficial João do exemplo anterior corresponderia a dois elementos subjacentes - João-Agente e João-Paciente. Outra alternativa seria inserir sujeito e objeto diretamente na representação semântica,

Mas, adote-se uma ou outra alternativa, torna-se def necessário criar uma estrutura inetermediária sintática entre a representação semântica e a estrutura superficial (ou seja, o nível de estrutura profunda sintática) para representar as relações de sujeito e objeto.

Vejamos agora uma exemplificação prática da crítica à noção de estrutura profunda, no importante artigo de Lakoff (1968) - Instrumental Adverbs and the concept of Deep Structure. Nesse artigo, novamente Lakoff delimita 4 (quatro) condições hipotéticas que fundamentam o conceito de estrutura profunda. Para a argumentação, as duas condições relevantes serão: 1) Relações gramaticais básicas (p. ex. - sujeito-de, objeto-de) são representadas ao nível de estrutura profunda em termos de categorias gramaticais (p. ex. - S, SN, SV, etc.); 2) As generalizações corretas sobre restrições seletivas e co-ocorrência podem ser determinadas ao nível de estrutura profunda. (Para as outras duas condições, cf Lakoff (1968:4)).

Lakoff utiliza o seguinte método: admite, hipoteticamente, que exista um único nível lingüístico que abranja essas quatro condições (o nível de estrutura profunda sintática). Mas submete à prova essa hipótese: para que ela seja verdadeira, ca

da uma das condições não pode contradizer a validade teórica das outras três.

É aí que adquirem importância as condições 1 e 2. O artigo de Lakoff (1968) estudará a inter-relação entre essas duas condições, submetendo assim à prova o nível de estrutura profunda.

Para que a hipótese sobre esse nível seja verdadeira, as generalizações corretas sobre restrições de seleção e co-ocorrência deverão ter um importante papel na determinação das categorias gramaticais e das relações gramaticais básicas. Em outras palavras, a condição 2 não poderá contradizer as categorias e relações determinadas pela condição 1. O ponto principal da análise serão os advérbios instrumentais. Comparem-se os exemplos:

2) a) Antônio cortou o salame com uma faca.

b) Antônio utilizou uma faca para cortar o salame.

(Lakoff, 1968:6).

Segundo a estrutura profunda do modelo padrão, essas duas frases não teriam praticamente nada em comum. Suas respectivas estruturas subjacentes seriam (esquemáticamente):

3) a) $SN_j^{\wedge} - V - SN_2 - com - SN^{\wedge}$

b) $SN^{\wedge} - utilizar - SN^{\wedge} - para - V - SN_2$

Todavia, Lakoff afirma que as frases 2a) e 2b) apresentam diversas regularidades entre si - portanto, torna-se questionável se as estruturas de 3) (tão diferentes entre si) equivalem realmente às estruturas subjacentes de 2).

Para começar, Lakoff afirma que 2a) e 2b) são sinônimas. Note-se, assim, que Lakoff principiará sua análise por um argumento semântico. A noção de sinonímia será muito importante na argumentação da semântica gerativa. Mas a semelhança entre as frases 2a) e 2b) não é apenas semântica; existem diversas regularidades sintáticas entre as duas frases, e importante generalização seria perdida se se atribuíssem diferentes estruturas subjacentes a essas frases. Essas regularidades sintáticas seriam aquelas determinadas pela condição 2 (restrições de seleção e co-ocorrência). Portanto, para Lakoff, as frases 2a) e 2b), além de serem sinônimas (um fator semântico), apresentam idênticas restrições de seleção e co-ocorrência (um fator sintático, ao menos segundo o modelo padrão).

Mas antes de enumerar as regularidades de co-ocorrência, Lakoff delimita o sentido do termo com de 2a) e do verbo utilizar de 2b) . O termo com faz parte de um advérbio instrumental, que pressupõe uma ação intencional. O verbo utilizar, em 2b) , indica um sentido puramente instrumental (sobre os diferentes sentidos do verbo utilizar (to use), cf. Lakoff (1968:10-2)*)

Depois de determinar os sentidos específicos da preposição com e do verbo utilizar, em 2a) e 2b), respectivamente, Lakoff pode enumerar as similitudes estruturais entre essas duas frases.

Lakoff exemplifica 11 regularidades entre as frases 2a) e 2b). Entretanto, como ele afirma na conclusão de seu artigo, apenas as regularidades baseadas na condição 2 apresentam validade indiscutível.

"De longe, a principal força de nosso argumento está apoiada nas seções nas quais invocamos a condição (2) e usamos argumentos sobre co-ocorrência."

(Lakoff, 1968:23).

São 7 (sete) as regularidades baseadas nas restrições de co-ocorrência.

Vejamos algumas:

- a) As estruturas 3a) e 3b), ou seja, as supostas estruturas subjacentes de 2a) e 2b), implicam em que o V deve apresentar o traço + Atividade.

- 4) a) Alberto calculou a resposta com uma régua de cálculo.
- b) Alberto utilizou uma régua de cálculo para calcular a resposta.

- 5) a) *Alberto conheceu a resposta com uma régua de cálculo.
- b) (?) *Alberto utilizou uma régua de cálculo para conhecer a resposta.

(Lakoff, 1968:13).

b) O SN^{\wedge} de 3a) e 3b) deve ser Animado.

6) a) João matou Simão com dinamite.

b) João utilizou dinamite para matar Simão.

7) a) *A explosão matou Simão com dinamite.

b) *A explosão utilizou dinamite para matar Simão.

(Lakoff, 1968:14)

c) O S^{\wedge}_2 deve ser diferente de SN^{\wedge} .

8) a) Cortei o fio com uma faca.

b) Utilizei uma faca para cortar o fio.

9) a) *Cortei o fio com ele próprio.

b) *Utilizei o fio para o cortar.

(id.:15).

Essas e outras regularidades demonstram que, de acordo com a condição 2, as frases 2a) e 2b) deveriam ter uma mesma estrutura subjacente, já que possuem idênticas restrições de seleção e co-ocorrência. Caso se mantivessem as estruturas subjacentes 3a) e 3b), as regularidades exemplificadas acima seriam apenas "coincidências", e as restrições seletivas para construções com advérbio instrumental iniciado pela preposição com seriam diferentes das restrições seletivas para construções com o verbo utilizar no sentido instrumental. Evidentemente, adotar

regras diferentes para fenômenos idênticos é uma solução anti-econômica.

Em resumo, a condição 2, quando aplicada às supostas estruturas subjacentes de 2a) e 2b), conduzem à conclusão de que essas duas frases devem ter uma mesma estrutura subjacente.

Qual a implicação teórica desse fato? Lembremos que a análise prática efetivada era uma prova da hipótese de estrutura profunda. A condição 2 deveria validar a condição 1. Mas não é isso o que ocorre. Se mantivermos que a condição 2 faz parte da estrutura profunda, então as categorias e relações básicas na estrutura subjacente das frases 2a) e 2b) devem ser alteradas. São duas as alterações básicas:

a) *"Estruturas profundas, portanto, devem ser de alguma maneira mais abstratas (mais distantes da estrutura superficial) do que a pesquisa anterior em gramática transformacional tinha indicado."*

(id.:24).

b) Os advérbios instrumentais não pertencem à estrutura subjacente das sentenças. E não apenas os advérbios instrumentais: vários tipos de advérbios não ocorrem na estrutura profunda, sendo manifestações sintáticas superficiais. Em consequência, "existem, na estrutura profunda, menos categorias gramaticais e relações gramaticais do que havia sido anteriormente pensado."

(id.:25).

Nesse artigo, Lakoff não propõe, ainda, uma estrutura subjacente alternativa à estrutura profunda do modelo padrão. Ele apenas sugere que as estruturas e as categorias gramaticais

devem ser mais abstratas do que até então se concebia. Mas propor estruturas subjacentes e categorias mais abstratas já não significa invalidar teoricamente o nível de estrutura profunda (tal como concebido pelo modelo padrão de Chomsky), que se caracteriza exatamente por certas categorias e estruturas sintagmáticas?

3.3 - Alguns aspectos da Semântica Gerativa

3.3.1 - As transformações

A partir das críticas à estrutura profunda do modelo padrão, os adeptos da semântica gerativa elaboraram uma teoria gramatical sem estrutura profunda sintática. Cada língua natural, segundo essa concepção, seria um sistema que converte representações semânticas subjacentes em representações sintáticas superficiais, sem recorrer a um hipotético nível intermediário de estrutura profunda sintática.

Nesta seção, gostaria de analisar brevemente o sistema transformacional que converte representações semânticas em representações superficiais sintáticas.

Um dos pressupostos da semântica gerativa é que um único tipo de regras faz essa conversão das estruturas semânticas subjacentes em estruturas superficiais sintáticas: as regras transformacionais, ou transformações. Em suma, o componente trar^

formacional é unificado, isomórfico.

Em função desse pressuposto, surgem duas conseqüên
cias muito importantes. Em primeiro lugar, é eliminada a dicoto
mia entre regras transformacionais e regras de interpretação se
mântica.

No modelo padrão da gramática gerativa, a estrutura profunda sintática servia de entrada (input) tanto para o compo
nente transformacional, quanto para o componente semântico (in
terpretativo). Na semântica gerativa, com a eliminação da noção de estrutura profunda sintática, não há a necessidade de dois aparatos distintos, um para as regras de interpretação semântica (regras de projeção) e outro para as regras transformacionais.

Um único sistema de regras converte a estrutura subjacente em estruturas superficiais sintáticas. Além disso, o com
ponente semântico, na semântica gerativa, não é mais interpreta
tivo. Portanto, os elementos semânticos, tanto quanto os elemen
tos sintáticos, fazem parte das transformações.

Assim como no modelo padrão, as regras transformado
nais, na semântica gerativa, aplicam-se sobre indicadores sintagmáticos, ou seja, diagramas em forma de árvore. Este fato se re
laciona à segunda das conseqüências a que me referi acima, e que explicarei no parágrafo seguinte.

As regras transformacionais implicam uma necessidade formal; diagramas em forma de árvore. Ora, se, na semântica gera
tiva, o sistema de conversão das estruturas subjacentes semânti
cas em estruturas superficiais sintáticas é encarada em termos

transformacionais, então como simplificar e generalizar esse sistema? A solução dos teóricos da semântica gerativa foi conceber a própria representação semântica (ou seja, a estrutura subjacente) como diagrama em forma de árvore. Quer dizer, se estrutura subjacente (representação semântica) e estrutura superficial (representação sintática) podem, ambas, serem descritas por diagramas em forma de árvore, fica muito mais fácil correlacioná-las por um mesmo sistema de regras.

Essa foi uma das afirmações mais audaciosas da semântica gerativa: a identidade formal entre representações semânticas e representações sintáticas.

Em função disso é que se fala, em semântica gerativa, de homogeneidade entre sintaxe e semântica (esse ponto voltará a ser abordado na seção 3.4.). As cadeias de derivação determinadas pelas regras transformacionais conjugam elementos sintáticos e semânticos. (árvores sintático-semânticas).

As regras transformacionais, na semântica gerativa, correspondem, formalmente, ao componente transformacional do modelo padrão da g.g.t. Entretanto, Lakoff (1971a) dá a seguinte definição para sistema de transformações:

"Um sistema de transformações é essencialmente um dispositivo de filtragem que define a classe das seqüências bem formadas de indicadores sintagmáticos, rejeitando todas as seqüências que contêm pares $(P_i, P_i + 1)$ que não satisfazem alguma condição de boa-formação, isto é, que não são ligadas por alguma transformação."

(Lakoff, 1971a):233).

Já que as transformações definem condições de boa-formação de derivações de indicadores sintagmáticos, então as transformações podem ser chamadas "restrições derivacionais". Transformações no sentido tradicional - ou seja, aquele definido pelo modelo padrão - seriam "restrições derivacionais locais", tendo em vista que: "transformações definem derivações possíveis restringindo tão somente pares de indicadores sintagmáticos sucessivos (...)" (Lakoff, 1971a:233).

Entretanto, existem muitos fenômenos nas línguas naturais que não podem ser abrangidos pelas "restrições derivacionais locais." Em razão disso, Lakoff propôs a formulação de regras denominadas "restrições derivacionais globais" ou "regras globais" (global rules).

Assim, as regras transformacionais, na semântica gerativa, são de dois tipos: restrições derivacionais locais (ou, simplesmente, transformações) e restrições derivacionais globais (ou regras globais). A definição que Lakoff dá desses dois tipos de regras é a seguinte:

"O que as transformações têm em comum é que elas determinam condições de boa-formação com base em configurações de nós conrespondentes em duas árvores adjacentes. As regras globais têm pelo menos tanto em comum: elas determinam condições de boa-formação com base em configurações de nós conrespondentes em árvores não-adjacentes."

(Lakoff, 1970b:637).

Portanto, as regras globais são aplicadas sobre indicadores sintagmáticos não-sucessivos, abrangendo pontos distantes na história derivacional das sentenças. As regras globais po

dem ser puramente sintáticas, ou envolver elementos sintáticos e seiriânticos, ou ainda a interação entre sintaxe e fonologia.

No artigo Global Rules (Lakoff, 1970b), são analisados diferentes fenômenos através das regras globais. A título de exemplo, vejamos uma dessas regras globais, envolvendo sintaxe e fonologia.

No inglês, o verbo auxiliar to be (ser-estar) pode sofrer contração:

10) a) There's THIS MUCH WINE in the bottle.

(Tem ESSE TANTO DE VINHO na garrafa).

b) Harry's ON THE JOB in the afternoons.[^]

(Harry está NO TRABALHO pela tarde).

(Lakoff, 1970b:631).

Esta contração é um processo fonológico do inglês, decorrente da regra de abaixamento de acento (lowering-stress). Entretanto, a contração não ocorre se o constituinte imediatamente posterior ao auxiliar [^] (indicado por letras maiúsculas nos exemplos de 10) é apagado ou deslocado, por alguma regra transformacional:

[^] A contração é indicada pelo apóstrofe - There'S = There IS this much wine...

11) a) I wonder how much wine there $\left[\begin{array}{c} \text{is} \\ *'s \end{array} \right]$ in the bottle.

(Querida saber quanto vinho tem na garrafa).

b) Sam's on the job in the mornings and Harry $\left[\begin{array}{c} \text{is} \\ *'s \end{array} \right]$
in the afternoons.

(Sam está no trabalho pela manhã e Harry está pela tarde).

(Lakoff, 1970b:631).

Portanto, regras de apagamento ou deslocamento, que são sintáticas, impedem a contração do auxiliar be. Para explicar esse fato, Lakoff propõe a seguinte regra:

"Se, em qualquer ponto na sintaxe, um constituinte imediatamente seguinte a be (ser-estar) é apagado, então, posteriormente na fonologia, aquele be não pode sofrer abajxamento de acento (stress-lowering) - e a contração subsequente."

(Lakoff, 1970b:632).

Ora, esta é uma regra global, já que ela opera sobre dois pontos separados (não-adjacentes) da gramática. Para que a regra seja aplicada, é preciso levar em conta a noção de "nó correspondente" em pontos não-adjacentes. Ou seja, o mesmo auxiliar be deve ser ressaltado em dois pontos: primeiro, em algum ponto da história derivacional da sentença de que faz parte; segundo, ao nível de sua realização fonológica.

3.3.2 - A inserção lexical

Na *seção* anterior, vimos que um único sistema de regras (as regras transformacionais) convertem as representações semânticas em representações sintáticas superficiais. Portanto, as regras de inserção lexical devem também ser transformações. Lembremos que, no modelo padrão da g.g.t., as regras de inserção lexical eram igualmente consideradas "transformações lexicais".

A diferença é que, na semântica gerativa, os itens lexicais são considerados estruturas de nível superficial que agrupam itens semânticos subjacentes. Em outras palavras, na maior parte dos casos, as representações semânticas a que os itens lexicais correspondem são mais complexas que a estrutura superf[^]ciali de cada item.

Assim, na semântica gerativa, a inserção lexical é definida como uma transformação que liga um conjunto de material sintático e fonológico (especificado no léxico) a uma porção de uma árvore que termina em material semântico.

Isso é uma importante inovação da semântica gerativa, já que no modelo padrão os itens lexicais eram considerados unidades simples, constantes do léxico, que especificava não s5 os traços sintáticos e fonológicos, mas também os semânticos, de cada item (cada item correspondendo a uma entrada lexical). Na semântica gerativa, não é possível atribuir um sistema de traços semânticos a cada item lexical, já que cada item corresponde a uma representação semântica complexa. A melhor maneira de formalizar a representação semântica dos itens lexicais é por meio de

diagramas em forma de árvore, através de um processo de decompo
sição lexical:

"Dada a estrutura semântica complexa da maioria dos elementos lexicais, seria inadequada a representação da referida estrutura por meio de traços semânticos, nos moldes seguidos na teoria padrão, impondo-se a adoção de um processo de DECOMPOSIÇÃO LEXICAL para especificar o sentido de um elemento lexical em termos de constituintes semânticos menores, com determinadas relações estruturais entre si e com os argumentos com os quais estariam associados."

(Silva, 1978:55).

Se a inserção lexical é uma transformação que substitui uma porção de uma árvore que apresenta material semântico em seus nós terminais, por um conjunto de informações sintáticas e fonológicas, coloca-se então a pergunta: em que ponto das derivações se dá a inserção lexical dos diversos itens, ou, em outros termos, como a inserção lexical se ordena em relação às outras transformações?

McCawley (1976a) examina quatro respostas alternativas a essa pergunta. A primeira seria que os itens lexicais são inseridos somente ao fim de todas as transformações. Esta alternativa se mostra falsa, já que certas transformações dependem não só do sentido dos itens, mas também das formas lexicais. Assim, apesar de expulsar e pôr fora serem sinônimos, a transformação de deslocamento de partícula só se aplica em 12) - ou seja, a transformação só será concretizada após a inserção lexical de pôr fora:

12) Puseram o Paulo fora.

13) Expulsaram o Paulo

(McCawley, 1976a:157) .

A segunda possibilidade é que os itens lexicais possam ser inseridos no princípio da derivação. A análise dessa alternativa é muito importante, visto que ela corresponde à hipótese do modelo padrão (já toquei nesse ponto na seção 3.2.). Esta hipótese está ligada ao conceito de estrutura profunda, já que se a inserção lexical de todos os itens, ocorresse antes de qualquer transformação, isso reforçaria a hipótese de que há um nível linguístico específico correspondente à estrutura profunda sintática.

Entretanto, como já foi visto, o principal argumento aduzido, na semântica gerativa, contra essa alternativa, é a noção de transformações pré-lexicais. Afirma-se que os itens lexicais podem ser correlacionados a suas representações semânticas depois de transformações pré-lexicais. Estas aplicam-se a árvores que terminam em material semântico, e não em material léxico. Em resumo, fica anulada a hipótese de que a inserção lexical dos itens ocorra ao princípio da derivação (e, em consequência, na argumentação dos semanticistas gerativos, anula-se também o conceito de estrutura profunda sintática), já que existem transformações que são aplicadas antes da inserção lexical.

Através da decomposição lexical do item matar, obtêm-se a seguinte representação semântica subjacente:

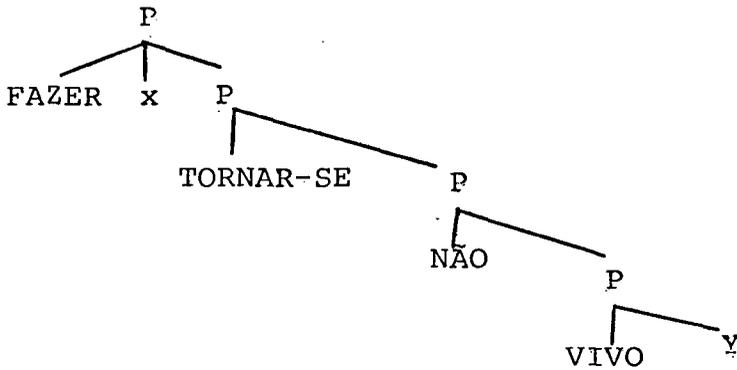


FIGURA 1

(McCawley, 1976a:157)

Para que se dê a inserção do item matar nessa árvore semântica, é preciso que, por meio de uma transformação pré-lexical, os itens subjacentes FAZER, TORNAR-SE, NÃO, VIVO⁴, sejam agrupados em uma unidade. A transformação pré-lexical de alçamento de predicado possibilita esse agrupamento (a transformação de alçamento de predicado associa um predicado ao predicado imediatamente superior). Tem-se, portanto, a seguinte derivação:

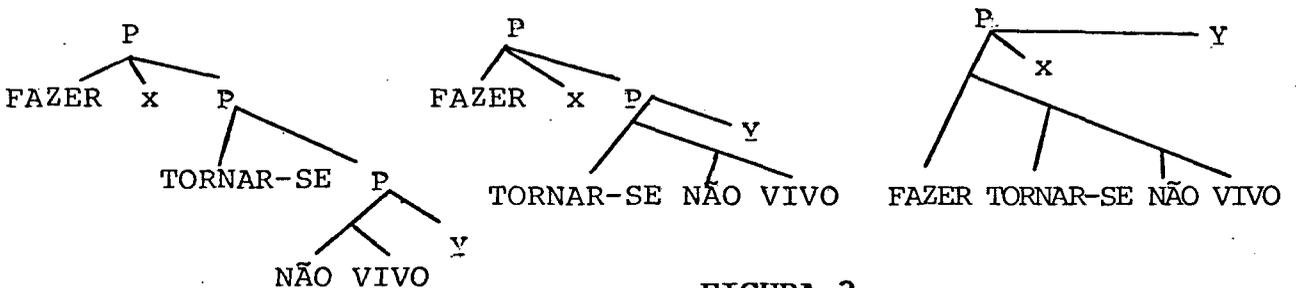


FIGURA 2

(McCawley, 1976a:158).

⁴ Observe-se que os itens FAZER, TORNAR-SE, etc., não são itens lexicais (superficiais) e sim itens semânticos (predicados subjacentes). Por isso são escritos em maiúsculas, diferenciando-os dos itens lexicais fazer, tornar-se etc. Note-se também que, nas figuras 1 e 2, P corresponde à Proposição e x e y aos Argumentos.

Finalmente, à última árvore da direita pode-se aplicar a inserção lexical do item matar.

Existem outras transformações pré-lexicais, como as transformações de nominalização, reflexivação, supressão de SN idêntico, etc.

Eliminadas as duas primeiras hipóteses, restam ainda outras duas. A terceira seria que as inserções lexicais são regras "não importa onde" (anywhere rules), ou seja, regras que podem ser aplicadas em qualquer ponto da derivação. A quarta alternativa seria que as inserções lexicais são aplicadas depois das transformações cíclicas, e antes das transformações pós-cíclicas. McCawley (1976a:163-4) não opta decididamente por uma dessas duas hipóteses, embora pareça tender para a quarta. (Aceitando-se essa quarta hipótese, isso daria força ao conceito de estrutura rasa situada depois das regras cíclicas e antes das regras pós-cíclicas).

Entretanto, o lugar da inserção lexical sempre foi uma questão problemática para a semântica gerativa, conforme afirma Newmeyer (1980:139):

"(...) os semanticistas gerativos nunca chegaram a um acordo quanto ao lugar da inserção lexical, ou até mesmo se ela ocorre em algum nível independentemente definível."

3.3.3 - Representação semântica e estrutura lógica

As estruturas linguísticas propostas pelos semanticistas gerativos tornaram-se, gradativamente, mais subjacentes. As estruturas subjacentes propostas foram ficando cada vez mais afastadas da estrutura profunda do modelo padrão. Esse processo culminou na coincidência entre estrutura subjacente e representação semântica. Na semântica gerativa, ao contrário do que ocorre no modelo padrão da gramática gerativa, não existe dicotomia entre estrutura subjacente e representação semântica. Descrever a estrutura subjacente de uma sentença é descrever a representação semântica dessa sentença.

Portanto, para elaborar um sistema de estruturas subjacentes, os teóricos da semântica gerativa teriam de propor um método de descrição dos significados das sentenças. Que método utilizar? Além disso, que método poderia basear-se num esquema conceptual organizado, ou seja, que pudesse fornecer um esquema externamente motivado para descrever os fenômenos semânticos?

A resposta encontrada foi o método da lógica simbólica moderna, tal como desenvolvida por Rudolf Carnap, Hans Reichenbach e outros.

O esquema da lógica simbólica possibilita, segundo os teóricos da semântica gerativa, um eficiente método de análise dos significados das línguas naturais, apesar de ter sido elaborado, prioritariamente, para a análise das proposições matemáticas. Além disso, para Lakoff (1972), o esquema da lógica simbólica (ou mais precisamente, lógica natural, a que me referirei mais

adiante) fornece uma base autônoma e independente para os elementos gramaticais. Estes não seriam mais explicados arbitrariamente, como ocorria na gramática gerativa, e sim por meio de uma base "natural", autônoma em relação aos fatos gramaticais. O sistema conceptual descrito pela lógica simbólica evitaria, assim, arbitrariedades nas descrições gramaticais,

Uma importante descoberta justificou e facilitou a adoção dos esquemas da lógica simbólica. Como já vimos, uma das propostas da semântica gerativa era restringir o número de categorias gramaticais, tornando-as mais abstratas. Certas categorias têm existência apenas a nível superficial (como vimos, este é o caso, por exemplo, dos advérbios instrumentais), e devem ser eliminadas da estrutura subjacente das sentenças. Assim, pode-se falar de categorias derivadas (pertinentes a um nível transformacional avançado) e categorias básicas (existentes na estrutura subjacente). Entre as categorias derivadas (criadas por certos processos transformacionais), pode-se citar os sintagmas preposicionais e as categorias verbais (Sintagma-Predicativo, Auxiliar, Modal). Além disso, os semanticistas gerativos propuseram que fossem eliminadas certas distinções entre categorias, fundindo-as em uma única categoria subjacente.

Os semanticistas gerativos postularam, por exemplo, que a classe dos adjetivos fosse fundida à classe dos verbos, tendo em vista que, em vários fenômenos lingüísticos, verbos e adjetivos comportam-se de maneira idêntica. Uma distinção entre essas classes só se justifica a nível superficial (cf. Galniche, 1979:196-8). Adjetivos e verbos são consideradas categorias ori

ginadas por transformações, sendo derivadas de uma categoria subjacente única: Verbo.

Também a categoria SV foi eliminada da estrutura subjacente. A noção de SV está ligada à noção de sujeito e, como foi visto na seção 3.2., a noção de sujeito não corresponde à representação semântica - portanto, a noção de SV não é relevante para a estrutura subjacente. A categoria SV é obtida transformacionalmente.

Finalmente, na semântica gerativa, as categorias gramaticais da estrutura subjacente são apenas três: P (Proposição), SN, V. A descoberta a que me referi acima é que essas 3 categorias correspondem às categorias da lógica simbólica:

"P será o equivalente de uma função proposicional, V será um predicado (compreendendo Verbos, Adjetivos, Nomes⁵, assim como operadores lógicos como Conjunções, Negação, Quantificadores...) e SN corresponderá aos diversos argumentos da função".

(Galmiche, 1979:201).

Essa descoberta dava uma grande força teórica (assim pensavam seus adeptos) ao modelo da semântica gerativa. Significava que as abstrações realizadas pelos semanticistas gerativos estavam no caminho certo - conduziam ao esquema da lógica simbólica, que, como vimos, era considerado um sistema conceptual natural e autônomo. Poderia se falar então em "Leis do Pensamento", naturais e universais, que se aplicariam tanto ao sistema da ló

⁵ Isso significa que nomes podem também ser incorporados à categoria subjacente Verbo. À categoria de verbos, adjetivos e nomes, a nível subjacente, Bach dá o nome de "contenitivo". (cf. Galmiche, 1979:200).

gica simbólica, quanto às estruturas subjacentes das línguas naturais.

Vejam^{os} agora um exemplo prático da aplicação dos dispositivos da lógica simbólica na descrição dos significados das línguas naturais. Em lógica simbólica, existem unidades denominadas "símbolos de grupo" (set symbols) e "quantificadores". Os quantificadores podem ser \forall ("para todos") e \exists ("existe"). Assim, se B é um símbolo de grupo que indica o conjunto dos brasileiros, então $\forall_{x \in B}$ (x é alegre) lê-se; para todo x brasileiro, x é alegre - ou seja - a proposição é que todos os brasileiros são alegres. Por outro lado $\exists_{x \in B}$ (x é alegre) é a proposição de que existe ao menos um membro do grupo B que é alegre - ou seja - a proposição é que ao menos um brasileiro é alegre.

McCawley (1976a) afirma que somente este tipo de dispositivo pode explicar a ambivalência de significados em certas sentenças. Ou seja, a idéia é que somente dispositivos da lógica simbólica (do tipo acima e de outros tipos, cf, McCawley 1976a : 106-7) podem expressar certas diferenças nos significados das sentenças das línguas naturais.

Vejam^{os} a sentença;

14) Estes homens viram a si mesmos no espelho.

(Those men saw themselves in the mirror).

Esta sentença é ambígua, podendo significar dois fatos; a) cada um dos homens, isoladamente, viu a si mesmo no espelho. b) todo o grupo de homens viu todo o grupo no espelho.

Esta ambigüidade s5 poderia ser captada e descrita na estrutura subjacente por meio de dispositivos lógicos como símbolos de grupo e quantificadores C v e a).

Assim, teríamos as seguintes proposições para as estruturas subjacentes (correspondendo cada uma a uma significação) da sentença 14) (H_ê o símbolo para o grupo de homens):

- a) $\forall_{x \in H} \exists y (x \text{ ver } y \text{ no espelho})$. (isto é, para cada homem existia um evento no qual ele via a si próprio no espelho).
- b) $\exists y \forall_{x \in H} \forall_{z \in H} (x \text{ ver } z \text{ no espelho})$. (isto é, existia um único evento no qual cada um dos homens viu todos os homens no espelho).

FIGURA 3 (McCawley, 1976a:108)

Note-se que são atribuídos índices aos verbos (veij) correspondendo aos eventos descritos por esses verbos. Portanto, temos, mais especificamente, na proposição a) da figura 3, que para cada homem de uma certo grupo $(\forall_{x \in H})$ existe um evento de ver referente a esse homem $(y \wedge) \wedge$ no qual ele vê a si mesmo.

Na proposição b) da figura 3, temos que existe um evento de ver $(y \exists)$ no qual o conjunto de homens $(\forall_{x \in H})$ vê o conjunto de homens $(\forall_{z \in H} \wedge)$.

Entretanto, MacCawley (1976a:244) observa que, para se fazer uma aplicação completa da lógica simbólica à descrição das línguas naturais, é preciso introduzir algumas modificações nas

notações e dispositivos da lógica simbólica. Em outras palavras, as estruturas da lógica simbólica diferem, em alguns aspectos, das estruturas lógicas das sentenças das línguas naturais.

Em função dessas diferenças é que os semanticistas gerativos propuseram o termo lógica natural. A lógica natural seria aplicada às formas lógicas que são lingüisticamente significativas, e não apenas àquelas formas definidas pela lógica simbólica.

McCawley (id.:224ss) expõe diversos aspectos em que a lógica das línguas naturais difere da lógica simbólica. Cita rei uns poucos aspectos.

Uma primeira e fundamental diferença é que, enquanto na lógica simbólica as proposições são indicadas por cadeias de símbolos, na lógica natural é mais conveniente utilizar diagramas em forma de árvore para representar a estrutura semântica - ou seja, a estrutura lógica das sentenças. Lembremos que, como foi visto na seção 3.3.1., é conveniente representar as estruturas semânticas de um modo formalmente idêntico às estruturas sintáticas.

Uma outra diferença é que, na lógica natural, há um repertório de quantificadores muito mais amplo que na lógica simbólica. Os quantificadores não são apenas todos (V) e existe ao menos algum (3), mas também a maioria, quase todos, quase nenhum, muitos, etc.

Outra diferença que eu gostaria de citar refere-se à noção de "verbo performativo", citado por McCawley, mas que foi sugerida por Ross (1970) a partir dos estudos de Austin sobre atos

de fala. O fato é que, para McCawley (seguindo a sugestão de Ross), o valor ilocucionário das sentenças (isto é, o valor do ato praticado pelo falante ao emitir um enunciado) deve fazer parte da representação semântica das sentenças. Isto configura uma diferença em relação à lógica simbólica, já que nesta não há qualquer referência ao valor ilocucionário de atos como prometer, garantir, pedir, etc.

Portanto, para McCawley (id.:246) a forma lógica das sentenças (ou seja, sua representação semântica) deveria conter um verbo performativo, em estruturas do tipo: "Declaro a você que ...", "Pexo a você que...", "Prometo a você que...". Esses verbos performativos subjacentes podem ser apagados transformacionalmente, não aparecendo na estrutura superficial. Assim, por exemplo, a estrutura superficial 15) teria uma estrutura subjacente aproximada a 16):

15) Lyndon Johnson é um carniceiro imperialista.

16) Declaro a você que Lyndon Johnson é um carniceiro imperialista.

(McCawley, id.:246).

Não só os verbos performativos foram incorporados, na semântica gerativa, às estruturas subjacentes. Vários outros aspectos até então considerados "pragmáticos" (e desse modo, fora da competência do falante, à qual a gramática (em hipótese) deveria se restringir) passaram a ser objeto de análise e formalização. Lakoff (1971b), por exemplo, afirma que uma oração só pode

ser definida em relação a um conjunto de pressuposições.

O fato é que a semântica gerativa alargou consideravelmente o conceito de gramática. Isso foi mais um motivo de choque e rompimento final com a gramática gerativa dos modelos chomskyanos.

O conceito de lógica natural também alargou-se bastante, abrangendo não só os dispositivos da lógica simbólica, mas também "inferências", formas de pensamento, fatores "pragmáticos". Em função disso é que se entende a definição de Lakoff citada por Carly Silva (1978:70-1):

" (a tÔgXaa natufiaZ a b A a ~~reigãd~~ iitado dz todoò oi recursos conceZtuaZ-& da-& ZZnguai natu^azi."

3.4 - Questionamento da homogeneidade de Sintaxe e Semântica

Um dos pontos mais reiterados pelos semanticistas gerativos foi o de que a sintaxe não é um mecanismo autônomo. Estes teóricos defendiam a idéia de que a combinação dos constituintes de uma sentença depende dos modos pelos quais o material semântico é combinado. Portanto, não se pode falar em sintaxe independente, pois não se pode descrever a estrutura de uma frase sem fazer referência aos significados que ela transmite.

Temos aqui mais um ponto de oposição entre semântica gerativa e a gramática gerativo-transformacional dos modelos chomskyanos. Chomsky sempre manteve a posição (e nisso ele segue a sugestão do estruturalismo) de que o componente sintático, a n^

vel científico e portanto idealista, é autônomo em relação ao componente semântico.

Não estudarei, aqui, a oposição entre o modelo de Chomsky e a semântica gerativa. Nesta seção, analisarei em mais detalhes a relação entre sintaxe e semântica no modelo da semântica gerativa, considerada como uma teoria em que a sintaxe é não-autônoma.

A princípio, pode-se pensar que uma teoria que postula a interdependência entre sintaxe e semântica, implica a noção de que esses dois componentes são indiferenciáveis. Entretanto, creio que se tem uma falsa impressão da semântica gerativa se se considera que, nesta teoria, não existe qualquer linha divisória, entre sintaxe e semântica, e que os fenômenos sintáticos podem ser considerados alternativamente semânticos, e os semânticos, alternativamente sintáticos.

Na verdade, pelos próprios pressupostos da semântica gerativa, o componente semântico desempenha um papel distinto daquele que é desempenhado pelo componente sintático. Nesse sentido, sintaxe e semântica, na semântica gerativa, são perfeitamente diferenciáveis entre si.

A diferenciação entre esses dois componentes pode ser percebida pelas funções atribuídas a eles dentro do sistema gramatical.

Nas seções anteriores, vimos que as representações semânticas equivalem às estruturas subjacentes. Era função disso, deduz-se que, na semântica gerativa, o componente semântico é o componente de base da gramática. O componente de base é aquele

que define as estruturas subjacentes (profundas). Em suma, o componente semântico gera as estruturas subjacentes da gramática, no modelo da semântica gerativa. Assim se explica a afirmação de Leech (1981:346) de que a semântica gerativa é um modelo de base semântica:

*"liò agoA.a ^ÁgnZ^Zcava qu& Ina ^zmântZca g^A.at-iva) o componente, de '*baòe", no òentJido de Chomi>ky (7 965), efiã. não malò i,Intâtlic.o, pon.ém ^emântZco".*

É evidente então que ao componente semântico é atribuída uma função específica; definir as estruturas subjacentes. Nesses termos, pode-se dizer que um dos objetivos da semântica gerativa era estabelecer condições de adequação semântica, que definiriam as "mensagens possíveis", assim como Chomsky estabeleceu que, no seu componente de base, regras de reescrita definem combinações de itens possíveis. Entretanto, os teóricos da semântica gerativa não conseguiram estabelecer, explicitamente, que condições de adequação semântica definiriam a geração das "mensagens possíveis".

Mas isso é outro problema. O importante a reter aqui é que o componente de base - semântico - tem a função de gerar mensagens (representações semânticas) efetivamente utilizadas na comunicação lingüística.

Ora, isso distingue o componente semântico do componente sintático, já que esse não tem qualquer poder gerativo. Em consequência, não existem, em semântica gerativa, representações sintáticas subjacentes, pois as estruturas subjacentes correspondem às representações semânticas.

Vejamos o esquema proposto por McCawley (1976a:123):

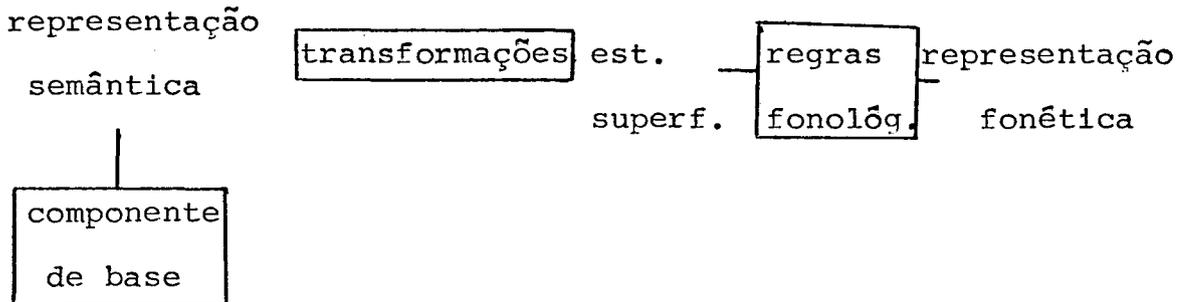


FIGURA 4

Note-se que, segundo esse esquema, a "semântica gerativa" é "uma teoria na qual o componente de base gera as representações semânticas possíveis na linguagem". (McCawley, 1976a:123).

Fica, então, perfeitamente evidente que sintaxe e semântica não são indiferenciáveis, já que o componente semântico tem uma função específica e distinta do papel desempenhado pelas estruturas sintáticas.

Todavia, os semanticistas gerativos aludem a uma homogeneidade entre sintaxe e semântica. Mas o fato que se tem de ter em mente é que essa homogeneidade é formal, e não funcional. Realmente, a nível formal não existem grandes diferenças entre representação semântica e representação sintática: "(...) mostra-se razões que nos levam a pensar que representação semântica e representação sintática são, essencialmente, de uma mesma natureza formal (...)" (McCawley, 1976a:106).

Vimos, na seção 3.3.1., que um único sistema de regras converte as estruturas subjacentes semânticas em estruturas superficiais sintáticas. Esta isomorfia nas regras criava a necessidade de que, por serem ligadas transformacionalmente, as representações semânticas e sintáticas tivessem uma mesma natureza formal; diagramas em forma de árvore. Assim, para generalização do sistema gramatical, as transformações teriam entrada (representações semânticas) e saída (representações sintáticas) de uma mesma natureza formal. Em outras palavras, estrutura semântica e estrutura sintática são formalmente idênticas (diagramas em forma de árvore) em função da necessidade de simplificar e generalizar o sistema gramatical, tal como representado na figura 4.

Entretanto, essa homogeneidade formal não implica que sintaxe e semântica sejam indiferenciáveis. A nível funcional, (ou seja, em relação ao papel desempenhado pelos componentes no sistema gramatical), não se pode dizer que semântica e sintaxe sejam homogêneas. Se assim fosse, as representações semânticas subjacentes seriam alternativamente representações sintáticas subjacentes. Mas é uma incongruência falar, em semântica gerativa, de representações sintáticas subjacentes (se por subjacente entendemos a extremidade mais profunda das derivações).

Vimos que a semântica gerativa é um modelo de base semântica, assim como a gramática gerativa-transformacional é um modelo de base sintática.

Porém, estando bem claro o papel do componente semântico na semântica gerativa, qual seria o papel do componente sintático? A rigor, não existe um componente sintático na semântica

gerativa, do mesmo modo que não existia um componente sintático na gramática de casos de Chafe (seção 2.3.). Entretanto, visualizando o esquema da figura 4, pode-se afirmar que elementos sintáticos são envolvidos nas transformações e na saída das transformações - ou seja, nas estruturas superficiais. Na verdade, as regras transformacionais não são exclusivamente sintáticas, já que elementos semânticos interferem nas transformações. Por isso as derivações transformacionais são consideradas, em semântica gerativa, árvores sintático-semânticas.

Tal interação de funções não existe, porém, ao nível das estruturas subjacentes. O componente semântico gera representações que têm um nível (subjacente) distinto das estruturas sintáticas.

Em simples comprovação dessa diferença de nível entre estruturas semânticas e estruturas sintáticas, pode-se aduzir alguns argumentos.

Em primeiro lugar, a representação semântica é a entrada (input) do sistema gramatical. A Primeira Derivação (P1) corresponde à representação semântica. Portanto, a representação semântica é a extremidade mais subjacente das derivações, e sobre ela se aplicam as regras gramaticais:

"Com efeito, a diferença essencial entre a teoria standard e a teoria da semântica gerativa diz respeito, principalmente, ao fato de, na primeira, a representação semântica constituir uma saída, ao passo que, na segunda, é uma entrada - por outras palavras, ela é, por um lado, o resultado da aplicação de regras e, por outro, o elemento ao qual se aplicam regras."

(Galmiche, 1979:211).

Torna-se então evidente a diferença de nível entre semântica e sintaxe, já que os elementos sintáticos não poderiam funcionar como entrada (input) inicial, tendo em vista que os elementos sintáticos participam de regras que se aplicam sobre uma entrada mais subjacente semântica.

Em segundo lugar, a representação semântica, como n^vel mais abstrato e subjacente, corresponde diretamente a uma estrutura lógica, que sô indiretamente equívale ã estrutura sintática (superficial). Esta diferença de nível faz com que certos elementos lógicos (semânticos) possam não ter representação direta na estrutura superficial: "Além disso, estes fatos implicam que o significado de uma sentença pode envolver itens que não aparecem na forma superficial da sentença." (McCawley, 1976a: 10)];

Por fira, utilizarei um argumento de Leech (1981:354-5).. Para Leech, categorias semânticas e categorias sintáticas são distintas. Para ele, os semanticistas simplificaram demasiadamente e em conseqüência falsearam o problema ao igualar rótulos semânticos (predicados, argumentos) a rótulos sintáticos (verbos, nomes). Em função dessa identidade, deixam-se de captar várias propriedades que caracterizam certas categorias gramaticais (por exemplo, nos verbos, modificações de número, pessoa, tempo, afpecto, etc.).

O fato é que categorias semânticas são abstrações de categorias sintáticas, ou seja, são mais subjacentes que elas. Assim, de acordo com o que tenho argumentado, ressalta uma diferença de nível entre categorias sintáticas e semânticas.

"(...) podemos dizer que um sintagma verbal, uma preposição e uma conjunção podem ter, subjacente a todos eles, uma única categoria semântica, qual seja, um predicado (...). A separação entre categorias sintáticas e categorias semânticas é equivalente e tão desejável quanto a separação entre categorias sintáticas (como "palavra") e categoria fonológicas (como "sílabas")."

(Leech, 1981:355).

Em resumo da argumentação: na semântica gerativa os componentes sintático e semântico são formalmente idênticos, mas funcionalmente distintos. O componente semântico corresponde ao componente de base da gramática, ou seja, o componente que define (gera) as estruturas subjacentes das línguas naturais.

Portanto, pode-se enquadrar num mesmo conjunto gramática de casos e semântica gerativa, pois ambas teorias postulam uma gramática de base semântica, em que o componente de base corresponde ao componente semântico.

Esses dois modelos opõem-se à gramática gerativa-transformativa do tipo desenvolvido por Chomsky, que postula uma gramática de base sintática, em que o componente de base corresponde ao componente sintático.

CAPÍTULO 4

A PASSIVA

A passiva é uma regra que envolve vários aspectos controversos. Na análise e na avaliação das abordagens estudadas nefte capítulo, alguns destes aspectos não foram enfocados. Não pretendi esgotar o problema da passiva.

A proposta de análise da passiva esboçada na seção 4.4, se baseia na hipótese de que sentenças ativas e passivas correspondentes apresentam equivalência semântica. Entretanto, isto não significa que sentenças ativa e passiva correspondentes sejam equivalentes a nível pragmático. A equivalência semântica se justifica pelo fato de que passiva e ativa correspondentes presentam uma mesma estrutura predicacional (conforme a nomenclatura de Leech (1981)), ou seja, possuem idênticos argumentos e um mesmo predicado. Portanto, a nível predicacional, admite-se a equivalência semântica entre passiva e ativa correspondentes.

Este pressuposto não entra no mérito da explicação de pares como:

- a) Todos na sala falam duas línguas.
- b)** Duas línguas são faladas por todos na sala.

em que a presença de quantif icadores faz com que se perca (n\ima leitura possível) a equivalência entre ativa e passiva. Trata-se de um problema de referência (o sintagma 'duas línguas', em a) ,

refere-se a várias línguas possíveis, e, em b), refere-se a duas línguas determinadas), e não de um problema de análise predicacional. Para um estudo desses casos de passiva com quantificador, ver Lobato (1986:273-6).

O fato de que passiva e ativa não são perfeitamente equivalentes a nível pragmático, apesar de sua equivalência a nível predicacional, não foi abordado neste capítulo. A possível diferença pragmática entre passiva e ativa correspondentes é provavelmente causada por fatores como distribuição de informações e topicalização. Como se verá na seção 4.2.1., uma das funções da passiva, segundo Chafe (1979), é propiciar novas formas de distribuição de informações novas e velhas. De qualquer modo, os aspectos pragmáticos da passiva não foram abordados neste capítulo.

Também outros aspectos da passiva não foram enfocados, entre eles a passiva nominal e os tipos de verbos auxiliares que formam a passiva. Encontra-se uma referência à passiva nominal em Lobato (1986:336). Quanto ao segundo problema, adotei a solução mais simples, ou seja, aquela do modelo clássico da g.g.t. - considere que o verbo ser é o verbo auxiliar por excelência na formação da passiva.

4.1 - A Abordagem da gramática gerativa-transformacional

A gramática gerativa observou várias correlações entre a forma ativa e a forma passiva de uma frase. Não se poderia analisar esta última forma como equivalendo a uma estrutura profunda, pois assim se perderiam diferentes regularidades que a relacionam à forma ativa.

Em primeiro lugar, a apassivação é determinada pela subcategorização estrita dos verbos. S5 são apassiváveis os verbos transitivos diretos. Por outro lado, a forma passiva, apesar de ser formada por um verbo transitivo direto, não admite um SN depois desse verbo. Teria de se estabelecer uma regra muito reftrita para se justificar esse fato - pois a subcategorização eftrita dos verbos transitivos diretos exige exatamente que eles sejam seguidos de um SN. Há, portanto, uma relação necessária entre os verbos transitivos diretos da forma passiva e seu correspondente na forma ativa. (cf. Lobato, 1986:147).

la) Mário talhou a mesa

b) A mesa foi talhada por Mário.

Com. essa correlação entre la) e Ib) , não é necessário estabelecer uma regra idiossincrática para explicar por que a forma passiva (estrutura superficial obtida transformacionalmente) não admite xim SN depois do verbo transitivo. A transitividade do verbo talhar, por exemplo, está manifesta na estrutura correspondente à forma ativa la). Em suma, a transitividade do ver

bo talhar é definida a nível de estrutura profunda e não de estrutura superficial.

Existem ainda regularidades quanto a restrições de seleção entre verbo-sujeito da ativa e entre verbo-agente da passiva, como também entre o sujeito da passiva e o objeto direto da ativa. (cf. Lobato, 1986:147-8 e também seção 4.4. desta dissertação.)

Em face dessas correlações, chegou-se à conclusão de que às formas ativa e passiva corresponderia uma única estrutura profunda. Essa estrutura profunda teria a forma $S \rightarrow SN_1 + Aux + V + SN_2$, equivalente, portanto, à forma ativa (a qual seria obtida com a regra de deslocamento de afixo). A forma passiva seria derivada pela aplicação da regra de apassivação, que teria a seguinte configuração:

$$2) SN_1 V SN_2 \Rightarrow SN_2 \text{ se } + \text{ -DO } V \text{ por } SN_1$$

Em suma, como diz Chomsky, já em Estruturas Sintáticas (1980):

"Assim, a transformação passiva aplica-se a seqüências com a forma SN - Aux - V - SN e tem como efeito a interversão dos dois sintagmas nominais, acrescentando by (por) antes do último sintagma nominal e be + en (se + DO) ao Aux."

(Chomsky, 1980:66).

Esta solução, aparentemente definitiva, apresentou alguns problemas. Alguns verbos, apesar de serem transitivos, não admitem a forma passiva, contradizendo, assim, as condições da

transformação de apassivação. Lees, conforme afirma Chomsky (1975a: 191), observou que existem alguns verbos, que ele chamou "me diais", que não admitem Sintagmas Adverbiais de Modo, notando ain da que exatamente esses "verbos mediais" correspondem àqueles que, apesar de serem seguidos de um SN, não sofrem a transformação de apassivação. Estabelecia-se, assim, a correlação entre Sintagmas Adverbiais de Modo e transformação passiva.

Chomsky, então, alterou sua proposta inicial. Inserin do sua argumentação sobre a passiva no problema maior das "trans formações locais", ele propôs uma nova formulação para as regras da base sintagmática, na seguinte forma:

3) (i) $F \rightarrow SN \frown$ Sintagma Predicativo

(ii) Sintagma Predicativo $\rightarrow Aux \frown SV$ (Lugar) (Tempo)

(iii) $SV \rightarrow V$ $\left[\begin{array}{l} \underline{be} \quad (se) \text{ Predicado} \\ (SN) \text{ (Sintagma-Prep) (Sintagma-Prep) (Modo)} \\ Adj \\ F' \\ \underline{(like)} \text{ (como) Predicado Nominal} \end{array} \right]$

(iv) Sintagma-Pre.p. \rightarrow $\left[\begin{array}{l} \text{Direção} \\ \text{Duração} \\ \text{Lugar} \\ \text{Frequência} \\ \text{etc.} \end{array} \right]$

(v) $V \rightarrow SC$

(Chomsky, 1975a:189).

O que importa para a argumentação é observar que os Advérbios de Lugar e Tempo fazem parte do constituinte Sintagma Predicativo, sendo, por outro lado, externos ao constituinte SV. Em outras palavras, os Advérbios de Lugar e Tempo não estão ligados diretamente ao Verbo.

Já o Advérbio de Modo faz parte do constituinte SV, estando, portanto, diretamente ligado ao V. Sendo o V um SC (símbolo complexo), ele é subcategorizado estritamente pelos diferentes contextos determinados por 3(iii). Em consequência, "os verbos podem ser subcategorizados em função dos Complementos do Verbo, mas não em função dos Complementos do Sintagma Verbal."

(Chomsky, 1975a:190).

Em outras palavras, o Advérbio de Modo serve para subcategorizar estritamente os verbos.

Tendo isso em mente, foi fácil concluir que são passiváveis os verbos que em sua subcategorização estrita apresentem um Advérbio de Modo, evitando-se, assim, que os verbos mediais sofressem passivação. Para Chomsky, a Transformação Passiva seria uma das realizações do Advérbio de Modo - a passivação aplicando-se obrigatoriamente a um verbo subcategorizado estritamente pelo Advérbio de Modo.

Essa nova análise proposta pelo modelo padrão acarreta evidentes consequências teóricas e instrumentais. Em primeiro lugar, ocorre uma implicação semântica questionável; as passivas seriam consideradas um "modo" de se dizer a frase, posto que seu peso semântico está interligado ao Advérbio de Modo. Além disso, postulou-se uma nova formulação para a passivação, inserindo-se

um elemento "postição" 'by (por) passiva', na configuração da regra (5), seria a estrutura profunda à qual se aplicaria a transformação passiva¹).

4) Modo → ^ (por/^passiva

5) SN - Aux - V - . . . - SN - . . . - by (por) passiva
(Chomsky, 1975a:192).

Para Chomsky, essa solução traz várias vantagens. Em primeiro lugar, a nova formulação explica automaticamente por que os "verbos mediais" não são apassiváveis - exatamente pelo fato de eles não serem subcategorizados estritamente pelo traço

[~ SN Modc]. Assim, uma frase como 6a) não pode ser apassivada, já que ela não admite ,Adv. de Modo;

6a) O carro pesava duas toneladas.

b) *O carro pesava totalmente duas toneladas.

c) *Duas toneladas eram pesadas pelo carro.

Outra vantagem seria que a nova regra de Transformação Passiva se enquadraria num esquema maior de transformações (as transformações de substituição), eliminando assim a especificidade que caracteriza¹ a regra de apassivação nos trabalhos anteriores da g.g.t.

¹ A transformação passiva, no modelo padrão, é definida como "lama transformação elementar que substitui o primeiro SN pelo elemento postição passiva e coloca o segundo SN no lugar do primeiro." (Chomsky, 1975a:192).

Além disso, essa análise serve para fechar a argumentação sobre transformações estritamente locais. A apassivação seria uma dessas transformações, já que ela só pode ser aplicada considerando-se a subcategorização estrita da frase. Assim, só podem ser apassivados os Complementos do Verbo, mas não os Complementos do SV.

Entretanto, essa formulação do modelo padrão, apesar de aparentemente satisfatória, apresenta muitos problemas. Em primeiro lugar, há um argumento teórico que praticamente invalida a análise do modelo padrão. Por essa análise, a estrutura profunda da forma passiva seria diferente da estrutura profunda da forma ativa correspondente, porque na EP (estrutura profunda) da Passiva tem de se inserir o elemento postíço "por passiva", o qual estaria ligado ao Advérbio de Modo. Isso contradiz o pressuposto teórico de que duas frases de sentido idêntico (ou praticamente idêntico) têm de possuir uma idêntica estrutura profunda.

Outro problema reside no fato de, ao considerar a passiva como "lama" das realizações do Advérbio de Modo, a análise pressupor que o Advérbio de Modo e a Passiva estejam em distribuição complementar, já que eles podem aparecer alternativamente, seja como Advérbio de Modo nas formas ativas, seja como Passiva nas formas passivas.

Isso implicaria (cf. Lobato, 1986:335), erroneamente, na agramaticalidade de uma frase como:

7) Este artigo foi brilhantemente apresentado por ele.

eraque o Advérbio de Modo e a Passiva aparecem simultaneamente.

Um último problema envolvendo a análise da passiva pelo modelo padrão é de natureza empírica - portanto, o mais irremediável, pois que contradiz os postulados teóricos.

Alguns verbos satisfazem a descrição estrutural da Transformação Passiva e são subcategorizados estritamente por Advérbio de Modo, mas não são apassiváveis.

8a) O projeto atinge exatamente o valor de 5.000 dólares.

b) * Exatamente o valor de 5.000 dólares é atingido pelo projeto.

9a) A sala mal comporta vinte alunos,

b) * Vinte alunos mal são comportados pela sala.

10a) Na escola inglesa de Eton, os estudantes envergam obrigatoriamente casaca preta.

b) * Na escola inglesa de Eton, casaca preta é obrigatoriamente envergada pelos estudantes.

Em suma, a proposta do modelo padrão não soluciona o problema da apassivação. Os trabalhos posteriores da gramática gerativa continuaram lidando com a transformação passiva, tentando enquadrá-la nas motivações teóricas dos novos modelos - modelo padrão estendido e modelo padrão estendido revisto. Entretanto,

as novas propostas - que descreverei sumariamente em seguida - continuam a analisar a passiva unicamente pelo aspecto sintático.

Basicamente, os trabalhos posteriores ao modelo padrão caracterizam-se por considerar a passiva uma transformação complexa, e não mais uma transformação única.

"Trata-se por conseguinte de uma regra (a passiva) bastante complexa, bem mais complexa do que a maioria das regras que temos encontrado até agora. Pelo que vou propor mais adiante, no entanto, veremos que essa complexidade especial da Pass. é apenas aparente, pois não temos aqui uma única transformação, mas um conjunto de transformações."

(Perini, 1976:201).

Essa alteração teórica certamente se deveu a frases do tipo:

11) Mandei examinar João por um especialista.

12) Foi permitido pelo diretor que o aluno entrasse depois da hora.

(Lobato, 1986:336).

Pois na frase 11), houve a posposição do SN sujeito da estrutura profunda (um especialista), mas por outro lado não ocorreu a antecipação do objeto da EP (João). Além disso, o auxiliar ser mais a partícula DO não foram acrescentadas à forma passiva, tal como a transformação de apassivação determinava. A apassivação só geraria a frase 13), mas não a frase 11).

13) Mandei João ser examinado por um especialista.

A frase 12), igualmente, não era prevista pela Trans formação de Apassivação.

A conclusão a que se chegou foi que a formação da passiva se dá pela combinação de duas regras de deslocamento independentes, e mais uma regra de inserção (Inserção de se + DO). Os deslocamentos seriam a Posposição de SN (deslocando o SN sujeito da EP para a posição do elemento postigo. 'por passiva') e Anteposição de SN (deslocando o objeto da EP para a posição de sujeito da ES).

Uma solução deste tipo é adotada por Perini, por exemplo, para a análise de frases semelhantes a 11) e 12) (Conferir, em Perini, as condições de aplicação dessas duas regras de deslocamento, conjugadas à regra de Inserção de se + DO - Perini, 1976: 200ss).

Entretanto, também essa solução vai ser abandonada - ou melhor, adaptada às revisões feitas no modelo padrão estendido. Por essas revisões, "o poder expressivo das transformações" deveria ser restringido por motivos teóricos.

Sobre esse ponto, vejamos a nota de Lobato (1986:394):

"A tentativa de limitar o poder expressivo das transformações está ligada aos resultados das pesquisas de Peters e Ritchie (1971, 1973). Essas pesquisas provaram matematicamente que o poder das transformações (tal como formuladas no modelo padrão), é irrestrito, do mesmo modo que o é o poder das instruções de uma máquina de Turing."

Tendo as transformações um poder "Irrestrito", isso reduz a capacidade explicativa da gramática gerativa-transformacional, que tem como um de seus objetivos teóricos limitar a classe das gramáticas possíveis.

Enquadrando-se nesses pressupostos teóricos, foi postulado que a derivação das passivas se dá por meio de uma única regra de Deslocamento - Deslocamento de SN.

É importante notar que, pelo menos em Chomsky, a derivação das passivas continua a ser considerada uma transformação. Quanto à regra de Inserção de se + DO, passaria a ser uma regra morfofonológica.²

4.2 - A Abordagem da gramática de casos

4.2.1 - A hipótese de Chafe

Na seção 2.3., vimos que, segundo Chafe, uma estrutura semântica é formada por diversos tipos de unidades semânticas. Nas páginas 65 e 66 analisei brevemente essa diversidade de unidades semânticas. Entretanto, não foi especificado o papel desempe

² Na seção seguinte, encontra-se uma breve análise da incapacidade da abordagem da g.g.t., mesmo no modelo mais recente (modelo padrão estendido revisto), de explicar por que certos verbos não são apassiváveis, apesar de serem transitivos.

nhado pela unidade semântica nov. Essa unidade semântica serve para marcar se uma unidade lexical, verbal ou nominal, contém informação nova ou velha. Em outras palavras, a unidade semântica nov se agrega às unidades lexicais, determinando se elas contêm informação nova ou velha.

Chafe define informação nova como a parte da informação que o falante introduz na mente do receptor pela primeira, vez. Ou seja, as configurações semânticas (enunciados semânticos) apresentam informações das quais o receptor a princípio não dispõe.

Por outro lado, outras informações apresentadas pelas configurações semânticas já eram compartilhadas pelo falante e pelo receptor. Essas informações compartilhadas podem ser fornecidas tanto pelo ambiente da enunciação, quanto pelo contexto lingüístico fortmado por orações enunciadas anteriormente.

Estas noções de informação velha e nova já haviam sido abordadas por outros lingüistas, através de termos como tópico e comentário, tema e rema, etc. O importante, para Chafe, é considerar que estas noções desempenham um papel definido na estrutura semântica. Assim, por exemplo, a oração 1):

1) Davi esvaziou a caixa.

apresenta duas informações novas (esvaziar e caixa) e uma velha (Davi). A nível semântico, isso pode ser percebido pela correspondência entre essa oração 1) e a pergunta;

1a) Que fez Davi então?

entendendo-se a oração 1) como resposta à pergunta la). Nesse caso, Davi (agente) seria a informação velha (pois já fazia parte da pergunta), enquanto esvaziar (verbo) e caixa (paciente) são informações novas. Além disso, há dois processos pós-semânticos que servem para representar, nas estruturas superficiais, as informações novas e velhas: o estabelecimento dos sujeitos superficiais e a entoação. Assim, a estrutura superficial da oração 1) nos mostra que Davi (agente) é uma informação velha, pois Chafe afirma que os sujeitos trazem a informação velha, enquanto caixa (paciente), por receber um tom mais alto, é considerada informação nova. As raízes verbais, como esvaziar, contêm sempre informação nova, ainda que não recebam um tom mais alto na estrutura superficial. Recorde-se que as estruturas superficiais estão indiretamente relacionadas às estruturas profundas semânticas, e em consequência às vezes não representam diretamente as unidades semânticas.

Chafe estabelece certas regras de distribuição das informações novas e velhas nas configurações semânticas, com base na oposição entre informações novas (marcadas) e velhas (não-marcadas). Estas regras podem ser condensadas da seguinte forma:

"Resumindo, em uma oração minimamente marcada, a raiz verbal e a raiz nominal locativa (se há uma) serão sempre novas, uma raiz nominal paciente será nova se a oração também tem um nome beneficiário ou agente, e uma raiz nominal beneficiária será nova se a oração também tem um nome agente".

(Chafe, 1979:225).

Essa regra se aplica à oração 1), por exemplo, visto que nela a raiz nominal paciente caixa é marcada como nova, já

que co-ocorre com um agente (Davi). A raiz verbal esvaziar também contém informação nova, já que a regra afirma que as raízes verbais são sempre novas. A raiz nominal agente, no caso Davi, não pode, segundo a regra, transmitir informação nova.

Entretanto, existem configurações semânticas que não obedecem a essas regras de distribuição de informações novas e velhas. É aqui que entra o problema da passiva. Vejamos a seguinte oração:

2) A caixa foi esvaziada.[^]

A nível semântico, essa oração apresenta duas especificidades. Em primeiro lugar, o verbo esvaziar, de ação-processo, segundo a classificação de Chafe, e que portanto exigiria um agente, aparece sem agente. Em segundo lugar, a regra de distribuição de informações novas e velhas não é obedecida.

Essa alteração de distribuição de informações novas e velhas faz com que o paciente do verbo passivo, como exemplificado na oração 2), transmita informação velha (recorde-se que o sujeito superficial contém a informação velha, como é o caso de caixa, em 2)), quando, normalmente, nos verbos não-passivos, o paciente deveria transmitir informação nova (exceto nas orações locativas como 'A caixa está debaixo da mesa', em que o paciente 'caixa' contém informação velha.) Além disso, a forma passiva confere informação nova a um nome agente, como em 3), quando nas

[^] A palavra sublinhada indica que esse termo, na estrutura superficial, recebe um-'tora mais alto.

orações não-passivas o agente nunca transmite informação nova.

3) A caixa foi esvaziada por Davi,

A solução que Chafe apresenta para essas especificidades semânticas da passiva, é considerá-la como uma unidade funcional que pode ser acrescentada aos verbos de ação-processo e experiência-processo (segundo a classificação de verbos adotada por Chafe). Para isso, ele propõe a seguinte regra:

<

4) V ----- > passiva

processo

[ação
experiência]

(Chafe, 1979:227).

A linha descontínua significa que a unidade passiva pode ou não ser aplicada. Os verbos de experiência-processo também se incluem nessa regra, porque eles podem aparecer, na forma passiva, sem o experienciador (E), assim como os verbos de ação-processo, na passiva, podem aparecer sem agente.

5) Davi foi visto.

Na oração 5) , o verbo ver, apesar de ser um verbo de experiência, aparece sem o experienciador.

Em suma, para Chafe a passiva é um processo inteiramente semântico, que tem lugar ao nível da formação semântica. Trata-se de uma unidade flexional que tem como efeito alterar algumas regras semânticas: a) a regra que obriga que os verbos de ação e experiência apresentem agente e experienciador, respectivamente; b) a regra que determina a distribuição de informações novas e velhas,

Não interessa aqui discutir esses efeitos da regra de apassivação. Para esta dissertação, o que importa é ressaltar o caráter semântico que Chafe dá à passiva. Como vimos na seção 4.1.), a gramática gerativa considerou a passiva um fenômeno tipicamente sintático, sem nenhuma interferência semântica. Essa análise, como foi demonstrado, não abrangia certo número de verbos que, apesar de obedecerem às condições estruturais sintáticas da regra de apassivação, não são apassiváveis. Inclusive os modelos mais recentes da gramática gerativa continuaram a considerar a passiva um fenômeno puramente sintático; as reformulações que esses modelos propuseram para a análise da passiva foram de nível sintático.

A proposta de Chafe, portanto, significa uma perspectiva inteiramente nova para a análise da passiva. A passiva é agora considerada um fenômeno semântico, e que se aplica sob certas condições semânticas. A regra de passiva, transcrita em 4), mostra que ela só é aplicável a certo tipo de verbos, definidos semanticamente.

já foi muitas vezes observado que vários verbos não admitem a forma passiva, mesmo se transitivos. A grammar of con

temporary English (Quirk et alii, 1979:803) afirma que, entre outras restrições, as passivas apresentam restrições quanto ao verbo (verb constraints). Entretanto, essa gramática não apresenta qualquer justificativa para essas restrições.

Seria de se esperar que num modelo de gramática de casos, como o de Chafe, onde o verbo desempenha tão importante papel semântico, fosse feita uma correlação entre a passiva (fenômeno semântico) e certos tipos de verbos definidos semanticamente. Portanto, a relação passiva - verbo, a nível semântico, não seria mais universal, mas sim determinada por um certo tipo de verbo, de modo que as restrições que alguns verbos apresentara possam ser explicados sistematicamente, e não mais idiossincratamente.

O meu objetivo é tentar aplicar a proposta de Chafe, que estabelece uma relação entre a passiva e um grupo semântico de verbos. Como consequência desse objetivo, pretendo comprovar que a passiva é um fenômeno determinado semanticamente, e que a agramaticalidade aparentemente inexplicável de frases como 6b

6a) A sala comporta facilmente 50 alunos,

b) * 50 alunos são facilmente comportados pela sala.

pode ter uma justificativa semântica.

O ponto de partida da análise (restrita unicamente ao português) é a regra de Chafe;

dicam diferentes modos pelos quais os gramáticos de caso podem optar para dividir o continuum da realidade semântica."

Assim, a escolha de um dos modelos alternativos de gramática de casos se torna relativa. Entretanto, adotarei o modelo de Cook por ele ser, de um modo geral, bastante simplificado e prático. Entre as razões de sua praticidade, podem ser citadas:

- a) redução do número de casos - Cook (1979) propõe 5 casos (Agente, Objeto, Benefactivo, Locativo e Experienciador), enquanto Chafe (1979) propusera 7 casos (Agente, Paciente (Objeto), Experienciador, Benefactivo (ou Beneficiário), Instrumento, Complemento, Locativo (Location).)
- b) determinação de 3 tipos de verbos; Estado, Processo e Ação - Isso significou uma racionalização maior em relação ao modelo de Chafe, que propunha ainda o tipo de verbo ação-processo.
- c) formulação de uma matriz de esquemas casuais - Esta matriz serve para formalizar as relações que existem entre os diferentes tipos de esquemas casuais.

Minha análise basear-se-á, portanto, na matriz de Cook, transcrita na Figura 1:

TIPOS DE VERBOS	VERBOS BÁSICOS	EXPERIÊNCIA	BENEFACTIVO	LOCATIVO
1. ESTADO	Oe-ser verdade	E,0e - saber	B,Oe ter	Ge,L es tar em
2. PROCESSO	O - morrer	E,0 sentir	B,0 receber	O,L mover se ,vi
3. AÇÃO	A,O matar	A,E,0 dizer	A,B,0 dar	A,0,L co locar

FIGURA 1

(Cook, 1979:203) .

A escolha da matriz de Cook não invalida as considerações teóricas sobre o modelo de Chafe, contidas na seção 2.3. Naquele ponto, estava interessado na análise teórica da relação sintaxe-semântica; nesse aspecto, Cook não introduz nenhuma modificação importante.

4.2.3 - Análise dos tipos de verbos

4.2.3.1 - Verbos de Ação

Pela proposta de Chafe, todos os verbos de ação são apassiváveis. Realmente, como regra geral, os verbos de ação, em suas diversas combinações - A,O (verbos básicos) - A,E,0 (ação-experiência) - A,B,0 (ação-benefactivo) - A,0,L (ação-locativo) - admitem, segundo o que pude observar através da análise, a forma

passiva.

Em razão dessa regra geral, e ainda talvez pelo fato de que os verbos de ação são possivelmente predominantes na língua, a chamada gramática tradicional identifica as noções de passiva e ação, já que a forma passiva indicaria a ação sofrida pelo sujeito sintático. Além disso, essa identificação de noções se manifesta na definição (e no próprio nome) de agente da passiva:

"Agente da Passiva é o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito."

(Cunha & Cintra, 1985:143).

Dessa definição se deduz que todos os verbos apassiváveis são verbos de ação, já que o agente da passiva corresponde ao sujeito sintático (agente) do verbo na forma ativa.

Mas até mesmo lingüistas não-tradicionais argumentam que só os verbos de ação admitem apassivação. "(...) de modo geral, para permitir a transformação passiva, a oração deverá apresentar a estrutura sujeito - verbo - objeto direto, sendo o sujeito agente (animado, ou dotado de força, de movimento) e o verbo, portanto, um verbo de ação." (Silva & Koch, 1986:61).

Borba (1979:229) parece defender idéia semelhante:

"Se tais relações (semânticas subjacentes) fossem definidas em termos de uma gramática de casos, diríamos que, da associação entre V e SN₂, em (121) (Teresa pesava o feijão) e (122) (O engenheiro mediu a construção), resultam o traço +ativ. para o verbo e o valor objetivo para SN₂, tornando as orações reversíveis em passivas (...). As orações (123) (A comadre acariciava o

bebê) e (124) (Um tiro derrubou a andorinha) são transitivas porque a ação realmente transita do SN₁ (agentivo, instrumental, casos que comportam o traço + atividade) para SN₂ (objetivo; receptivo)".

Em outras palavras, a noção de transitividade é restrita à noção de agentividade (representada pelo traço + atividade), de modo que só os verbos de ação são apassiváveis, já que só eles são "verdadeiros" verbos transitivos.

Portanto, para a gramática tradicional e para alguns lingüistas, a passiva é uma "outra forma" de indicar a "ação" representada pelo verbo na forma ativa. Entretanto, como veremos a seguir, não só os verbos de ação permitem a apassivação.

Vejamos agora uma amostra de verbos de ação, na forma passiva, confirmando a tese de que, como regra geral, esse tipo de verbo possibilita a apassivação. Repito que os exemplos são apenas uma amostragem; não pretendem ser exaustivos.

4.2.3.1.a.-Verbo de Ação Básico (A, O)

- 7 - DIZIMAR - Alguns povos indígenas foram dizimados.
- 8 - INCENDIAR - Muitas vilas foram incendiadas.
- 9 - DESTRUIR - As casas foram destruídas pelos invasores.

- 10 - RECONSTRUIR - As cidades já estavam sendo reconstruídas. _
- 11 - NEGLIGENCIAR - Os estudos foram negligenciados.
- 12 - FLAGELAR - Todas as províncias do Ocidente foram igualmente flageladas pelos vikings.
- 13 - OPERAR - O paciente foi operado na última quarta-feira. _
- 14 - LAVAR - Apesar de sua ordem, o carro não tinha sido lavado. _
- 15 - VIVIFICAR - A civilização da Inglaterra, na Idade Média, foi vivificada pelas contribuições dos centros culturais germânicos. _
- 16 - DISPUTAR - A dignidade real foi disputada entre os descendentes do rei.
- 17 - PROVOCAR - A confusão foi provocada por agentes do governo.
- 18 - AQUECER - O quarto do hotel não havia sido bem aquecido.

- 19 - DISSOLVER - As associações só poderão ser dissolvidas por decisão judicial
- 20 - PURIFICAR - Muitas de nossas instituições precisam ser purificadas.
- 21 - ADOPTAR - No caso de greve, serão adotadas providências.
- 22 - COMBATER - A evasão de alunos está sendo combatida pela Secretaria de Educação.
- 23 - ORGANIZAR - A greve está sendo organizada pela associação de docentes.
- 24 - ATACAR - As cidades romanas foram atacadas pelos bárbaros.
- 25 - CONFIRMAR - A expulsão do aluno foi confirmada pela diretoria.
- 26 - INTENSIFICAR - Para os militares golpistas, é interessante que os conflitos entre governo e constituintes sejam intensificados.

4.2.3.1.b -Verbo de Ação - Experiência (A, E, O)

27 - DIZER - Tudo isso foi dito ao professor.

28 - PERGUNTAR - Isso não havia sido perguntado ao orientador.

29 - MOSTRAR - Todos os aposentos da casa foram mostrados ao visitante pelos orgulhosos proprietários.

30 - RESPONDER - A questão foi muito bem respondida pelo aluno.

4.2.3.1.C -Verbo de Ação - Benefactivo (A, B, O)

31 - COMPRAR - A casa foi comprada por um preço razoável.

32 - VENDER - O carro não havia sido vendido por meu irmão.

33 - DAR - No final do ano, foi dado um prêmio aos melhores alunos.

34 - ROUBAR - O carro foi roubado no estacionamento do estádio.

4.2.3.1.d - Verbo de Ação - Locativo (A, O, L)

35 - COLOCAR - O livro foi colocado na estante.

36 - CONDUZIR - Os manifestantes foram conduzidos à Polícia.' Federal.

37 - REMOVER - Os favelados foram removidos mais uma vez.

38 - ENGARRAFAR - As bebidas eram engarrafadas mecanicamente.^

4 .2 .3. 2 - Verbos de Experiência

Pela regra de Chafe, s5 os verbos de experiência processual admitem apassivação, excluindo-se os verbos de experiência estática. Entretanto, pelo que consegui depreender da análise, os verbos de experiência estática, no português, também admitem apassivação. Trata-se, então, da primeira retificação na pro

O verbo engarrafar apresenta L (Locativo) lexicalizado.

posta de Chafe. Mais abaixo (seção 4.2.3.2.b.) discutirei brevemente a problemática classificação dos verbos de experiência estática e verbos de experiência processual.

4.2.3.2,a -Verbos de Experiência Estática (E, O_e)

39 - CONHECER - O livro era conhecido por todos os alunos.

40 - SABER - É sabido que um governo eleito pelo povo tem maior capacidade de ação.

4.2.3.2.b - Verbos de Experiência Processual

I) com E sujeito (E, O)

41 - PREVER - Esse crime havia sido previsto pelo de legado.

42 - CALCULAR - Tal conseqüência não havia sido calculada por ninguém.

43 - VIVENCIAR - Em função do novo projeto de ensino, uma inédita experiência didática foi vivenciada pelos professores.

- 44 - EXPERIMENTAR - Uma estranha sensação foi exper[^]mentada pela pessoa que, injustamente, se viu acusada de um crime.
- 45 - ADMIRAR - O novo professor de português terminou sendo admirado pela maioria de seus alunos.
- 46 - VER - As garotas foram vistas na praia.
- 47 - PERCEBER - A essência do problema não havia sido percebida durante os debates.
- 48 - ENTENDER - A explicação do professor foi muito bem entendida.
- 49 - NOTAR - Ainda não havia sido notado o novo aspecto do problema.
- 50 - IMAGINAR - Uma tão violenta reação não fora imaginada pelos manifestantes.
- 51 - ODIAR - Apesar da mudança de seu comportamento, ele continuava sendo odiado pelas pessoas.
- 52 - AMAR - Ele continuava sendo amado por sua família.

- 53 - APRENDER - Uma nova lição histórica havia sido aprendida pelo partido.
- 54 - LEMBRAR - O dia da morte do antigo líder não foi lembrado por ninguém.
- 55 - OUVIR - A explosão foi ouvida num raio de 2 Km.
- 56 - CAPTAR - A intenção do orador foi muito bem captada. —
- 57 - ABOMINAR - Os homossexuais, no passado, eram ainda mais abominados. —
- 58 - RESPEITAR - No tempo do regime militar, ele era respeitado tanto por suas idéias quanto por suas atitudes.
- 59 - INVENTAR - A pólvora foi inventada pelos chineses. —
- 60 - DETESTAR - Ele era detestado tanto pelos amigos quanto pelos inimigos.
- 61 - RECONHECER - Depois de uma longa separação, ele não foi reconhecido pela irmã.

- 62 - ESQUECER - A velha estrela havia sido esquecida por seus fãs.
- 63 - APRECIAR - Os musicais de Hollywood eram muito apreciados.
- 64 - SENTIR - Uma emoção cada vez maior era sentida por todos que acompanhavam as notícias do desafio.
- 65 - COMPREENDER - Novas idéias comumente não são bem compreendidas.
- 66 - TEMER - Ele tinha sido temido mais por suas idéias do que por suas ações.
- 67 - ESTIMAR - O líder era respeitado e estimado por todo o grupo.
- 68 - RECORDAR - Ele era recordado com muito carinho.
- 69 - SUPOR - Tal consequência não fora suposta por ninguém.
- 70 - VENERAR - O líder religioso continuava sendo venerado por seus fanáticos seguidores.

Muitos desses verbos arrolados acima são considerados, tradicionalmente, na gramática inglesa, como verbos estáticos. Esse é o caso de hear (ouvir), understand (compreender), perceive (perceber), feel (sentir), hate (odiar), etc. (Para uma relação maior desses verbos "estáticos" em inglês, cf. Quirk et al., 1979:96). Esses verbos ingleses são considerados estáticos por não admitirem a forma progressiva (que, em inglês, é representada pela terminação - ing):

71 a) I understand your problem (Compreendo seu problema).

b) * I am understanding your problem (Estou compreendendo seu problema.)

Seguindo esse mesmo raciocínio, Cook arrola esses verbos que não admitem a forma progressiva como verbos estáticos. Entretanto, no português não existe essa restrição (como se vê na tradução da frase 71b), e não há por que considerar tais verbos como estáticos. A forma progressiva (em português - ndo) não pode determinar se um verbo de experiência é estático ou processual - trata-se de duas coisas independentes. É interessante observar que mesmo um seguidor de Cook (Moskey, 1979:51), coloca isso muito claramente:

"Não podemos apelar para a distinção entre verbos que admitem aspecto progressivo e verbos que não o admitem, a fim de separar os verbos de Experiência Estática dos verbos de Experiência Processual. (...) Assim, é necessário apelar para uma evidência introspectiva ao classificar um verbo de Experiência com dois casos como de Experiên

cia Estática ou Processual."

Essa "evidência introspectiva" significa que um fator puramente semântico deve ser levado em conta na diferenciação dos verbos de experiência estáticos ou processuais. Foi essa perspectiva semântica que tomei por base para considerar os verbos conhecer e saber como estáticos, e os verbos de 41) a 70) como processuais. ⁵

Os verbos de experiência processual indicam, grosso modo, um evento a nível cognitivo ou emocional. Lembremos que Chafe (1979:98-9) propõe um teste semântico para diferenciar estados e processos. Os verbos processuais possibilitam respostas a perguntas como: "O que aconteceu?", "O que está acontecendo?". Já as frases com verbos estáticos não equivalem a respostas a

⁵ Apesar disso, alguns desses verbos (como detestar, apreciar, estimar, recordar, amar, abominar, etc.) podem também ser estáticos, em outras construções. Os critérios semânticos (como o teste de Chafe citado a seguir) podem determinar se um verbo de experiência, em cada construção específica, é estático ou processual. Vejamos a análise de Leech (1974:4-5): "De fato, para falar mais claramente, 'estado' e 'evento' são mais termos semânticos que gramaticais. A rigor, não deveríamos falar de 'verbos de estado' ou 'verbos de evento', mas antes de sentidos ou usos de verbos como 'estado' ou como 'evento'. Todavia, seria inconveniente evitar inteiramente as expressões 'verbo de estado' e 'verbo de evento'. Estes rótulos úteis são mantidos aqui, mas deve ser sempre lembrado que eles são rótulos convenientes, para o que seria mais precisamente designado por 'verbo sendo usado para representar um evento/ um estado.' Podemos tomar o verbo lembrar como um exemplo: De repente lembrei da carta. / Lembrarei daquele momento até morrer. Na primeira sentença, lembrar, visto que se refere ao ato de recordar, é um 'verbo de evento'; na segunda, lembrar é um 'verbo de estado', representando a noção de 'ter na memória'."

essas perguntas. Tendo em vista essa perspectiva semântica, Chafe (1979:149) sugere que verbos como ver e ouvir são verbos de experiência processual, e não de experiência estática, como afirma a maioria dos estudiosos do inglês.

Entretanto, não entra no âmbito desta dissertação aprofundar esse problema. Ele continua em aberto. Uma classificação diferente da adotada aqui pode ser proposta. Uma distinção semântica mais precisa pode ser estabelecida para distinguir os verbos de experiência processual dos verbos de experiência estática. O que importa para este trabalho é observar que tanto os verbos de experiência estática quanto os processuais admitem, como regra geral, a forma passiva, ao menos quando o E (Experienciador) se apresenta como sujeito superficial.

II) com O sujeito (O, E)

Esse tipo de verbo apresenta uma especificidade semântica. Segundo Cook, nos verbos de tipo (E, O) - ou seja, em que o Experienciador (E) se apresenta como sujeito - o Objeto (O) cumpre a função semântica de indicar o conteúdo da experiência. Já nos verbos de tipo (O, E) - ou seja, em que o Objeto (O) aparece como sujeito - este (O) indica o estímulo que provoca a experiência. Essa distinção semântica justifica o comportamento específico desses verbos de experiência processual em que o O (Objeto) se apresenta como sujeito.

A análise desses verbos, quanto à forma passiva, acarreta algumas dificuldades. Aparentemente, a maior parte deles po

de ser apassivada, mas um certo número não.

Tentarei esboçar uma explicação para esse comportamento assistemático. Minha hipótese será a de que esses verbos, semanticamente, não apresentam qualquer enç^ecilho í. apassivacão ou seja virtualmente, todos eles são apassiváveis. Entretanto, devido a uma peculiaridade da língua, alguns verbos de esquema (O, E) não apresentam, ao menos normalmente, forma passiva. Essa peculiaridade reside no fato de que existe uma outra construção linguística que, semanticamente, se aproxima bastante do significado que a forma passiva desses verbos representa. Em alguns verbos, essa outra construção (cujo valor semântico é de "mudança de estado") aparentemente 'substitui' a forma passiva, já que, semanticamente, ambas as construções têm quase o mesmo valor. Em resumo, a nível semântico os verbos de experiência processual cora (0) sujeito podem assumir tanto a forma de construções indicando "mudança de estado" (nesse caso, os verbos são transformados em adjetivos), quanto a forma passiva (nesse caso, os verbos tomam a forma passiva participial).

A nível semântico, portanto, uma ou outra forma são possíveis, sendo quase equivalentes. Essa equivalência justifica, talvez, o comportamento idiossincrásico de certos verbos deste tipo que não admitem a forma passiva, como se ela fosse "anulada" pela construção equivalente que indica mudança de estado. Tal é o caso de verbos como chocar (86), alegrar (87) , divertir (88), cansar (89). Observe-se que o verbo divertir (88) também não ad

mite a construção que indica mudança de estado. ⁶

Vejamos agora os exemplos;

72 - IMPRESSIONAR

[Cópula ou
Verbo de Li (juaãç)]

[Adjetivo]

a) Ele ficou impressionado com a arte grega.

[Participio passivo] [Mudança de Estado]

b) Ele foi impressionado pela arte grega,.

[Forma Passiva.]

73 - ATORDOAR

a) Paulo ficou atordoado com a terrível visão da morte da irmã.

[Mudança de Estado]

⁶

Adotei o termo "mudança de estado" da terminologia da gramática tradicional. A indicação de mudança de estado é uma das funções dos chamados verbos de ligação (cf. Bechara, 1982:203). O verbo ficar pode funcionar como um verbo de ligação que, tipicamente, indica mudança de estado. Aliás, observe-se que a noção de mudança de estado se enquadra na abrangência semântica dos verbos processuais definidos pela gramática de casos. Chafe, (1979:100), por exemplo, afirma: "Nas orações de 2 (p. ex. 'a madeira secou') parece que estamos tratando com processos em que se diz que o nome mudou de estado ou condição. Direi, portanto, que o verbo, em tais orações, foi especificado, em acréscimo, como processo."

b) Paulo foi atordoado pela terrível visão da morte da irmã.

[Forma Passiva.]

74 - COMOVER

a) João ficou comovido com a atitude extremamente generosa de seu amigo.

[Mudança de Estado]

b) João foi comovido pela atitude extremamente generosa de seu amigo.

[Forma Passiva.]

75 - ABORRECER

a) Mais uma vez a professora ficou aborrecida com a insistência do aluno.

[Mudança de Estado]

b) Mais uma vez a professora foi aborrecida pela insistência do aluno.

[Forma Passiva]

76 - ATORMENTAR

a) A moça ficou atormentada com os remorsos que a religião lhe inculcara.

b) A moça foi atormentada pelos remorsos que a religião lhe inculcara.

77 - SURPREENDER:

a) Ele ficou (?) surpreendido (surpreso) com a notícia.

b) Ele foi surpreendido pela notícia.

78 - ILUDIR

a) A moça ficou iludida com as falsas aparências.

b) A moça foi iludida pelas falsas aparências.

79 - INTERESSAR

a) O João ficou interessado por Lingüística.

b) O João era interessado por Lingüística.

80 - DECEPCIONAR

a) Muitas pessoas honestas ficam decepcionadas com o Brasil.

b) Muitas pessoas honestas são decepcionadas pelo Brasil.

81 - ASSUSTAR

a) A criança ficou assustada com o pai que, com máscaras, queria só alegrá-la.

b) A criança foi assustada pelo pai que, com máscaras, queria só alegrá-la.

82 - EMOCIONAR

- a) Muitos brasileiros ficam emocionados com a miséria de seu próprio povo. —
- b) Muitos brasileiros são emocionados pela miséria de seu próprio povo. —

83 - CHATEAR

- a) As crianças ficam frequentemente chateadas com os adultos.
- b) As crianças são frequentemente chateadas pelos adultos.

84 - ENCANTAR

- a) O **rapaz** ficou encantado com a meiguice da moça.
- b) O rapaz era encantado pela meiguice da moça.

85 - DISTRAIR

- a) Inês, sentada no bar, ficou distraída com a constante passagem de desconhecidos.. —
- b) Inês, sentada no bar, era distraída pela constante passagem de desconhecidos.

86 - CHOCAR

- a) Muitos estrangeiros ficam chocados com a miséria do Brasil.
- b) * Muitos estrangeiros são chocados pela miséria do Brasil.

87 - ALEGRAR

- a) O menino ficou alegre com as palhaçadas do pai.
- b) * O menino foi alegrado pelas palhaçadas do pai.

88 - DIVERTIR

- a) * Todo mundo na festa ficou divertido com as piadas de Antônio.
- b) * Todo mundo na festa foi divertido pelas piadas de Antônio.

89 - CANSAR[^]

- a) O médico ficou cansado.
- b) * O médico foi cansado.

-Em A Grammar of Contemporary English (Quirk et alii, 1979:809), encontra-se um reforço da hipótese de que a construção que tenho chamado de "mudança de estado" e a forma passiva são semanticamente bastante próximas (mas, é bom frisar, de maneira nenhuma idênticas), nos verbos de esquema casual (O, E). Naquela obra, é proposta uma classe de verbos quase-passivos (quasi-passives). Os verbos de esquema (O, E) se enquadram perfeitamente nesta classe. Os participípios dos quase-passivos representam uma classe "mista", com propriedades simultaneamente verbais

[^] Cook (1979:211) arrola o verbo tire (cansar), transitivo, como possuindo esquema casual (O, E).

e adjetivais.

Em virtude dessa ambivalência, as construções que apresentam participios quase-passivos podem receber duas interpretações: uma, em que o sintagma preposicional funciona apenas como complemento, e outra em que funciona como o tradicional "agente da passiva". Isso se correlaciona muito intimamente, no português, aos verbos (O, E), que podem apresentar duas estruturas superficiais - a primeira, na construção indicando mudança de estado, formada por um adjetivo e sem agente da passiva; a segunda, na forma passiva, formada por um particípio passivo e que pode apresentar agente da passiva.

Em inglês, temos o seguinte exemplo:

90 - John was interested in linguistics.

(João era interessado em (por) Lingüística.)

(Quirk et al., 1979:809).

Para os autores de A Grammar of Contemporary English, essa frase pode ser relacionada a duas formas ativas distintas.

A primeira é:

91 - Linguistics interested John.

(A Lingüística interessou João.)

Neste caso, 90) seria a passiva de 91), já que 'John' (João), objeto direto da ativa, assume a posição de sujeito da

passiva. Em conseqüência, o particípio 'interested' (interessado) seria considerado a forma passiva do verbo 'interest' (interessar).

Outra frase ativa a que 90) poderia ser relacionada é a seguinte;

92 - Someone made John interested in linguistics.

(Alguém fez João ficar interessado em (por) Lin-
güística.)

Nesse caso, 90 não pode ser a forma passiva de 92), já que, nesta frase, 'John' (João) não é objeto sintático de 'inte-
rested' (interessado), e sim sujeito. O particípio, em 92, é in-
terpretado não como verbo, mas como adjetivo.

Observe-se que o verbo interessar é um verbo de esque-
ma casual (O, E) (éle foi utilizado como exemplo em 79) e que, em português, pode apresentar duas estruturas superficiais seman-
ticamente bastante parecidas. A primeira, na voz passiva (79 b),
correspondente à ativa 91). A segunda, indicando mudança de esta-
do; se retirarmos a oração causativa de 92) (Someone made... (A] ^
guém fez...) , obteremos 92a), equivalente à 79a):

-92a - '... João ficar interessado por Lingüística.'

Em resumo, no inglês, construções como 90), que apre-
sentam verbos (O, E), representam uma única estrutura superf-
ciai ligada a duas estruturas semânticas; a primeira, indicando
a passiva; a segunda, indicando mudança de estado. Tal unicidade

de estrutura superficial demonstra que as duas representações se mânticas são relativamente ambivalentes. No português, por outro lado, existem dois tipos de estrutura superficial (como 79a e 79b) para representar essas duas estruturas semânticas relativa mente ambivalentes. Entretanto, alguns verbos (O, E) somente apre sentam a estrutura superficial do tipo ficar + adjetivo.

Como regra geral, então, teríamos que os verbos (O, E) (ou quase-passivos) são virtualmente apassiváveis, embora, no português, certos verbos desse tipo somente apresentem, como es trutura superficial mais gramatical, construções em que o parti cípio é interpretado como adjetivo.

Interpretando 90) como forma passiva, conseqüentemen- te 'in linguistics' (em (por) Lingüística) seria o agente da pas siva (para usar o termo tradicional), já que corresponde ao su jeito da ativa correspondente 91). Se admitimos esta interpreta ção, isso implica em que "reconhecemosin(em) como vima preposi ção de sintagma agentivo. De fato, existem várias preposições que podem introduzir tais "quase-agentes", como, por exemplo , about (sobre), ^ (em), over (sobre), (parato, with (com))."

(Quirk et alii, 1979:809),

Ou seja, preposições que normalmente não cumprem esse papel, podem introduzir o agente da passiva (sintagma agentivo) quando o verbo é quase-passivo. Em português, de fato, temos o exemplo:

93 a) Ela foi surpreendida pela notícia,

b) Ela foi surpreendida com a notícia.

Pelo que sei, a preposição com não é normalmente arrolada como servindo para introduzir o agente da passiva. E interesse notar que essa preposição é a mesma que aparece na oração correspondente indicando mudança de estado:

93 a) Ela ficou surpresa (? surpreendida) com a notícia.

A Grammar of Contemporary English (Quirk et al., 1979: 809-10) cita ainda os verbos worry (preocupar), surprise (surpreender), bother (incomodar) e know (conhecer) como verbos quase-passivos. Todos eles, excluindo conhecer, possuem o esquema casual (O, E).

Como mais um argumento a favor de minha hipótese, vejamos o seguinte exemplo:

94 - Ficou atormentado pelo remorso.

Celso Cunha (1985:373) interpreta essa frase como passiva. Se assim fosse, frases como

72

a - Ele ficou impressionado com a arte grega,

seriam passivas igualmente. Entretanto, ficar é um verbo cópula

(ou de ligação, na nomenclatura tradicional), e a frase como um todo indica mudança de estado, e não a voz passiva. Celso Cunha talvez tenha interpretado 94) como passiva devido à preposição por, classicamente introdutora do agente da passiva. Isso só mostra a íntima relação semântica que "mudança de estado" e voz passiva apresentam, ao menos nos verbos (O, E).

Apesar dessa argumentação um tanto longa, gostaria de frisar que a solução que tentei dar ao tipo de verbo (O, E) é apenas uma hipótese. Outras alternativas podem, talvez, ser propostas para explicar por que verbos como alegar, chocar, cansar, etc., não tomam a forma passiva.

4.2.3.3 - Verbos Benefactivos

A regra de Chafe (4) implica em que os verbos, se não são de ação nem de experiência, não podem ser apassivados. Em português, essa regra se aplica aos benefactivos estáticos, que realmente não admitem apassivação. Já os benefactivos processuais, como regra geral, admitem a forma passiva.

4.2,3.3.a - Benefactivos Processuais

Admitem forma passiva. Semanticamente, indicam, normalmente, a perda ou ganho de um Objeto (O).

- 95 - HERDAR - Grandes problemas econômicos foram herdados pelo novo governo.
- 96 - GANHAR - A Copa de 86 foi ganha pela Argentina.
- 97 - PERDER - ■ Foi perdida mais uma oportunidade de melhorar a situação.
- 98 - VENCER - O jogo foi vencido pelo Flamengo.
- 99 - ACHAR - Essa carteira foi achada no meio da rua.
- 100 - RECEBER - O presente foi recebido com alegria.
- 101 - DESCOBRIR - O tesouro foi descoberto num local inesperado.
- 102 - RECUPERAR - O dinheiro roubado foi recuperado pelo banco.
- 103 - OBTER - Foi obtido um bom resultado com o projeto.
- 104 - ACUMULAR - Seguidas vitórias tem sido acamuladas por esta equipe.
- 105 - LUCRAR - Nesse negócio, uma fortuna foi lucrada por ele.

4.2.3.3.b - Benefactivos Estáticos

Não admitem a forma passiva. Semanticamente, indicam a posse ou falta de um Objeto (O), consideradas estaticamente. Em português, há poucos benefactivos estáticos que são transitivos.

106 - TER - * Um carro não é tido por mim.

107 - POSSUIR - * Uma casa é possuída por mim.

Gostaria de incluir nos benefactivos estáticos um verbo que, pelo que sei, não foi enquadrado em nenhum esquema casual, seja por Cook, seja por Chafe. Trata-se do verbo poder, no seguinte uso;

108 - PODER - a) Deus pode tudo.

b) * Tudo é podido por Deus.

Poder, evidentemente, não indica posse, na frase 108a); e sim potência (capacidade para fazer). Todavia, creio que não é falso entender a frase 108a) como:

109 - Deus tem a potência (poder) de fazer tudo.

Esta paráfrase nos permite entender que Deus, no caso, possui (é possuidor) a potência (poder) de fazer qualquer coisa.

Raciocinando assim, é muito conseqüente incluir poder nos benefactivos estáticos, que indicam posse.

De qualquer maneira, se quiséssemos ser mais rigorosos, bastaria acrescentar à definição de benefactivos estáticos a noção de potência.

4 . 2 . 3.4 - Verbos Locativos

4.2.3.4.a - Verbos Locativos Estáticos

Os locativos estáticos, quanto à apassivação, dependem da escolha do sujeito superficial. Caso o Locativo ocupe a posição de sujeito - esquema (L, O[^]) -, os verbos não são apassiváveis. Caso o Objeto (O) ocupe a posição de sujeito - esquema (O[^], L) - os verbos admitem apassivação.

I - com L sujeito (L, O[^])

110 - SUPORTAR (COMPORTAR)

a) O auditório suporta 1.000 pessoas.

b) * 1.000 pessoas são suportadas pelo auditório.

111 - RECEBER (COMPORTAR)

- a) O Maracanã recebe quase duzentas mil pessoas.
- b) * Quase duzentas mil pessoas são recebidas pelo Maracanã.

112 - CONTER

- a) Esta caixa contém fósforos.
- b) * Fósforos são contidos por esta caixa.

113 - COMPORTAR

- a) A sala mal comporta vinte alunos.
- b) * Vinte alunos mal são comportados pela sala.

114 - ENVERGAR

- a) Na escola inglesa de Eton, os estudantes envergam obrigatoriamente casaca preta.
- b) * Na escola inglesa de Eton, casaca preta é obrigatoriamente envergada pelos estudantes.

115 - VESTIR®

- a) O surfista vestia uma camiseta multicolorida.
- b) * Uma camiseta multicolorida era vestida pelo surfista.

Observe-se que o verbo vestir também pode ser agentivo (A, O). Este é o caso da frase: 'O surfista vestia rapidamente sua camiseta preferida.' Neste caso, vestir tem o sentido de "pôr sobre si"; já em-115), tem o sentido de "trazer sobre si", (cf. Ferreira, 1986:1771).

II - com O _asujeito (O , L)

116 - HABITAR

- a) Antes dos portugueses, milhões de índios habitavam o Brasil.
- b) Antes dos portugueses, o Brasil era habitado por milhões de índios.

117 - OCUPAR

- a) A mesa, imensa, ocupava quase toda a sala.
- b) Quase toda a sala era ocupada pela mesa, imensa.

118 - DELIMITAR

- a) Uma cerca viva delimita os confins da fazenda.
- b) Os confins da fazenda são delimitados por uma cerca viva.

119 - CERCAR

- a) Um pequeno muro cerca o jardim
- b) O jardim é cercado por um pequeno muro.

4.2.3.4.b - Verbos Locativos Processuais

Existem poucos locativos processuais transitivos. Como regra geral, admitem a forma passiva.

I - com L sujeito (L, O)

120 - ENGOLIR^

- a) A criança, falando muito, terminou engolindo o chiclete.
- b) O chiclete terminou sendo engolido pela criança, que falava muito.

II - com O sujeito (O, L)

121 - ENCOBRIR

- a) A sombra encobriu o rosto dela.
- b) O rosto dela foi encoberto pela sombra,

122 - NUBLAR

- a) Denso vapor nublava o céu.
- b) O céu era nublado por denso vapor,
(exemplo extraído de Moskey, 1979:84).

9

O verbo engolir (na acepção em que é usado nas frases 120a e b) se enquadra na definição de verbos locativos processuais: "Verbos Locativos Processuais envolvem **movimento** de um objeto em direção a um Lugar (Location), ou em um Lugar." (Moskey, 1979:83). No caso, o corpo da criança corresponde ao Lugar (Locativo) para onde se move o chiclete (Objeto (O)).

4 .2 .3.5 - Verbos Básicos

Segundo a definição de Moskey (1979:26), "um verbo Bã sico, que poderia ser definido negativamente como ura verbo que não possui os casos Experienciador, Benefactivo ou Locativo ein sua estrutura semântica, deve possuir ao menos um Objeto em seu esquema casual¹⁰. Ele pode incluir também um Agente que age so bre o Objeto, ou que o produz." Jã analisei esta última estrutu ra semântica, em que aparecem iim A (Agente) e um O (Objeto) na seção 4.2.3.1.a. Resta estudar os verbos cujos esquemas casuais apresentam apenas o caso O (Objeto).

Ainda segundo Moskey (id;29) , para Cook haveria duas variedades de verbos básicos. A que apresenta apenas ura caso (one-place variety); e a que apresenta dois casos (two-place va riety)^^. Essas duas variedades se subdividem em estado e proces so. Assim, por exemplo, temos como verbo básico estático de ape nas lam caso - ser verdadeiro (ser + adjetivo) :

123 -	A história		ê verdadeira.
	O _e		V (verbo)

¹⁰ Moskey, nesta afirmação - "um verbo básico... deve pos suir ao menos um Objeto era seu esqueraa casual" - segue o modelo de Cook, para quem o caso (O) é obrigatório (cf. Cook, 1979:203). No entanto, há verbos que são de zero ar gumento, não possuindo nera mesmo o caso O. E o que ocorre cora os verbos que indicara fenômenos da natureza, corao: cho ver, nevar, chuviscar, relampejar, etc.

¹¹ Há ainda ujna terceira variedade, com três casos (three- place variety), mas cora a presença de ura (A) - (A, O, O). Corao exemplo desse tipo de verbo, temos - Eleger (A, O, O). Admite passiva, normalmente; Ex: Brizola será eleito pre sidente?

Como exemplo de verbo bSsico processual de apenas um caso, pode-se citar morrer;

124 -	O avô dele	morreu.
	O	V (verbo)

Esse tipo de verbo básico de apenas um caso (one-place variety), estático ou processual, não nos interessa aqui, porque não são transitivos.

Analisarei os verbos básicos que apresentam dois Objetos (two-place variety). Observe-se que este tipo de verbo não aparece na matriz transcrita na Figura 1 da seção 4.2.2. Entretanto, fica considerado desde já que este tipo de verbo esteja incluído naquela matriz, nas mesmas casas reservadas aos verbos básicos de um s5 Objeto.

Quanto à forma passiva, tanto os verbos básicos com 2 Objetos estáticos (O[^], O[^]), quanto os verbos básicos com 2 Objetos processuais (O, O), pelo que foi analisado, não admitem, como regra geral, a apassivação.

4.2.3.5.a -Verbos básicos estáticos com 2 Objetos (O , O)

125 - PARECER

a) João parece vim palhaço.

b) * Um palhaço é parecido por João,

126 - PESAR

- a) O caminhão pesa uma tonelada.
- b) * Uma tonelada é pesada pelo caminhão.

127 - CUSTAR

- a) O carro custou uma fortuna.
- b) * Uma fortuna foi custada pelo carro.

128 - MEDIR

- a) Eu meço 1.86 m.
- b) * 1.86 m são medidos por mim.

129 - SIGNIFICAR

- a) A morte dele significou um grande golpe para a família.
- b) * Um grande golpe para a família foi significado pela morte dele.

130 - REPRESENTAR (= SIGNIFICAR)

- a) Aquela lei representa uma conquista para os trabalhadores.
- b) * Uma conquista para os trabalhadores é representada por aquela lei.

131 - VALER (= CUSTAR)

- a) Aquela mansão vale uma fortuna.
- b) * Uma fortuna é válida por aquela mansão.

132 - VALER (= VALER A PENA)

- a) A experiência valeu o sacrifício.
- b) * O sacrifício foi válido pela experiência.

133 - ATINGIR

- a) O projeto atinge o valor de 5.000 dólares.
- b) * O valor de 5.000 dólares é atingido pelo projeto,

4.2.3.5.b -Verbos básicos processuais com 2 Objetos (O, O)

134 - SOFRER

- a) A professora sofreu uma queda.
- b) * Uma queda foi sofrida pela professora.

135 - QUEBRAR

- a) Batista quebrou a perna.
- b) * A perna foi quebrada por Batista.

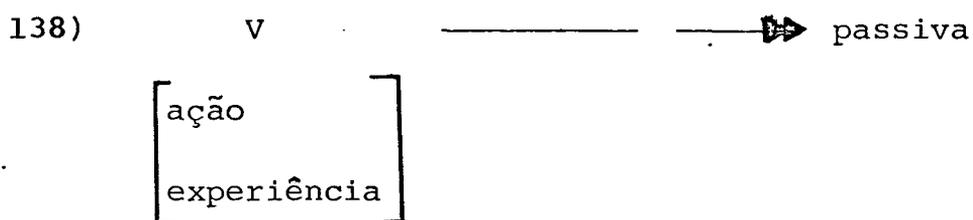
te abranja os verbos que admitem forma passiva, excluindo os tipos de verbos que não a admitem.

Para tornar mais clara minha proposta, utilizarei a matriz de Cook, especificando cada 'casa' da matriz como + apassivável ou - apassivável, de acordo com a análise realizada ao longo da seção 4.2.3.

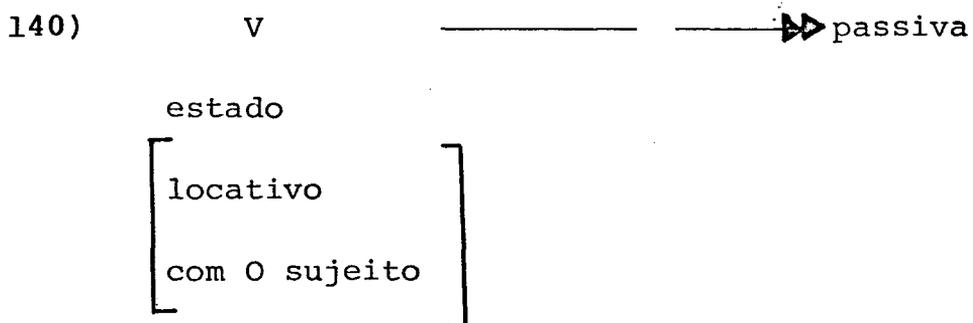
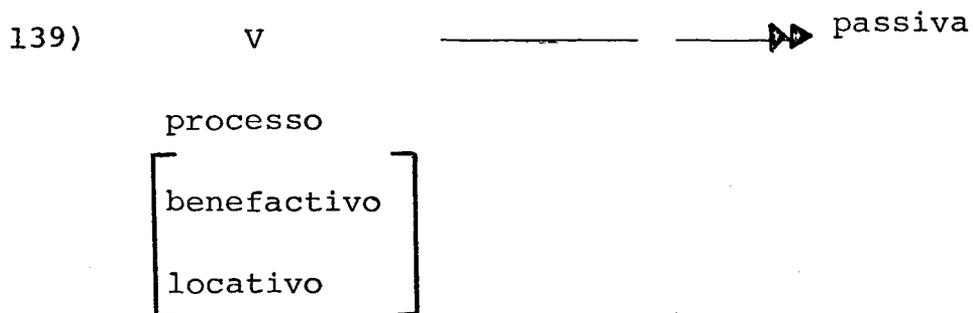
TIPOS DE VERBOS	VERBOS BÁSICOS	EXPERIÊNCIA	BENEFACTIVO	LOCATIVO
1. ESTADO	O _e , O _e (parecer) - <u>apassivável</u>	E, O _e (conhecer) + <u>apassivável</u>	B, O _e (ter) - <u>apassivável</u>	O _e , L (habitar) + <u>apassivável</u> L, O _e (conter) - <u>apassivável</u>
2. PROCESSO	O, O (torcer) - <u>apassivável</u>	E, O (entender) O, E (impressionar) + <u>apassivável</u>	B, O (receber) + <u>apassiv.</u>	L, O (engolir) O, L (encobrir) + <u>apassivável</u>
3. AÇÃO	A, O (destruir) + <u>apassivável</u>	A, E, O (dizer) + <u>apassivável</u>	A, B, O (comprar) + <u>apassiv.</u>	A, O, L (colocar) + <u>apassivável</u>

FIGURA 2

Portanto, em primeiro lugar, temos de reformular a regra de Chafe, excluindo a especificação 'processo', já que os verbos de experiência, independentes de serem processuais ou estáticos, admitem a forma passiva:



Em seguida, é necessário propor duas regras complementares:



Observe-se que esta última regra é a menos abrangente, já que contém a especificação - com O sujeito. Trata-se, portanto, de uma sub-especificação da 'casa' Locativo - Estático, e que depende da escolha do sujeito superficial, e não apenas de um fator puramente semântico.

Para concluir, gostaria de reafirmar que esta proposta é de nível hipotético. Os exemplos utilizados não têm valor estatístico. Aparentes contra-exemplos podem surgir. Para eles, pode-se tentar encontrar uma explicação mais específica, ou então atribuir-lhes um comportamento puramente idiossincrático. Note-se que estas possíveis idiossincrasias não equivalem àquela a que me referi na seção 4.2.1. (pg.129). Ali, tratava-se de eliminar a universalidade da relação semântica passiva-verbo, especificando-se tipos de verbos apassiváveis. Cumpria, portanto, eliminar idiossincrasias onde existe, na verdade, uma relação sistemática entre tipos de verbo (classificados semanticamente) e a passiva. Assim, se verbos como ter (106) e possuir (107) não admitem forma passiva, isso não se deve a uma idiossincrasia desses verbos, e sim ao fato de eles pertencerem a uma classe semântica (benefactivos estáticos) que, sistematicamente, não admite a apassivação. Em suma, não se justificam análises idiossincráticas onde existe um comportamento sistemático de classes semânticas (tipos de verbo).

A idiossincrasia a que me refiro agora é de nível estritamente lexical. Assim, se um possível verbo x, apesar de pertencer, digamos, à classe dos benefactivos processuais, não admitir a passiva, dir-se-á que ele possui um comportamento idiossincrático que deverá ser indicado no seu verbete lexical (isto se não for encontrada uma explicação razoável para seu comportamento específico.)

Foram encontrados, na pesquisa, dois verbos (ter (141 e 143) e querer (142)) idiossincráticos, para os quais não foi ob

tida nenhuma explicação sistemática satisfatória. O verbo ter, extremamente polissêmico, é o mais problemático. Quando utilizado como verbo de experiência, não admite a passiva;

141 - a) Ele teve uma grande alegria.

* Uma grande alegria foi tida por ele.

b) Ele teve um choque ao saber de sua morte.

* Ao saber de sua morte, um choque foi tido por ele.

c) Ele teve frio durante a noite.

* Frio foi tido durante a noite por ele.

Também o verbo querer, apesar de ser um verbo de experiência, não admite a passiva, com isso não se enquadrando na regra 138).

142 - Ele sempre quis a vitória.

* A vitória sempre foi querida por ele.

O _____ verbo ter, utilizado como benefactivo processual, não se enquadra igualmente na regra 139), por não admitir a passiva:

143 - Ele teve lucro nesse negócio.

* Lucro foi tido por ele nesse negócio.

Outros verbos idiossincráticos podem ser encontrados. É bom frisar que tais exemplos não exigem qualquer modificação nas regras da passiva propostas acima. Tal reformulação só se justificaria se fosse encontrada uma série de verbos de um mesmo tipo semântico que se comportassem de uma forma diferente da prevista pelas regras. Assim, por exemplo, se fosse encontrada uma série de verbos benefactivos processuais que não admitissem a passiva, então a regra 139) deveria ser refeita.

4.2.4.1 - Outros tipos de esquemas casuais

Na análise efetuada na seção 4.2.3, restringi-me aos esquemas casuais constantes da matriz de Cook, citada na FIGURA 1 da seção 4,2.2. Entretanto, existem verbos cujos esquemas casuais não se enquadram naquela matriz.

Como exemplo, pode-se citar o verbo render (144), com esquema casual (0, 0, B). Tal verbo não admite a passiva.

144 - a)	os CDBs	rendem	juros e correção	para o investidor
	0		0	B

b) * Pelos CDBs, juros e correção são rendidos para o investidor.

Outro tipo de esquema casual que não consta da matriz de Cook é o esquema (O, O, E), que abrange verbos como exibir (145), mostrar (146), apresentar (147). Tais verbos, sendo verbos de experiência, admitem forma passiva. Observe-se que o caso (E), nestes verbos, normalmente não se manifesta na estrutura superficial. Nos exemplos abaixo, o caso (E), subjacente, aparece entre parênteses. ¹²

145 a) Esta pintura exhibe uma diversidade de formas
(para o observador).

b) Uma diversidade de formas é exibida por essa
pintura.

146 a) O doente mostrou uma sensível melhora (para o
médico).

b) Uma sensível melhora foi mostrada pelo doente.

147 a) Esta tese apresentou incontáveis defeitos (pa
ra os examinadores).

b) Incontáveis defeitos foram apresentados por ef
ta tese.

¹² Uma outra abordagem da passiva, de que não tratarei aqui, porque não envolve diretamente o problema da relação sintaxe-semântica, tal como está sendo estudado nesta dissertação, é a abordagem lexicalista. Essa abordagem põe em questão a abrangência do componente transformacional do modelo padrão da g.g.t., e advoga uma análise da passivação no regra lexical. Em Lemle (1984:123-5), encontra-se uma

breve apresentação da abordagem, com indicação de bibliografia básica. Quando Freidin (1975) propõe uma representação semântica para a passiva, o seu objetivo é apenas ressaltar a equivalência semântica entre as formas ativa e passiva, cujas estruturas superficiais são derivadas por um processo de lexicalização. Na verdade, Freidin segue, em linhas gerais, o modelo interpretativista das revisões do modelo padrão - por isso é que, para ele: "Seria então possível determinar funções semânticas ao nível da estrutura superficial, ou próximo a ela." (Freidin, 1975:386). O alcance teórico da abordagem lexicalista não é fornecer um modelo semântico de análise da passiva, mas sim comprovar que a passiva é uma regra lexical, e não transformacional. Portanto, o interesse dessa abordagem não reside na determinação da relação entre sintaxe e semântica, mas na própria formulação de uma teoria da sintaxe. Isso fica bem claro no comentário de Anderson (1977), sobre o artigo de Wasow' (1977), outro proponente da análise lexicalista: "O artigo extremamente estimulante de Wasow refere-se a uma questão de importância fundamental para a teoria sintática: a natureza da distinção entre regras de redundância operando sobre o léxico, e processos transformacionais envolvidos nas derivações de sentenças individuais." (Anderson, 1977:361).

4.3 - A abordagem da semântica gerativa

Apenas Lakoff (1970a), entre os semanticistas gerativos que temos estudado, abordou mais detalhadamente o problema da passiva, num trabalho que, originalmente (1965), foi sua dissertação de Doutorado. Portanto, sua dissertação foi concluída antes de as principais teorias do modelo da semântica gerativa serem apresentadas publicamente. Em função disso, sua dissertação pretende apenas ser uma contribuição à gramática transformacional, embora indique algumas propostas alternativas ao modelo padrão.

Nesse quadro insere-se a análise da passiva por Lakoff (1970a). Ele rejeita a proposta apresentada por Chomsky (1975a), mas, na verdade, sua análise permanece no mesmo âmbito teórico do modelo padrão. A passiva continua sendo estudada como uma regra puramente sintática. Nenhum elemento semântico é considerado na transformação passiva, e por isso pode-se afirmar que a análise de Lakoff não é inovadora, ao contrário da hipótese de Chafe (1979), que foi desenvolvida ao longo da seção anterior (4.2.).

Lakoff parte do princípio de que os verbos que não admitem a forma passiva são exceções à regra de apassivação. Tal é o caso de verbos como parecer, possuir, ter;

1) a) João parece a mãe de Maria.

* A mãe de Maria é parecida por João.

b) João possui dois dólares.

* Dois dólares são possuídos por João.

c) Maria tinha um cavalo.

* Um cavalo era tido por Maria

(Lakoff, 1970a:19).

Para Lakoff, não existe qualquer especificação sintática que possa justificar o fato de esses verbos não admitirem a passiva. Para ele, esse fato é simplesmente uma idiosincrasia desses verbos. A função da gramática, nesse caso, é apenas marcar, através de algum indicador, a irregularidade desses verbos, especificando assim que eles não se submetem à regra de apassivação.

Lakoff opõe então sua análise à do modelo padrão. Como foi visto na seção 4.1., a proposta de Chomsky é que verbos como possuir, parecer, ter não são apassiváveis pelo fato de serem verbos mediais, ou seja, verbos que não admitem advérbio de modo. Como sabemos, na proposta do modelo padrão, o item PASSIVA seria um constituinte opcional ao nódulo ADVÉRBIO DE MODO;

(seção 4.1.) 4) Modo → por passiva.

Sendo assim, segundo Chomsky (1975a), só são apassiváveis os verbos que podem co-ocorrer com advérbios de modo. Este não é o caso de verbos como possuir, parecer, ter. Era conclusão (segundo Chomsky), o comportamento de verbos como esses não é idiosincrático, mas determinado por sua subcategorização estrita.

Lakoff (1970a) critica e rejeita a solução apresentada por Chomsky, com base, principalmente, no seguinte argumento; em inglês, verbos como to considere, to see (ver) e to hear (ouvir) admitem a forma passiva, mas não podem co-ocorrer com advérbios de modo;

2) a) John considered Harry a fink.

(João considerou Harry um fura-greve.)

* John considered Harry a fink with great enthusiasm.

? (Com grande entusiasmo, João considerou Harry um fura-greve).

Harry was considered a fink by John.

(Harry foi considerado um fura-greve por João).

b) John saw Harry.

(João viu Harry).

* John saw Harry industriously.

? (João viu Harry diligentemente.)

Harry was seen by John.

(Harry foi visto por João).

c) John heard the music.

(João ouviu a música).

* John heard the music carefully.

? (João ouviu a música cuidadosamente.)

The music was heard by John.

(A música foi ouvida por João).

(Lakoff, 1970a:157).

Na língua inglesa, a regra de Chomsky evidentemente não explica esses casos, em que verbos, apesar de admitirem a passiva, não podem co-ocorrer com advérbios de modo.

No português, é discutível que frases como João ouviu a música cuidadosamente sejam totalmente inaceitáveis. Mas isso não significa, de modo algum, que a regra de Chomsky aplique-se perfeitamente ao português. Ao contrário, na seção 4.1. foram apresentados alguns argumentos que invalidavam a regra de Chomsky (1975a) para a passiva. Se, para invalidar a regra Modo  por "passiva, Lakoff cita o exemplo de verbos apassiváveis que não co-ocorrem com advérbios de modo, na seção 4.1. (p.120) eu me reporto ao fato inverso^ ou seja, verbos não apassiváveis que co-ocorrem com advérbios de modo. Em suma, seja no inglês ou no português, a regra de passiva do modelo padrão é contradita pelos dados empíricos.

Lakoff (1970a:157), desenvolvendo sua crítica, afirma que, se quiséssemos manter a análise de Chomsky, teríamos de introduzir o item PASSIVA em outro constituinte que abarcasse os verbos de 2). Para Lakoff, esses verbos (considerar, ver, ouvir, etc.) são estáticos. **13**

Na seção 4.2.3.2.b, discuti por que esses verbos são considerados, tradicionalmente, na gramática inglesa, como estáticos. Numa perspectiva estritamente semântica, verbos como vê e ouvir podem ser considerados processuais (cf. (3iafe, 1979:149). Para acompanhar a argumentação de Lakoff, entretanto, é necessário admitir que tais verbos são estáticos.

Portanto, para dar conta da apassivação de verbos como considerar, ver, ouvir, teríamos de acrescentar uma segunda ocorrência da PASSIVA. Ou seja, ela ocorreria não só com verbos que admitem advérbio de modo, mas também com verbos estáticos.

Mas ainda que fosse adotada tal solução, verbos como possuir, parecer, ter, que são estáticos, contradiriam a regra, já que não admitem a passiva.

Em suma, Lakoff rejeita a regra de passiva do modelo de Chomsky. Para ele, os verbos que não admitem a passiva são simples exceções à regra, e isso se deve a um fator idiossincrático desses verbos. Fica, assim, eliminada a relação de PASSIVA com ADVÉRBIO DE MODO. • A descrição estrutural da transformação passiva proposta por Lakoff (1970a:164) é a seguinte;

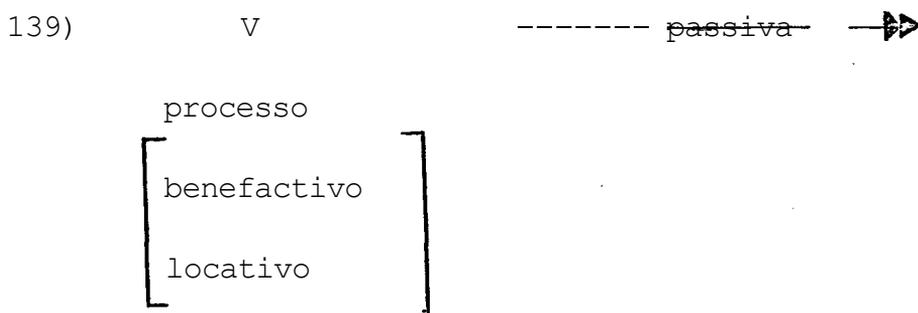
3) SN ^ Aux - V - ... SN - ...

(onde o ... mais à esquerda não contém um SN e onde o SN mais à direita é diretamente dominado pelo SV) .

(Lakoff, 1970a:164)

Há dois pontos, na análise da regra de apassivação feita por Lakoff, que eu gostaria de reafirmar. Em primeiro lugar, tal análise baseia-se na noção de irregularidade ou idiossincrasia lexical. Os verbos possuir, parecer, ter, por exemplo, não admitem a forma passiva, nesta análise, porque são exceções, e seu comportamento irregular é puramente idiossincrático. Para Lakoff, não pode ser atribuída qualquer explicação sistemática à

irregularidade desses verbos. Ora, é evidente que uma gramática é tanto mais econômica, quanto menos irregularidades apresenta. Como afirmei no final da seção anterior (4.2.4.), não se justifica uma idiosincrasia onde se pode determinar uma relação sistemática. No caso, a relação é entre forma passiva e tipos de verbo determinados semanticamente (esquemas casuais). A proposta de Lakoff (1970a) , em consequência, pode ser rejeitada a partir das regras semânticas estabelecidas, com base na hipótese de Chafe (1979), na seção anterior. Por exemplo, o comportamento dos verbos possuir, parecer, ter, aparentemente idiosincrático, é perfeitamente previsto pela regra:



Esta regra exclui as classes semânticas benefactivos estáticos (a que pertencem os verbos possuir e ter) e verbos básicos estáticos (a que pertence o verbo parecer). Enfim, por uma questão básica de economia gramatical, a explicação idiosincrática de Lakoff deve ser rejeitada, quando comparada à abordagem sistemática da gramática de casos.

O segundo ponto que eu gostaria de reafirmar é que a regra de passiva proposta por Lakoff é puramente sintática, e nesse sentido, não-inovadora. Essa é a posição que vinha sendo mantida pela gramática gerativ[^]-transformacional desde o modelo

clássico (Chomsky, 1980). Aliás, observe-se a semelhança entre a descrição estrutural da regra 3) citada mais acima, e a descrição estrutural da regra de apassivação do modelo clássico, citada na seção 4.1. (p.115). Portanto, o mesmo arcabouço teórico que sustenta as propostas de Chomsky em relação à passiva, serve de base para a proposta de Lakoff (1970a). Conseqüentemente, as insuficiências das propostas chomskianas refletem-se na proposta de Lakoff (1970a). É evidente que a principal insuficiência dessas abordagens, como tem sido apontado ao longo deste capítulo, é não sistematizar as condições semânticas da regra de apassivação -

Pode-se isolar, então, dois tipos básicos de abordagem da passiva:

- a) a apassivação considerada como regra sintática - propostas, de Chomsky (modelos clássico, padrão e revistos) e proposta de Lakoff (1970a).
- b) a apassivação considerada como regra semântica - hipótese de Chafe (1979).

Note-se que Lakoff, apesar de ser um semanticista gerativo, enquadra-se no esquema da gramática gerativa, no que se refere à análise da passiva.

Assim, na avaliação das abordagens que farei na seção seguinte (4.4.), tomarei como parâmetro, basicamente, duas propostas conflitantes:

- a) a abordagem da gramática gerativa-transformacional (modelo de base sintática), em que a passiva é considerada uma regra sintática.
- b) a abordagem da gramática de casos de Chafe (modelo de base semântica), em que a passiva é considerada uma regra semântica.

4.4 - Avaliação das Abordagens

Como ficou colocado no final da seção anterior, esta avaliação levará em consideração duas abordagens da passiva: a.) a abordagem da gramática gerativa-transformacional (modelo de base sintática), em que a passiva é considerada uma regra sintática. b) a abordagem da gramática de casos de Chafe, (modelo de base semântica), em que a passiva é considerada uma regra semântica.

Como evidentemente essas duas abordagens se opõem, será preciso argumentar em forma de avaliação, a fim de que se possa esboçar conclusões a respeito de qual dessas duas abordagens é mais eficiente na descrição da passiva, ou se nenhuma delas, isoladamente, é suficiente para explicar o fenômeno de apassivação.

Pela seqüência dada a esse capítulo, parece que foi desenvolvida a idéia de que a passiva é um fenômeno estritamente semântico, e que pode ser captado pela reformulação da hipótese de Chafe proposta na seção 4.2.4. Em outras palavras, a abordagem da gramática de casos de Chafe parece ser suficiente para explicar a apassivação.

Entretanto, é possível argumentar que a passiva não é uma regra estritamente semântica. Observe-se a primeira das 3 regras que foram propostas na reformulação da hipótese de Chafe.



Rp sem. 1 significa regra passiva semântica 1. Por essa regra, qualquer verbo de ação ou experiência seria apassivável. O verbo cantar (verbo de ação) poderia, portanto, sofrer apassivação. Mas isso não ocorre com a frase 1a).

1a) Caetano Veloso tem cantado cada vez melhor durante os shows ao vivo.

Caso a Rp Sem. 1 fosse aplicada ao verbo cantar dessa frase, seria gerada uma sentença agramatical. Nessa sentença passiva agramatical, um Sintagma Adverbial, e não um Sintagma Nominal, ocuparia a posição de sujeito sintático.

Ib) * Cada vez melhor durante os shows ao vivo tem sido cantado por Caetano Veloso.

A Rp Sem.1 não dá conta da agramaticalidade dessa sentença. Porque a agramaticalidade dessa sentença origina-se de um fator sintático, e a abordagem da gramática de casos, na qual se

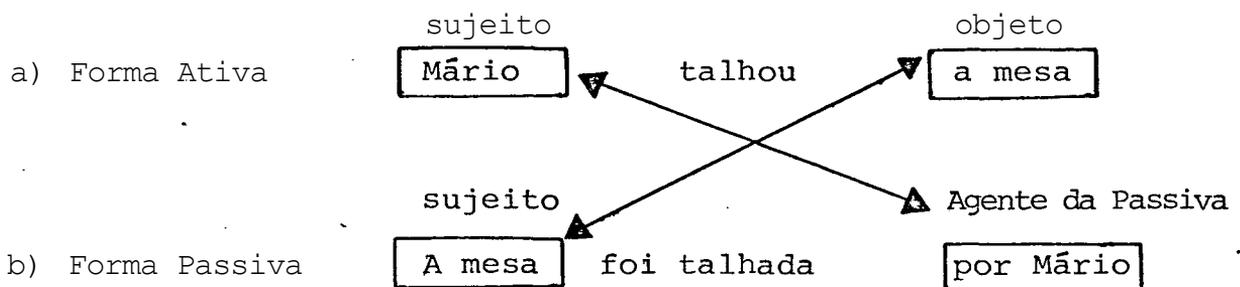
formula a regra passiva semântica, exclui qualquer condição sintática na apassivação. Entretanto, não se pode explicar a agramaticalidade de Ib) sem se estipular a seguinte condição sintática; s5 são apassiváveis os verbos transitivos diretos, ao menos em português. Ora, na gramática de casos, a transitividade é vista como uma característica da estrutura sintática superficial, de um nível diferente da representação semântica, da qual depende a regra de passiva semântica.

Portanto, a abordagem da gramática de casos de Chafe é insuficiente para explicar o fato de que s5 os verbos transitivos diretos são apassiváveis. Na descrição estrutural da regra passiva, então, deve ser especificada a subcategorização estrita dos verbos. S5 são apassiváveis os verbos transitivos diretos, ou seja, aqueles que, em sua subcategorização estrita, apresentam-se seguidos diretamente por um SN. Isso explica a agramaticalidade de Ib), já que o verbo cantar, nesta frase e na ativa correspondente (la), é intransitivo, não podendo ser apassivado. Em consequência, fica assente, desde já, que as condições da regra de apassivação devem ser também sintáticas, e não apenas estritamente semânticas, como pressupõe a abordagem da gramática de casos, (modelo Chafe) .

Fiz a derivação da frase Ib) a partir da frase la), mas a regra passiva semântica não estipula qualquer correlação entre as formas ativa e passiva de uma sentença. As rp sem. 1,2,3 (versão 4.2.4) determinam apenas que tipos de verbos são semanticamente apassiváveis.

Todavia, podem ser determinadas diferentes regularidades entre as formas ativa e passiva de uma sentença. Na verdade, existe uma correspondência sistemática entre constituintes sintáticos das formas ativa e passiva.

2)



Uma correspondência sistemática entre as estruturas sintáticas das formas ativa e passiva determina que o sujeito da ativa corresponda ao chamado agente da passiva, e que o objeto da ativa corresponda ao sujeito da passiva. Note-se que está em jogo uma correspondência entre constituintes sintáticos, como sujeito, objeto e o tradicional agente da passiva. Como explicar essa correspondência sintática através da abordagem da gramática de casos de Chafe, que define a passiva como regra estritamente semântica.?

Um semanticista, na linha de Chafe, poderia argumentar que, para a regra de apassivação, não é importante a correspondência com a forma ativa. Diria o semanticista que, caso exista essa correspondência sistemática entre constituintes sintáticos das formas ativa e passiva, ela é determinada por uma equivalência casual na distribuição superficial sintática dessas formas. Por esse argumento, seria apenas coincidência que exista uma equiva

lência na distribuição dos constituintes das formas ativa e passiva, já que a forma passiva é definida com referência à estrutura subjacente semântica.

Entretanto, há um contra-argumento de que a equivalência ativa-passiva não é apenas superficial e casual. A equivalência entre os constituintes sintáticos mostrada em 2) reflete-se também nas restrições de seleção desses constituintes. Assim, o sujeito da forma ativa e o agente da passiva possuem idênticas restrições de seleção;

3) a) Joana entrevistou Márcio.

b) * O medo entrevistou Márcio.

4) a) Márcio foi entrevistado por Joana,

b) * Márcio foi entrevistado pelo medo.

(Lobato, 1986:147)

As restrições de seleção do sujeito da ativa em coocorrência com o verbo entrevistar, são as mesmas do agente da passiva em coocorrência com aquele verbo. As frases 3b) e 4b) são inaceitáveis pela mesma razão, isto é, tanto o sujeito da ativa (medo) como o agente da passiva (pelo medo) não apresentam o traço (+ HIAÍJANO), que é requerido pelo verbo entrevistar.

A mesma identidade nas restrições de seleção ocorre entre o objeto da ativa e o sujeito da passiva:

- 5) a) Joana entrevistou Márcio,
b) * Joana entrevistou o medo.

- 6) a) Márcio foi entrevistado por Joana,
b) * O medo foi entrevistado por Joana.

(Lobato, 1986:148)

Aqui também as sentenças 5b e 6b são inaceitáveis pela mesma razão, porque, respectivamente, tanto o objeto da ativa (medo), quanto o sujeito da passiva (medo) não apresentam o traço (+ HUMANO) requerido pelo verbo entrevistar.

As restrições de seleção, na gramática de casos, são consideradas semânticas. Portanto, a correlação entre os constituintes das formas ativa e passiva não pode ser apenas casual e superficial, já que se reflete na representação semântica subjacente das sentenças. Além disso, seria anti-econômico considerar as formas ativa e passiva como não - correlacionadas, tendo em vista que assim teria de ser formulada uma regra para explicar a agramaticalidade da sentença 3b), por exemplo, e outra regra para explicar a agramaticalidade de 4b), quando é evidente que se trata de um mesmo fenômeno. Quer dizer, a sentença 4b) é agramatical pela mesma razão que a sentença 3b) também o é.

A equivalência sintática e semântica das formas ativa e passiva de uma sentença conduz à conclusão de que essas duas formas devem ter uma mesma estrutura subjacente, sendo a ativa e a passiva ligadas pela transformação de apassivação.

Em seqüência à argumentação, pode-se dizer que a regra de apassivação deve especificar a correlação sintática entre os constituintes sujeito da ativa e agente da passiva, e entre o objeto da ativa e sujeito da passiva. Sem essa correlação, perder-se-ia uma importante regularidade da língua. A abordagem da gramática de casos não estabelece e nem poderia estabelecer essa correlação sintática, pela razão de que, na hipótese de Chafe (1979), a passiva é considerada uma regra semântica, sem interferência no nível sintático.

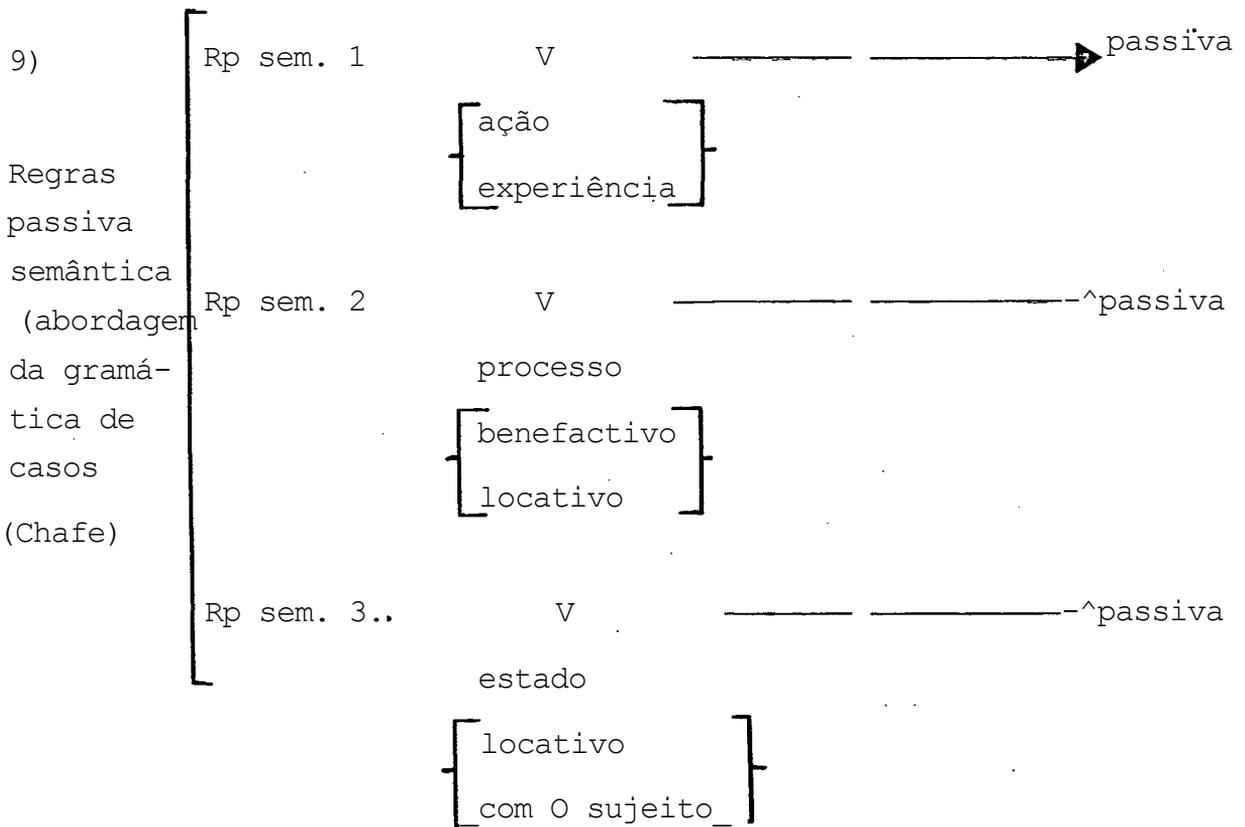
Em resumo, pelo que tenho avaliado até aqui, a passiva é também uma regra sintática, e isso escapa à abordagem da gramática de casos de Chafe,

Além da subcategorização estrita dos verbos (são apassiváveis os verbos transitivos diretos) e da correlação sintática entre as formas ativa e passiva, tem-se um outro argumento de que a passiva é também uma regra sintática.

Foi visto, na seção 4.1, que o modelo padrão estendido revisto estabelecera que a apassivação enquadra-se num tipo amplo de transformação sintática: Deslocamento de SN. É evidente que tal mecanismo é estritamente sintático. Portanto, se uma transformação apresenta Deslocamento de SN, não pode haver dúvida de que tal transformação é sintática. E o que ocorre com a apassivação, já que, estabelecida a correlação entre as formas ativa e passiva, a forma passiva é obtida através de dois Deslocamentos de SN, embora o Deslocamento do SN sujeito da ativa para agente da passiva seja optativo:

fim, é evidente que os Deslocamentos de SN estão implícitos na mudança estrutural da regra.

Não podemos esquecer, todavia, que a Rp Sint. não é, por si só, suficiente para explicar a passiva. Exatamente isso foi demonstrado ao longo da seção 4.2. Verbos como ter, possuir, parecer, etc, apesar de entrarem na descrição estrutural da Rp Sint., não são apassiváveis. Portanto, a avaliação que tenho feito até aqui não significa, de modo algum, que a abordagem da gramática de casos de Chafe deva ser rejeitada, em prol da abordagem da gramática gerativa. O fato é que, pelo que foi demonstrado, a passiva é uma regra aó mesmo tempo sintática e semântica. As quatro regras seguintes devem ser levadas em conta numa explicação e formalização completa da passiva:



regra
 passiva
 sintática
 (abordagem
 da G.G•T.
 - modelo
 clássico).

$$\left[\text{Rp sint. SN}^{\wedge} \text{ V SN2 rz}^{\wedge} \text{SN2 Se - + Do V por SN}^{\wedge} \right.$$

As regras da abordagem da gramática de casos são complementares e formam um único tipo (Rp sem.).

A pergunta a ser feita é a seguinte: qual das abordagens sob avaliação é capaz de formalizar uma regra sintática e semântica para a passiva? Em outras palavras, que abordagem estudada pode formalizar uma regra para a passiva que sintetize todas as informações fornecidas pelas :regras de 9)?

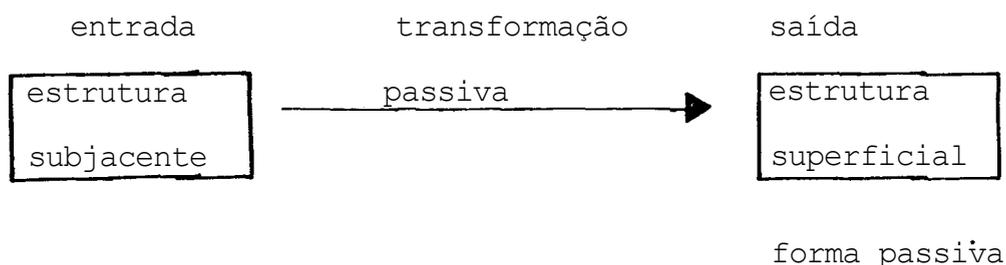
Em primeiro lugar, vejamos a abordagem da gramática de casos de Chafe. Em tal abordagem, torna-se impossível combinar a Rp sem. com a Rp sint., pois, no modelo de Chafe (1979), elas seriam definidas a níveis distintos. A Rp sem., seria definida com referência ao nível da formação semântica subjacente e a Rp sint. seria definida ao nível dos processos pós-semânticos que geram as estruturas superficiais. Além disso, como foi visto no final da seção 2.3., o modelo de Chafe (1979) implicava em relegar a um plano secundário os mecanismos sintáticos, apesar da complexidade destes. Em função disso, justifica-se a pequena crítica que fiz ao modelo Chafe por ele considerar os mecanismos sintáticos puramente acessórios. Teoricamente, isso pode acarretar complicações na hora de explicar fenômenos lingüísticos que correlacio

nam os níveis sintático e semântico, como é o caso da passiva.

Em suma, a nível teórico é impraticável, para uma abordagem do modelo de Chafe, conciliar o mecanismo sintático da passiva (Rp sint), em que interferem fatores e noções sintáticas "superficiais" como sujeito, objeto e transitividade, com as restrições semânticas (Rp sem) em que se baseia a passiva, as quais envolvem noções semânticas subjacentes como os esquemas casuais.

Por outro lado, a gramática gerativa-transformacional de Chomsky também apresenta problema equivalente, pois numa abordagem desse modelo (em qualquer de suas variantes) seria difícil a formalização, em uma regra única, das Rp sem. e Rp sint. As noções de caso foram consideradas por Chomsky como pertencendo à estrutura superficial; portanto, uma regra como Rp sem. não poderia ser formalizada no mesmo nível da Rp sint., que envolve noções "subjacentes" como sujeito e objeto.

Existe também uma motivação formal para essa impossibilidade das abordagens da gramática de casos de Chafe e da gramática gerativa sintetizarem a Rp sem. e Rp sint. em *uma* única regra. O fato é que a passiva é uma transformação, e como tal requer uma entrada (input) correspondente à estrutura subjacente da forma passiva, a qual equivaleria à saída (output) da transformação:



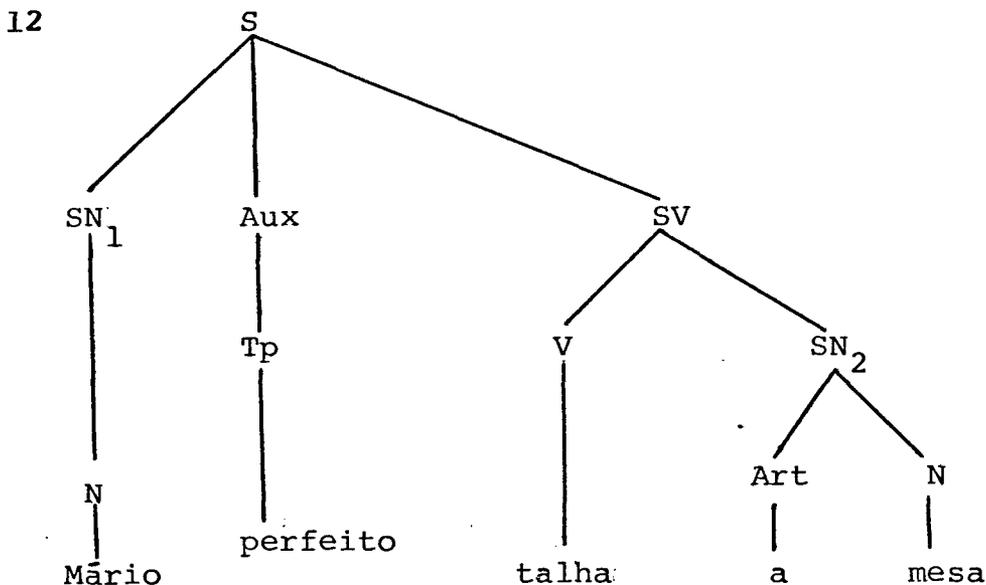
A natureza formal de uma regra como a passiva parece estar determinada, nas abordagens estudadas, pela natureza formal atribuída à entrada da regra. A natureza dos constituintes envolvidos na regra passiva parece ser determinada na medida em que constituintes da mesma natureza também ocorrem na entrada da regra. Assim, se a entrada da regra (estrutura subjacente) é descrita como uma estrutura sintática, a regra passiva envolverá elementos sintáticos, sendo portanto uma regra de natureza exclusivamente sintática. Esta é a abordagem da gramática gerativa dos modelos chomskyanos. Por outro lado, se a entrada da regra (estrutura subjacente) é descrita como uma estrutura semântica e as condições da regra dependem desses elementos semânticos, trata-se, em consequência, de uma regra de natureza exclusivamente semântica. Esta é a abordagem da gramática de casos, (modelo de Chafe) Portanto, para compreender a incapacidade dessas abordagens de formalizar o caráter sintático-semântico da passiva, basta analisar a natureza formal que as duas abordagens, respectivamente, atribuem à entrada (estrutura subjacente) da passiva.

Já foi visto, que, em função das regularidades existentes entre elas, as formas ativa e passiva de uma sentença devem ter uma mesma estrutura subjacente. Admitamos agora, por hipótese de trabalho, que essa estrutura subjacente seja aproximadamente semelhante à forma ativa. A questão que se impõe é a seguinte: que natureza formal a gramática gerativa e a gramática de casos, respectivamente, atribuem a uma estrutura como 11), que hipoteticamente corresponderia a uma entrada da regra passiva?

11) Mário talhou a mesa.

Gramática gerativa e gramática de casos divergem profundamente na descrição estrutural de uma estrutura subjacente como esta, conforme foi visto nos capítulos 1 e 2.

A gramática gerativa, como modelo de base sintática, descreveria a estrutura subjacente 11) como uma estrutura formada por constituintes e relações sintáticas. Quer dizer, a uma estrutura subjacente do tipo 11) seria atribuída uma natureza formal sintática. Teríamos mais ou menos a seguinte descrição estrutural, em forma de diagrama arbóreo:



Por outro lado, uma gramática de casos atribuiria uma descrição à estrutura subjacente 11) com base na representação semântica dessa sentença. Os constituintes semânticos mais importantes (embora não os únicos) de uma representação semântica, segundo uma gramática de casos como a de Chafe (1979), são os ca

sos e sua relação com o verbo. Portanto, aceitando a lista de casos de Cook (1979), teríamos, simplificaradamente, a seguinte descrição estrutural para a sentença subjacente 11).

13)	Agente (A)	Verbo(s) de Ação (A-0)	Objeto (O)
	(Mário)	(tâlhar)	(a mesa)

Em suma, a gramática de caso como modelo de base semântica, atribuiria uma natureza formal semântica a estruturas subjacentes como 11).

Vimos mais acima que a natureza formal da regra passiva é determinada pela natureza formal da estrutura subjacente que serve de entrada à regra. Aceitando que 11) possa ser a entrada (input) de uma transformação passiva, a essa sentença subjacente é atribuída, na gramática gerativa, uma natureza formal sintática; e por outro lado, uma natureza formal semântica, no modelo de Chafe.

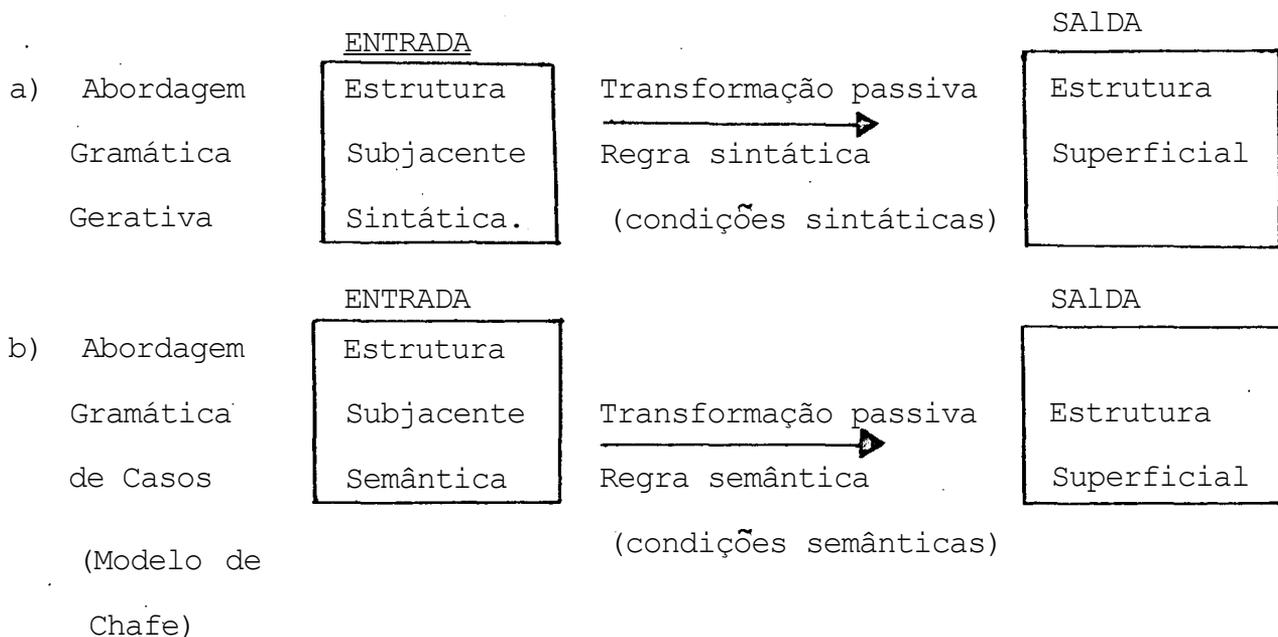
Conseqüentemente, se, numa abordagem da gramática gerativa, a entrada da regra passiva é considerada sintática, automaticamente a passiva é considerada uma regra sintática, excluindo-se a Rp sem. Isso porque a passiva envolveria apenas elementos sintáticos, determinados por uma estrutura subjacente sintática.

Do mesmo modo se, na abordagem da gramática de casos (Chafe), a entrada da regra passiva é considerada semântica, automaticamente a regra passiva é considerada uma regra de natureza semântica, excluindo-se a Rp sint. A razão disso é que as

condições da passiva dependem de elementos semânticos, determinados por uma estrutura subjacente semântica.

Assim, temos o esquema:

14)



O que importa concluir desse esquema é que os pressupostos teóricos da gramática gerativa e da gramática de casos, tais como a natureza formal das estruturas subjacentes, definem a formalização que essas abordagens propõem para a regra passiva. Enfim, torna-se clara, agora, a relação entre os capítulos teóricos desta dissertação (Caps. 1,2,3) com o capítulo prático (cap. 4). Os pressupostos teóricos dos diferentes modelos quanto à relação sintaxe-semântica interferem diretamente na formalização dos fenômenos concretos da língua, como é o caso da passiva. Este ponto será retomado na conclusão da dissertação.

Finalmente, concluindo a avaliação, a passiva é uma regra simultaneamente sintática e semântica, pois está baseada tanto em condições sintáticas (Rp sint.) / quanto semânticas (Rp sem.). As abordagens da gramática de casos e da gramática gerativa, mutuamente excludentes, são insuficientes, consideradas isoladamente, para formalizar e explicar as condições sintáticas e semânticas necessárias à regra passiva. Tais condições foram especificadas através das regras em 9). A insuficiência dessas abordagens está diretamente ligada ao modo como tais abordagens definem estruturas subjacentes do tipo que servem de entrada para a passiva.

Era função disso, é passível concluir, *como* hipótese, que uma abordagem que capte a totalidade das condições (sintáticas e semânticas) envolvidas na passiva, deve propor formalização de estruturas subjacentes que abranjam constituintes e relações tanto sintáticas, quanto semânticas. Em outras palavras, para ser captada a natureza sintática e semântica da passiva, é preciso que a entrada (input) dessa regra abranja constituintes e relações tanto sintáticas, quanto semânticas. Sem essa conciliação das informações sintáticas e semânticas na entrada (estrutura subjacente) da regra passiva, a abordagem dessa regra, em conclusão, permanece incompleta.

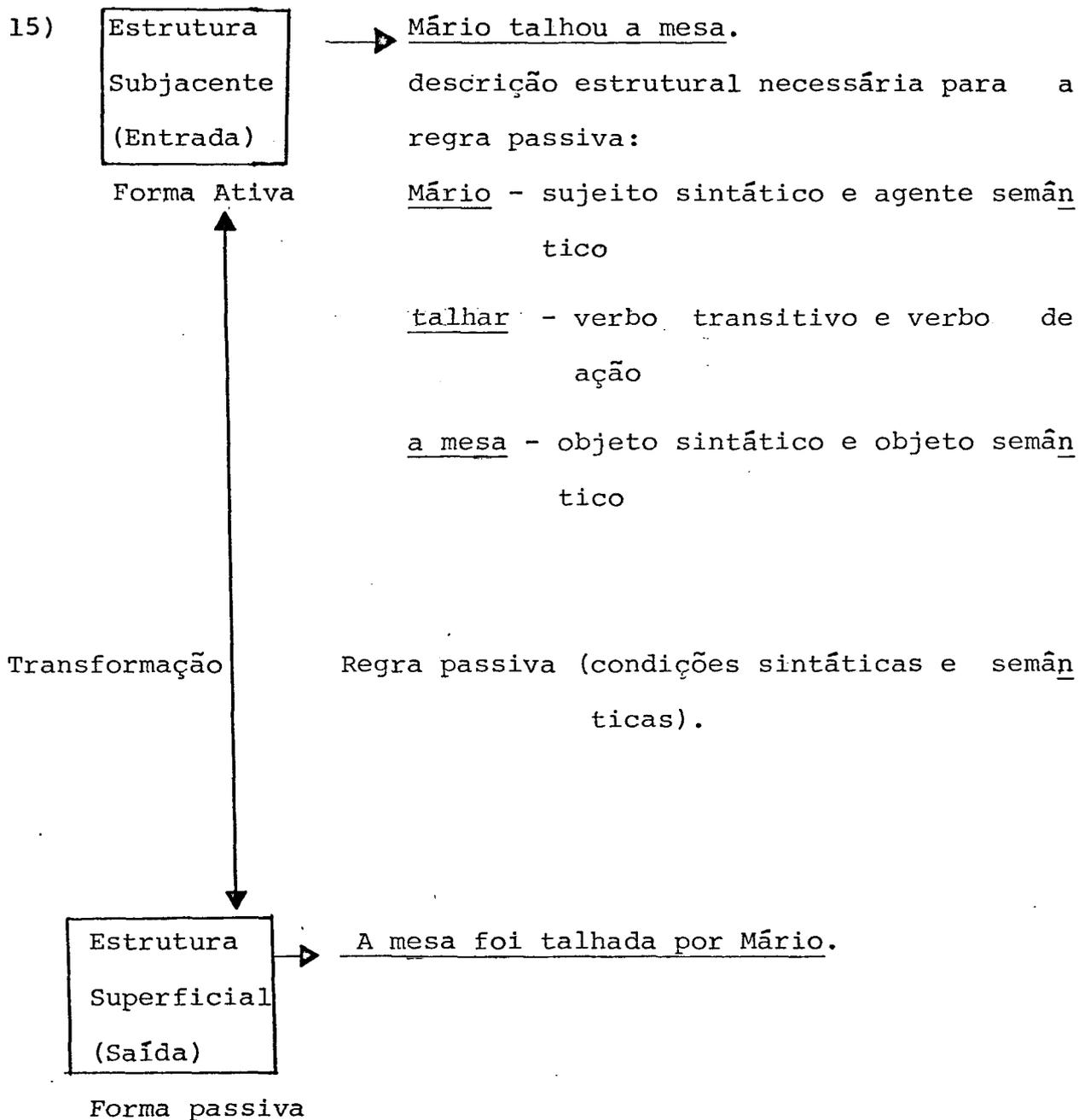
Não pretendo propor uma formalização da regra passiva que sintetize as regras em 9). Não se pode esquecer que tais regras foram extraídas de abordagens muito diferentes, e que uma síntese entre elas só poderia ser proposta com base em um esquema teórico muito desenvolvido. A minha intenção foi apenas res

saltar o caráter problemático de mecanismos lingüísticos que, como a passiva, envolvem os níveis sintático e semântico da língua. Como corolário desse problema, reafirma-se a relevância teórica dos estudos da relação sintaxe-semântica nos modelos gramaticais.

Apesar de meu objetivo não ser propor uma formalização final para a regra passiva, é possível indicar algumas sugestões para uma pesquisa mais concludente sobre o assunto.

Admitindo-se mais uma vez que a estrutura subjacente das formas ativa e passiva corresponda, aproximadamente, à estrutura da forma ativa, deve-se partir da hipótese de que tal estrutura subjacente deve conter tanto informações sintáticas, quanto semânticas.

Assim, uma abordagem completa da passiva deve especificar, para uma estrutura subjacente como 11), as seguintes - informações: (o esquema abaixo é apenas uma sugestão, sem ser rigoroso nem exaustivo).



Note-se que o modo de especificar a estrutura subjacente (forma ativa) em 15) talvez seja o único que possa explicar o fato de que, na est. superficial (forma passiva) em 15, o constituinte a mesa corresponde, ao mesmo tempo, a um objeto sintático subjacente e um objeto semântico subjacente, assim como o constituinte (por) Mário corresponde, ao mesmo tempo, a um sujeito sin

tático subjacente e um agente semântico subjacente.

Portanto, a hipótese é que, para uma formalização da passiva que abrangesse as condições sintáticas (Rp sint.) e se_umânticas (Rp sem.) dessa regra, seria preciso utilizar um modelo que tivesse o poder teórico de conciliar informações sintáticas e semânticas nas estruturas subjacentes do tipo **11**).

A análise de um modelo desse tipo e de sua possível aplicação à passiva, assim como dos fatores teóricos que um tal modelo implicaria na relação sintaxe-semântica, pode ser o objeto de pesquisas ulteriores.

CONCLUSÃO

O principal objetivo dessa dissertação foi demonstrar a relevância teórica do problema da relação entre sintaxe e semântica, através de um exame de como é feita essa relação em importantes modelos gramaticais da Linguística moderna. Na verdade, a conclusão é que esse é um dos problemas-chave na determinação dos modelos gramaticais estudados nesta dissertação, especialmente a partir dos trabalhos de Katz & Fodor (1977 - orig. 1963) , Katz & Postal (1964) e Chomsky (1975a - orig. . 1965).

A problematidade da relação entre sintaxe e semântica pode ser captada, a nível descritivo, através das abordagens conflitantes que a gramática de casos (modelo de Chafe) e a g.g.t. fazem de um mesmo fenômeno; a passiva. Isso porque tais abordagens refletem os postulados teóricos adotados por esses modelos quanto às funções dos componentes sintático e semântico, e quanto à relação entre esses componentes.

Portanto, a conclusão relativa ao segundo objetivo desta dissertação é que os postulados teóricos adotados por esses dois modelos, quanto às funções desempenhadas pelos componentes sintático e semântico, interferem diretamente nas abordagens que tais modelos fazem da passiva. Mais exatamente, pode-se concluir que a passiva é considerada, na g.g.t., uma regra sintática, em função de que a determinação das condições sintáticas da passiva depende dos constituintes da estrutura subjacente sintática que serve de entrada à regra. Por outro lado, na gramática de casos

de Chafe, a passiva é considerada uma regra semântica, em função de que a determinação das condições semânticas da passiva depende dos constituintes da estrutura subjacente semântica que serve de entrada à regra.

Pela avaliação realizada no quarto capítulo, pôde-se concluir também que tanto a abordagem da passiva realizada pela g.g.t. (em suas diversas variantes), quanto a realizada pela gramática de casos (modelo de Chafe) são, isoladamente, insuficientes. A sugestão formulada a partir disso é que uma abordagem mais satisfatória da passiva deveria considerar, simultaneamente, as condições sintáticas e as condições semânticas envolvidas na regra. Portanto, a passiva, por ser uma regra que envolve os níveis sintático e semântico, continua a ser um problema em aberto, merecendo uma abordagem mais abrangente.

A insuficiência das abordagens da passiva realizadas pela g.g.t. e pela gramática de casos de Chafe suscita um questionamento final: como essas abordagens refletem postulados teóricos relativos à relação entre sintaxe e semântica, não poderia ser questionada também, a nível teórico, a forma como essa relação é estabelecida nos modelos estudados? Em outras palavras, se esses postulados teóricos conduzem a análises descritivas questionáveis, não se pode, voltando do nível descritivo para o nível teórico, questionar a própria natureza desses postulados?

Efetivamente, esse questionamento é legítimo. Isso significa que o problema da relação entre sintaxe e semântica continua em aberto, a nível teórico, tanto quanto o problema da passiva, a nível descritivo. Ou seja, os linguistas contemporâneos ain

da têm de se defrontar com a pergunta: como se dá a correlação, nas línguas naturais, entre a forma (organização sintática) e o sentido (semântica) ? As opostas maneiras como gramática de casos, gramática gerativa-transformacional e também a semântica gerativa respondem a essa pergunta devem ser vistas como tentativas de explicação, e não como respostas completas e altamente satisfatórias. Uma comprovação de que o problema da relação entre sintaxe e semântica continua em aberto e portanto sujeito a novas propostas, é o fato de que um linguísta importante como Lech (1981) rejeita tanto a inter-relação entre sintaxe e semântica estabelecida pela gramática gerativa-transformacional, quanto a estabelecida pela semântica gerativa, e formula um novo modelo, que ele denomina de "modelo de base-múltipla" (multiple-based model) .

Ao longo da dissertação, foi visto que a determinação da relação sintaxe-semântica, nos modelos estudados, está diretamente ligada à natureza, sintática ou semântica, da estrutura subjacente (componente gerativo) de cada modelo. Ora, sugeri que, para uma descrição provavelmente mais satisfatória da passiva, deveria ser proposta uma estrutura subjacente (a entrada da regra) que tivesse o poder de conciliar categorias sintáticas e categorias semânticas. Isto está fora da capacidade dos modelos estudados, já que neles a estrutura subjacente ou é exclusivamente semântica, ou exclusivamente sintática. Ou seja, um novo tipo de relação teórica entre sintaxe e semântica deveria ser estabelecido para explicar, a nível descritivo, o problema da passiva, segundo a análise sugerida no quarto capítulo. Essa nova relação

se caracterizaria exatamente pelo fato de que os dois componentes (sintaxe e semântica) se relacionariam a nível de estrutura subjacente.

Entretanto, essa 'nova relação' é altamente hipotética, e foge ao âmbito desta dissertação tentar considerá-la. A única conclusão possível, neste momento, é que a aparente insuficiência das abordagens da passiva pela g.g.t. e pela gramática de casos de Chafe reflete uma problematicidade na relação entre sintaxe e semântica estabelecida por esses modelos divergentes. Para propor uma alternativa teórica às soluções apresentadas por esses modelos, seria necessário antes de tudo estudar outros possíveis fenômenos lingüísticos que, como a passiva, parecem envolver o nível sintático e o nível semântico das línguas naturais.

Por fim, é válido sugerir, com fins didáticos, uma modificação na gramática tradicional. A noção de voz verbal (ativa ou passiva) não deve ser considerada como relativa apenas aos verbos de ação.' Ou seja, é insuficiente definir a ativa como a voz em que "o sujeito é agente, isto é, faz a ação expressa pelo verbo." (Cegalla, 1985:185), e a passiva como a voz em que "o sujeito é paciente, isto é, sofre, recebe ou desfruta, a ação expressa pelo verbo" (id.:185).

Como foi visto na seção 4.2., a passiva se aplica não apenas a verbos de ação, mas também a outros tipos de verbos classificados semanticamente. Assim, por exemplo, na frase:

a) (O) (B, O) (B)

O presente foi recebido pelo menino

em que o verbo "receber" não é de ação, mas sim benefactivo. Portanto, a noção de voz deveria ser refeita, para que ficasse mais de acordo com os fatos semânticos. Em consequência, deve ser modificado também o nome do termo "agente da passiva". Na frase passiva a), o termo 'pelo menino' não é agente e nem pratica qualquer 'ação'. Trata-se, é claro,, de um benef activo.

As errôneas definições semânticas de voz verbal e do termo 'agente da passiva' são mais uma mostra de quanto perde a gramática didática tradicional por não adotar a noção de casos subjacentes.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Stephen. (1977). "Comments on the paper by Wasow". In: CuliCover, et alii (orgs). Formal Syntax. New York, Academic Press. p.
- AZEVEDO, Milton.M. (1980). Passive Sentences in English and Portuguese. Washington, D.C., Georgetown University Press.
- BECHARA, Evanildo. (1982). Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo, Nacional.
- BONOMI, A. & USBERTI, G. (1983). Sintaxe e semântica na Gramática Transformacional. Trad. Roberto Figurelli. São Paulo, Perspectiva.
- BORBA, Francisco da Silva (1976) . Pequeno Vocabulário de Linguística Moderna. São Paulo, Nacional.
- . (1979) . Teoria Sintática. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP.
- . (1987) . "Gramática de Casos - Uma Apresentação Geral". Gramática de Casos - Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP - Campus de Araraquara. série Encontros - Ano II nº 1, p.1-9.
- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso (1977). Dicionário de Linguística e Gramática. Rio de Janeiro, Vozes.
- CARVALHO, Maurício Brito de (1987) . "Considerações sobre a diversidade de propostas das gramáticas de casos". Gramática de Casos. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP - Campus de Araraquara. Ano II nº 1, p.10-24.
- CEGALLA, Domingos P. (1985). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Nacional.
- CHAFE, Wallace L. (1979). Significado e Estrutura Linguística. Trad. Maria Helena de Moura Neves et alii. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos. Orig.1970.
- CHOMSKY, Noam.. (1975a). Aspectos da Teoria da Sintaxe. Trad. José Antônio Meireles. Coimbra, Armênio Amado Editor. Orig. 1965.
- . (1975b). Reflections on Language. New York, Pantheon.

- CHOMSKY, Noam. (1980). Estruturas Sintáticas. Trad. Madalena Cruz Ferreira. Lisboa, Ediçes70 (Coleção Signos). Orig.1957.
- COOK, Walter A. (1979). Case Grammar; Development of the Matrix Model (1970-1978). Washington D.C., Georgetown University Press.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (1985). Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DUBOIS, Jean et alii (1978). Dicionário de Lingüística. Trad. de Frederico P. de Barros et alii. Sao Paulo, Cultrix.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de H. (1986). Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FILLMORE, Charles J. (1971). "Some problems for case grammar". In; Monograph séries on Languages and Linguistics. 24, Washington, Georgetown University Press, p.35-56.
- FILLMORE, Charles J, (1975). Principies of case grammar: ^ the structure of language and meaning. Tokyo, Sansei. Publishing ; Company.
- . (1977) . "Em Favor do Caso". In; Lobato, Lúcia M.P. A Semântica na Lingüística Moderna: O Léxico. Rio de Janeiro , Francisco Alves. p.275-359. Orig. 1968.
- FODOR, Jerry A. & KATZ, Jerrold J. (1964). The structure of Language: Readings in the Philosophy of language. Englewood Cliffs ; Prentice - Hall.
- FREIDIN, Robert. (1975). "The Analysis of Passives". Language 51. p.384-405.
- GALMICHE, Michel. (1979). Semântica Gerativa. Trad. Wanda Ramos. Lisboa, Presença.
- GLEASON, Henry A. (19 61). An Introduction to Descriptive Linguistics. New York, Holt, Rinehart and Winston. Orig. 1955.
- HOCKETT, Charles F. (1970). A course in modern Linguistics. New York, Mac Millan. Orig. 1958.
- JOTA, Zélio dos Santos. (1976). Dicionário de Lingüística. Rio de Janeiro, Presença.
- KATZ, Jerrold J. & FODOR, Jerry A. (1977). "Estrutura de uma teoria semântica". In: Lobato, Lúcia M.P. A Semântica na Lingüística Moderna: O Léxico. Rio de Janeiro, Francisco Alves. p.77-129. orig. 1963.
- KATZ, Jerrold J. & POSTAL, Paul (1964). An Integrated Theory of Linguistic Descriptions. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

- LAKOFF, George (1968). "Instrumental Adverbs and the Concept of deep structure". Foundations of Language. 4(1), p.4-29
- . (1970a). Irregularity in syntax. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- . (1970b). "Global Rules". Language. 46(3). p.627-639.
- . (1971a) "On Generative Semantics". In: Steinberg, Danny D. & Jakobovits, Leon. A. (Orgs.) Semantics Cambridge, Cambridge University Press. p.232-96.
- . (1971b) "Presupposition and Relative Well-Formedness". In: Steinberg, Danny D. & Jakobovits, Leon A. (orgs). Semantics. Cambridge, Cambridge University Press. p.329-40.
- . (1972) "The Arbitrary Basis of Transformational Grammar". Language 48(1). p.76-87.
- LAKOFF, George & ROSS, John R. (1976). "Is deep structure necessary?" In: McCawley James (org). Syntax and Semantics. Vol. 7. New York, Academic Press. p.159-64.
- LEECH, Geoffrey (1974). Meaning and the English Verb. London, Longman.
- . (1981). Semantics. Harmondsworth, Penguin.
- LEMLE, Miriam. (1984). Análise sintática - teoria geral e descrição do português. São Paulo, Ática.
- LOBATO, Lúcia M.P. (1977). A Semântica na Linguística Moderna - O Léxico. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- . (1986). Sintaxe Gerativa do Português (Da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação). Belo Horizonte, Vigília.
- LYONS, John. (1974). Semântica Estrutural. Trad. Antônio Pes cada. Lisboa, Presença. Orig. 1963.
- . (1978). Semantics (vol.2). Cambridge, Cambridge University Press.
- . (1979). Introdução à Linguística Teórica. Trad. de Rosa V. Matos e Hélio Pimentel. São Paulo, Nacional/ Universidade de São Paulo.
- . (1980). Semântica. (vol. 1). Trad. Wanda Ramos. Lisboa, Presença. Orig. 1977.
- MCCAWLEY, James. (1976a). Grammar and Meaning. New York, Academic Press.
- . (1976b) (org.). Syntax and Semantics. vol.7. New York, Academic Press.

- MOSKEY, Stephen T. (1979) . Semantic Structures and Relations in Dutch (An Introduction to Case Grammar) . Washington, Georgetown University Press.
- NEWMEYER, Frederick J. (1980). Linguistic Theory in America. New York, Academic Press.
- PERINI, Mário A. (1976). A Gramática Gerativa. (Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa). Belo Horizonte, Vigília.
- QUIRK, Randolph et alii (1979). A Grammar of Contemporary English. London, Longman.
- ROSS, John R. (1970). "On Declarative Sentences". In; Jacobs & Rosenbaun (orgs). Readings in English Transformational Grammar. Massachusetts, Ginn and Co. p.222-72.
- SILVA, Carly (1978). Gramática Transformacional - uma visão global Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- SILVA, M. Cecília P. S. & KOCH, Ingedore G.V. (1986). Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe. São Paulo, Cortez.
- STEINBERG, Danny & JAKOBOVITS, Leon A. (orgs). (1971). Semantics An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology. Cambridge, Cambridge University Press.
- WASOW, Thomas. (1977). "Transformations and the Lexicon". In: Culicov'er et alii (orgs) . Formal Syntax. New York, Academic Press. p.327-360.